



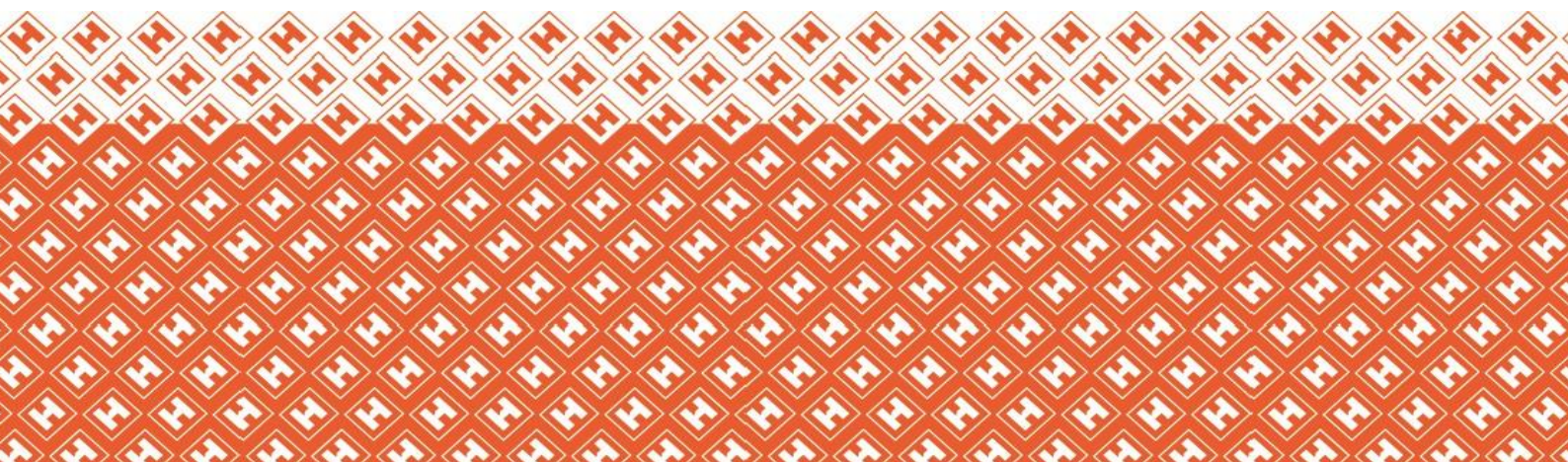
AURINEIDE ALVES DE OLIVEIRA MIRANDA

**A CASA DA MEMÓRIA DE PENAFORTE/CE NO ENSINO DE
HISTÓRIA: MEMÓRIAS E PROPOSTAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS**



Universidade Regional do Cariri – URCA

Abril/2025



AURINEIDE ALVES DE OLIVEIRA MIRANDA

**A CASA DA MEMÓRIA DE PENAFORTE/CE NO ENSINO DE
HISTÓRIA: MEMÓRIAS E PROPOSTAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri com parte da obtenção do título de mestre.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: História/Ensino de História

ORIENTADOR: Prof. Dr. Cícero Joaquim dos Santos

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

Miranda, Aurineide Alves de Oliveira

M672c A Casa da Memória de Penaforte/CE no Ensino de História: Memórias e propostas didático-pedagógicas. / Aurineide Alves de Oliveira Miranda. Crato/CE, 2025.

135p.

Dissertação. Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof. Dr. Cícero Joaquim dos Santos

1.Ensino de História, 2.Memória, 3.Museu, 4.Educação Patrimonial; I.Título.

CDD: 907

AURINEIDE ALVES DE OLIVEIRA MIRANDA

**A CASA DA MEMÓRIA DE PENAFORTE/CE NO ENSINO DE
HISTÓRIA: MEMÓRIAS E PROPOSTAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História-
PROFHISTÓRIA da Universidade Regional do Cariri-URCA para obtenção do título de
Mestre em História em: 29/04/2025.

BANCA EXAMINADORA

Priscilla Régis Cunha de Queiroz
Universidade Federal do Cariri (UFCA)
Avaliadora externa

Ana Cristina de Sales
Universidade Regional do Cariri (URCA)
Avaliadora externa

Paula Cristiane de Lyra Santos
Universidade Regional do Cariri (URCA)
Avaliadora interna

Cícero Joaquim dos Santos
Universidade Regional do Cariri (URCA)
Orientador

DEDICATÓRIA

Aos moradores e moradoras da cidade de Penaforte/CE, meu lugar de vivência e campo dessa pesquisa.

Aos professores e professoras de História, que buscam constantemente inovar as práticas de ensino e estreitar a distância entre a história ensinada e a vivida.

Aos alunos e alunas, que fizeram e fazem parte do meu cotidiano profissional e me inspiram a inovar minhas práticas educativas.

A minha família, meu porto seguro e motivo das minhas lutas diárias.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final dessa escrita e conclusão do mestrado não foi fácil. Mas, foi possível porque não caminhei sozinha. Então, é o momento de agradecer a todos e todas que contribuíram diretamente ou indiretamente com a realização desse trabalho e do meu sonho.

Como cristã, começo agradecendo a Deus, a quem consagro todos os dias meus sonhos, projetos e ações. Nessa caminhada, sentia sua presença diariamente.

Agradeço ao orientador Prof. Dr. Cícero Joaquim dos Santos (URCA), por ter escolhido orientar minha pesquisa, conduzindo o processo com paciência, competência e respeito.

Aos membros da banca de qualificação; as professoras Dra. Ana Cristina de Sales (URCA) e Dra. Paula Cristiane (URCA). ambas também, da banca de defesa. Grata por aceitarem o convite, pela leitura atenta e colocações necessárias a melhoria do trabalho. À professora Dra. Priscila Queiroz (UFCA), por aceitar participar da banca de defesa e contribuir com esse trabalho.

Aos professores e professoras do Profhistória/URCA, Sônia Meneses, Jane Semeão, Egberto Melo, Darlan Reis, Isabel Cordeiro, Fábio José, Paula Cristiane, Cícero Joaquim dos Santos, pelos conhecimentos partilhados. Cada um e uma deixou sua marca no meu processo de formação.

À CAPES, pela concessão da bolsa, que foi primordial para cumprir com mais tranquilidade o curso de mestrado, auxiliando nas despesas das viagens semanais.

À Secretaria de Educação de Salgueiro/PE. O afastamento do trabalho foi essencial para me dedicar a escrita.

À gestão da Escola Padre Manoel Garcia e Garcia, Sítio Campinhos/Salgueiro/PE. Me senti apoiada em cada atitude de compreensão e busca pelo meu afastamento das atividades escolares.

À Gestão da Escola de Educação Básica Joaquim Pereira Lima, em Penaforte/CE. Mesmo sem afastamento, vocês fizeram com que ficasse mais leve minha rotina escolar, dispensando das aulas atividades. Isso fez a diferença.

Aos meus e minhas colegas de trabalho. A cada pergunta de como ia o mestrado, significava para mim a torcida de cada um e uma.

As minhas amigas que o mestrado me deu, com quem partilhava as angustias, o cansaço, as dúvidas, os conhecimentos. Cito aqui, Amanda Ferreira, Carla Manuela, Ana Márcia, Patrícia e Jamile.

As pessoas que contribuíram com a construção da história da Casa da Memória de Penaforte, através das entrevistas de história oral concedidas. Com elas cocriei os documentos históricos sobre o objeto em estudo. Isso foi fantástico.

A Secretária de Cultura do município de Penaforte (gestão 2021-2024), Aldeci Muniz, pela anuência para pesquisar a Casa da Memória, sob sua responsabilidade. Nos concedendo também uma entrevista.

E agora, agradeço com o coração cheio de emoção e lágrimas no olhar, a minha família.

A meu filho Guilherme, minha filha Letícia e meu esposo Cariolando. O apoio nesses dois anos, veio representado pela compreensão da minha ausência, as vezes física e outras vezes dentro de casa, mas, me dedicando ao estudo e trabalho. O cuidado comigo fez a jornada ficar mais leve.

A minha irmã, Adilvan Alves. Me trazia tranquilidade saber que cuidava da nossa mãe enquanto eu estava trabalhando e estudando, principalmente nos dias que viajava para assistir as aulas do mestrado.

À minha mãe, Maria Alves (dona Marieta) e a meu pai Antônio Oliveira (in memória). Mesmo sem recursos financeiros, sempre incentivaram a estudar e trilhar a vida com honestidade. Ajudaram a cuidar da minha filha e filho para que eu cursasse minha graduação e trabalhasse ao mesmo tempo. Hoje meu pai não está mais entre nós e minha mãe agora é quem precisa de cuidados. O que fizeram por mim no passado me fez chegar até aqui.

“Escrever, portanto, emerge como um ato político”

(Grada Kilomba)

RESUMO

Essa dissertação estuda as historicidades da Casa da Memória de Penaforte (CE) e as possibilidades didático-pedagógicas para o ensino de História. Ela analisa a trajetória histórica desse espaço de memória, investigando como se deu a idealização, abertura e funcionamento desde 2009, ano de sua inauguração, até os dias atuais. A partir dos diálogos sobre museu, memória e patrimônio cultural aplicados ao ensino de história, a pesquisa, que foi desenvolvida a partir da história oral, se debruça sobre memórias orais de professoras moradoras da cidade de Penaforte (CE), que participaram da construção da Casa da Memória, bem como de gestoras da Secretaria da Cultura daquele município, situado no extremo sul do Ceará. Com a mesma relevância, a dissertação faz uso de fontes escritas e virtuais, como atas, fotografias e imagens das redes sociais. A pesquisa demonstra o contexto de criação do equipamento, seu fechamento, suas mudanças de endereços e reabertura, e as consequências disso. Como resultado, ela apresenta, ainda, como a falta de uma educação patrimonial relacionada ao direito à memória e à cultura material, bem como as ausências de ações públicas contínuas em defesa da Casa da Memória, construíram invisibilidade, desvalorização e descaso para tal espaço, tão importante para a sociedade desse município. Por fim, o estudo apresenta uma proposta de Caderno Didático-Pedagógico para orientar professores/as de História a usarem acervos da cultura material em aulas críticas e consequentes.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Memória. Museu. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This dissertation studies the historicities of the Casa da Memória in Penaforte/CE and the didactic-pedagogical possibilities for teaching history. It analyzes the historical trajectory of this space of memory, investigating how it was conceived, opened and operated from 2009, the year of its inauguration, to the present day. Based on dialogues about museums, memory and cultural heritage applied to history teaching, the research, which was developed based on oral history, focuses on the oral memories of teachers living in the city of Penaforte/CE who participated in the construction of the Casa da Memória, as well as managers of the Secretariat of Culture of that city, located in the extreme south of Ceará. With the same relevance, the dissertation uses written and virtual sources, such as minutes, photographs and images from social networks. The research demonstrates the context in which the facility was created, its closure, its changes of address and reopening, and the consequences thereof. As a result, it also shows how the lack of heritage education related to the right to memory and material culture, as well as the absence of continuous public actions in defense of the House of Memory, have created invisibility, devaluation and neglect for this space, which is so important for the society of this municipality. Finally, the study presents a proposal for a Didactic-Pedagogical Notebook to guide history teachers to use collections of material culture in critical and consequential classes.

KEYWORDS: Teaching History. Memory. Museum. Heritage Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Mapa - Localização geográfica de Penaforte.....	14
FIGURA 2	Fotos da turma de Biologia (2009).....	35
FIGURA 3	Capa documentário.....	40
FIGURA 4	Ata inauguração da Casa da Memória.....	56
FIGURA 5	Ata primeira visita.....	59
FIGURA 6	Ata última visita.....	61
FIGURA 7	2º prédio da Casa Da Memória.....	67
FIGURA 8	Primeira sala da Secretaria de Cultura (Casa da Memória).....	75
FIGURA 9	Objetos expostos na primeira sala da Secretaria de Cultura (Casa da Memória).....	75
FIGURA 10	Objetos expostos na segunda sala da Secretaria de Cultura(Casa da Memória).....	76
FIGURA 11	Objetos expostos na segunda sala da Secretaria de cultura (Casa da Memória).....	76
FIGURA 12	Amostragem de objetos da Casa da Memória guardados.....	77
FIGURA 13	Desenhos digitais: prédios públicos- produzidos por André Torres.....	80
FIGURA 14	Desenhos digitais das escolas municipais- produzidos por André Torres	80
FIGURA 15	Desenhos digitais: espaços públicos-produzidos por André Torres.....	81
FIGURA 16	Fotografias de paisagens de Penaforte – Acervo Secretaria de cultura....	83
FIGURA 17	Card de divulgação da exposição de 2021.....	84
FIGURA 18	Card de convite para a exposição de 2021.....	85
FIGURA 19	Visitas à exposição na Escola Fátima Regina.....	87
FIGURA 20	Foto da exposição na Praça da Matriz – objetos do cotidiano.....	89
FIGURA 21	Foto da exposição na Praça da Matriz – objetos religiosos.....	90
FIGURA 22	Foto da exposição na Praça da Matriz – fotografias política/origem da cidade.....	90
FIGURA 23	Foto dos trabalhos dos alunos/as da Escola Joaquim Pereira Lima na exposição da praça.....	91

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Acervo da Casa da Memória.....	44
QUADRO 2	Visitas à Casa da Memória de Penaforte.....	61
QUADRO 3	: Desenhos digitais: espaços públicos de Penaforte.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
UMA PERGUNTA GERADORA.....	14
UMA HISTÓRIA DE MEMÓRIAS.....	21
 CAPÍTULO I:CONSTRUÇÃO DA CASA DA MEMÓRIA DE PENAFORTE.....	 26
1.1 CASAS DE MEMÓRIAS NO CEARÁ: CONTEXTOS DE CRIAÇÃO.....	26
1.2 CASA DA MEMÓRIA DE PENAFORTE: MOTIVAÇÕES E ASPIRAÇÕES	32
1.3 PROCESSOS DE COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO.....	38
1.3.1 Dos usos diários à memória coletiva: objetos do cotidiano no processo de coleta e preservação.....	48
1.3.2 Fotografias como suportes da memória coletiva.....	52
 CAPÍTULO 2:UMA CASA ENTRE CAMINHOS E (DES)CAMINHOS.....	 58
2.1 A CASA EM MOVIMENTO OU “O JOGO COM AS COISAS VELHAS”.....	58
2.2 CASA DA MEMÓRIA HOJE: ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PASSADO E OS DESAFIOS DO PRESENTE.....	73
2.3 EXPOSIÇÕES ITINERANTES: O ACERVO EM TRÂNSITO COMO PRÁTICA DE APROXIMAÇÃO COMUNITÁRIA.....	84
 CAPÍTULO 3:CADERNO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO “COISAS DA MEMÓRIA”.....	 93
3.1 APRESENTAÇÃO DO CADERNO.....	93
3.2 AULAS-OFICINAS.....	99
3.2.1 Fonte (objeto gerador).....	100
3.2.2 Objetivos da aula.....	100
3.2.3 Conceitos problematizados.....	101
3.2.4 Metodologia ativa.....	101
3.2.5 Avaliação.....	101
3.3 SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	102
3.4 UM CADERNO COM AULAS-OFICINAS.....	105
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 127
 FONTES.....	 131
REFERÊNCIAS	133

INTRODUÇÃO

UMA PERGUNTA GERADORA

“Professora, por que acabou aquele negócio velho que tinha em uma casa amarela perto da igreja?”

Começo a apresentação desta dissertação com o questionamento acima, feito por um aluno em uma turma do 9º ano do ensino fundamental. Na ocasião, em uma aula de história, ocorrida em agosto de 2023, na escola da rede municipal que leciono, solicitei que os/as alunos/as, divididos em grupos, deveriam escolher um tema para realizar uma pesquisa. Um dos grupos de alunos, indecisos sobre o que pesquisar, lançou essa pergunta, a qual consegui entender que se tratava da Casa da Memória de Penaforte (CE).

A Casa da Memória de Penaforte é um espaço que foi pensado e criado por uma turma de estudantes do curso de Licenciatura Plena em Biologia – extensão da Universidade Regional do Cariri - que existiu no ano de 2009, na cidade de Penaforte (CE).

FIGURA 1: Mapa - Localização geográfica de Penaforte



FONTE: <https://pt.wikipedia.org>

A cidade de Penaforte, localizada na região do Cariri, extremo sul do estado do Ceará, a uma distância de 545 km da capital Fortaleza, é uma cidade pequena, onde as

narrativas de sua origem datam da década de 1930, enquanto um espaço rural, desenvolvendo para uma vila no ano de 1944, Vila Presidente Vargas e, em 1951, Vila Penaforte, alcançando sua emancipação política, através da Lei nº 4.244, de 31 de outubro de 1958¹. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2022), o município possui uma população de 8. 972 pessoas residentes².

Os estudantes da turma mencionada, motivados por professores/as das disciplinas ministradas em Penaforte, decidiram se lançar em um projeto para criar um lugar de salvaguarda das memórias históricas da cidade. A Casa da Memória de Penaforte foi inaugurada naquele ano de 2009, com o objetivo de não deixar a história do lugar se perder e oferecer a população, especialmente aos mais jovens, o direito de conhecer sua história.

Ao adentrar em um curso de mestrado, levava comigo sonhos, inquietações, projetos, necessidade de novos conhecimentos e a oportunidade de colocar tudo isso em prática. Professora de História há vinte anos, atuando durante esse tempo nas mesmas redes de ensino, na modalidade do ensino fundamental, anos finais, colecionei no decorrer desses anos, vivências de prazer e desprazer diante da prática docente. Ensinar história, é um desafio diário, no que concerne fazer os alunos/as enxergarem a importância dessa disciplina na nossa formação social. Uma das dificuldades, é aproximar os conteúdos no tempo e lugar de atuação deles/as, quebrando um pouco de sua abstração. Foi na perspectiva de responder as inquietações referentes ao distanciamento entre história ensinada e história vivida e a ausência de conteúdos curriculares da história de Penaforte, suas memórias e patrimônios, que nasceu essa pesquisa. Nesse trabalho, me dediquei às historicidades da Casa da Memória de Penaforte (CE)³ e às possibilidades do seu uso no ensino de história, dentro da linha de pesquisa “Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória”, do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Regional do Cariri (URCA).

Assisti, de longe, a criação do referido museu, ou seja, não fiz parte da equipe de pessoas que pensaram e atuaram nas etapas de elaboração e funcionamento dele. No ano de 2009, já lecionava como professora de História. Recorrendo as minhas memórias, lembro de visitas que fiz no primeiro ano do seu funcionamento, tempo em que os criadores, estudantes da turma de biologia, ainda eram tomados pela empolgação da ação que estavam desenvolvendo, e os moradores, curiosos em conhecer esse novo espaço que narrava as memórias do lugar que viviam. Em anos subsequentes, também marquei presença na Casa,

¹ Dado disponível em <https://www.penaforte.ce.gov.br/omunicipio.php>, acesso em 19 out 2023.

² Dado disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/penaforte/panorama>, acesso em 19 out 2023.

³ Doravante, usarei também a palavra Casa (com inicial maiúscula) e a expressão Casa da Memória, para me referir à Casa da Memória de Penaforte e, com isso, evitar redundâncias.

com o objetivo de tomar emprestado objetos do seu acervo que pudessem compor exposições temáticas em projetos pedagógicos realizados nas escolas da rede municipal nas quais trabalhava. Essa prática do empréstimo era comumente realizada pelas escolas, hoje, entendo que não se constitui adequada, pois pode haver o extravio dessas peças retiradas do acervo.

Viver em uma cidade pequena, pouco populosa e distante dos grandes centros urbanos, nos faz observar o que acontece ao nosso redor com mais facilidade. Diante desse contexto, em alguns momentos, pude perceber o funcionamento da Casa da Memória e me inquietar com algumas situações. Como moradora e, principalmente, professora de História, fui desenhando as lacunas perceptíveis nesse espaço de salvaguarda, como a falta de cuidado com o acervo, o distanciamento da comunidade, a negligência do poder público municipal e a ausência de atividades educativas que, de fato, impactasse na educação crítica e na transformação social.

A justificativa da escolha dessa temática está pautada na importância de analisar as formas de manifestações da memória coletiva com suas lembranças, esquecimentos e silêncios, a partir da escolha de determinado objeto como um bem cultural ou não, o qual o sujeito elege e faz a doação para compor o acervo de um museu comunitário. Assim como entender porque os idealizadores e administradores desse espaço de salvaguarda de memórias, enxergam esse objeto como relevante para a história local.

Ter como objeto de pesquisa a Casa da Memória da cidade que moro e atuo como professora, se apresentou para mim como um caminho possível para despertar nos moradores do lugar e do poder público, um olhar de valorização das memórias históricas ali engendradas e, conseqüentemente, poderem ser utilizadas como recursos e fontes de construção do saber histórico nas aulas de história. Ao iniciar o Mestrado Profissional em Ensino de História, vi a oportunidade de desenvolver uma pesquisa que trouxesse respostas às minhas inquietações e elaborasse respaldos para a proposição de aulas que partissem do acervo salvaguardado.

A escolha do tema foi se consolidando aos poucos. Desde o início, tinha convicção que queria desenvolver uma escrita acadêmica sobre algo que não fosse distante do meu cenário de vivência, pois é importante estreitarmos a distância entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos comunitários e escolares. Escrever sobre um tema próximo de nós, além de despertar um olhar valoroso sobre uma história não considerada oficial, contribui também, de uma forma mais eficaz, com a melhoria da qualidade de ensino de História, principalmente, nas escolas situadas no contexto do objeto de pesquisa.

A pergunta do aluno apresentada no início desse texto, aguçou e ajudou a definir o recorte da pesquisa. Há algum tempo, já olhava para a Casa da Memória e a via como um

projeto importante para a história e cultura local, mas sem um funcionamento fundamentado que cumprisse um papel de espaço de produção de saberes. Com diz Ramos (2004, p.13), “desobrigando-se da promoção de atividades educativas com alunos e professores, o museu peca por omissão, anula-se como lugar de produção de conhecimento”.

Isso posto, nesse campo de estudo, que é a cidade de Penaforte (CE) e a seleção de suas memórias, procurei responder às seguintes questões, no que concerne ao objeto de estudo: Quais as motivações e inspirações para a criação da Casa da Memória de Penaforte? Como ocorreu o processo de produção e funcionamento da Casa? Que práticas educativas poderiam ser desenvolvidas na Casa da Memória, que contribuíssem para a produção do conhecimento histórico, de forma significativa? Em que medida essas práticas podem contribuir para o ensino de história?

Nesse sentido, o principal objetivo da presente dissertação foi compreender a experiência educativa da Casa da Memória de Penaforte, através do uso dos objetos no ensino de História. De forma específica, procurei analisar o processo de criação desse museu da comunidade e as seleções das memórias que compõem esse espaço. Além disso, entender a dinâmica institucional e suas práticas educativas, assim como propor aulas oficinas para professores sobre o uso da Casa da Memória no ensino de História, com sugestões de sequências didáticas a partir de objeto gerador.

Ao decidir enveredar por esse caminho de pesquisa, o primeiro passo foi descobrir o endereço da Casa, detalhe esse que demonstra a falta de conhecimento da população local em relação a instituição. Descobrendo isso, agora, precisava ter a anuência da Secretaria de Cultura, responsável pelo espaço, para fazer um levantamento prévio de possíveis fontes documentais a partir das quais iria problematizar sua historicidade. Primeiramente, fiz uma visita a instituição, no intuito de encontrar documentos escritos e registrar o acervo através de fotografias. Nessa busca, acessei Atas de criação e inauguração da Casa, Atas de registro de visitas ao acervo, livro de tombamento e fotografei o ambiente.

Nas Atas de criação e inauguração, identifiquei nomes de pessoas que integraram a turma que projetou a Casa e que poderiam contribuir com a escrita da história desse lugar. Nas atas de visitas, descobri quando e como elas ocorreram, possibilitando também, listar possíveis nomes que agregasse mais informações para a pesquisa. No livro de tombamento, simples, com poucos registros, se resumindo apenas ao nome do objeto e dos/as doadores/as, completei a relação de fontes escritas.

A partir das observações das fontes citadas, decidi trilhar pela metodologia da história oral e assim construir os documentos necessários a investigação e escrita da

dissertação. Afinal de contas, não existia ainda uma historiografia sobre ela. Precisava produzi-la. As fontes escritas me levaram apenas a dados como datas de criação e inauguração, registro de visitas a exposição do acervo, moradores da cidade que doaram determinados objetos. Além disso, pretendia entender as motivações e aspirações para a criação da Casa, analisar seu funcionamento, identificar as dificuldades de se manter durante os dezesseis anos de existência e, principalmente, compreender como os sujeitos e sujeitas sociais, envolvidos direta ou indiretamente, nessa tessitura olhava para a Casa da Memória.

Destaco aqui, que submeti o Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional do Cariri (URCA), obtendo a aprovação em 20 de abril de 2024, com o número de parecer 6.777.255. A partir dessa data, iniciei a pesquisa de campo e as entrevistas de história oral.

Para escrever essa história, tinha que produzir os documentos históricos através de entrevistas orais com pessoas que fizeram parte dela. Esses documentos, de acordo com Portelli (2016), são criados no encontro do historiador com o narrador. Nesse caso, da historiadora com as narradoras. Desses encontros dialógicos, surgiram as narrativas individuais, gravadas, que se formalizam também no momento no qual transcrevemos e escrevemos, (re)construindo a historicidade do objeto em investigação.

No entanto, trabalhar com história oral, não se constitui em um processo simples e fácil. Ao contatar as narradoras para cocriar esses documentos sobre a Casa, recebi alguns não, movidos por diversos motivos: a escolha do silêncio, ao invés de falar sobre as lembranças; a insegurança em narrar ações de um tempo pretérito as quais não fazem mais parte do seu presente; a falta de tempo cronológico para participar de uma entrevista, ou o simples desinteresse pelo convite.

Algumas entrevistas foram marcadas com facilidade, outras tive que convencer da importância da sua participação na pesquisa e, ainda, aquelas que precisei esperar a disponibilidade do tempo. E por fim, os não que continuaram sendo não. Mas, em todas as situações, tratadas com respeito, paciência e compreensão e, assim, fui construindo narrativas, escutando memórias, dialogando e historicizando nosso objeto de pesquisa.

Entre os meses de abril e julho de 2024, foram produzidas nove entrevistas. Das nove entrevistadas, cinco fizeram parte da turma que criou a Casa, duas ocuparam o cargo de Secretária de Cultura no município, entidade que é responsável pela Casa e, atualmente, agrega em sua estrutura espacial. Outras duas pessoas entrevistadas, visitaram o acervo juntamente com seus/suas alunos/as. Uma dessas, também participou de um curso oferecido

pela Casa. Desse total, sete são professoras atuantes na profissão. É importante atentar ao detalhe de suas profissões, pois ajuda a compreender suas percepções sobre o tema.

E a forma de perceber a problemática do objeto pesquisado, varia de acordo com valores, conhecimentos, ideologias, escolhas. A história oral traz consigo a subjetividade e, portanto, é preciso praticar uma “escuta atenta”, como nos ensina Alberti (2004). Atenta não somente para as falas, as lembranças, mas também para o silêncio que pode nos dizer muita coisa. Atenta aos gestos, as opiniões, as interpretações, as posições sociais e profissionais das pessoas que narram, as subjetividades, “literalmente, uma troca de olhares” (Portelli, 2016, p.10). Ao decidir enveredar nas fontes orais, precisava antes de tudo entender essas nuances que as envolvem.

A cada entrevista realizada, foi possível fazer uma leitura de como a narradora enxergava o contexto envolvendo a Casa da Memória. Uma das primeiras ações em uma pesquisa com essa metodologia, é elaborar um roteiro. Coloquei no papel, de modo sistemático, sequenciado, as perguntas que queria respostas, as indagações que acreditava elucidar o que não conhecia sobre o objeto em estudo ou esclarecer a problemática da pesquisa. Mas nem sempre, o diálogo criado entre historiador/a e narrador/a, segue o que foi planejado.

As experiências que tive nos encontros com as entrevistadas, reafirmaram o que Portelli (2016) nos diz relacionado ao que o/a historiador/a quer saber e o que o/a narrador/a quer contar. Nem sempre, essas agendas se coincidem. No entanto, muitas vezes, as informações primordiais aparecem de forma espontânea, fora do roteiro. Na medida que fui realizando e coproduzindo as narrativas, aprimorei e entendi que na história oral é preciso haver a flexibilidade, a paciência, o respeito ao outro/a.

Há um fascínio nesses encontros: “o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de suas vivências” (Alberti, 2004, p. 19). Senti isso na primeira entrevista. Esse momento foi com uma professora aposentada, 64 anos, que fez parte da turma que criou a Casa. Dona Maria de Fátima Bento e eu, sentadas em um alpendre de sua residência, no sítio Lagoa Preta, zona rural do município de Penaforte, no dia 01 de maio de 2024, um feriado nacional.

Há mais de trinta dias tentando marcar um encontro com algumas pessoas cujos nomes identifiquei nas Atas existentes na Casa da Memória, mas sem sucesso, encontrando resistência, consegui de um dia para o outro, marcar com Dona Maria de Fátima (ela não resistiu ao convite como as outras, apenas eu não estava conseguindo contato). Mediada por

sua filha, eu e ela, nos encontramos. Ela estava me esperando no meio da tarde. E o diálogo aconteceu.

Dona Maria de Fátima me recebeu com alegria e disposta a narrar suas memórias. Confesso que eu estava nervosa, mas segura porque tinha um roteiro. E foi aqui que percebi que tinha que chegar em uma entrevista preparada, com roteiro, gravador, mas com a consciência que os rumos podiam mudar. Ao esclarecer o motivo da entrevista, liguei o gravador digital e fiz a primeira pergunta do roteiro, mas no meio da sua resposta veio uma pergunta para mim: ainda existe a Casa da Memória? Onde fica? Respondi a sua pergunta, mas me perdi no roteiro. Na sequência, nem todas as perguntas precisaram ser feitas porque a fala é algo espontâneo e um assunto pode levar a outro de forma articulada (ou não). Dona Maria de Fátima narrava algumas informações e, no meio dessas, lembrava de outras que tinham sido perguntadas anteriormente. Acho que eu não estava muito preparada para isso ou me preparei apenas tecnicamente. Em alguns momentos, ela falava com sua neta (uma criança de colo) ou com o cachorro Tobias, que brincava com sua sandália. Tal contexto de entrevista trouxe mais ainda vivacidade. Fiquei fascinada com os detalhes das memórias de Dona Fátima, citando diversas informações sobre a criação da Casa: nomes de pessoas, objetos doados e seus/suas doadores/as, locais, motivação, situações diárias etc., entretanto, a riqueza desse momento foi a forma como falava, a alegria de ter feito parte desse projeto. Ela contribuiu de forma relevante com a construção da história da Casa da Memória que disserto nos capítulos desse trabalho.

A partir dessa entrevista, consegui marcar com outras pessoas. A maioria delas, ocorreu no local de trabalho, pois não estavam tendo outro tempo para disponibilizar para tal fim. Eram mulheres professoras, e nos encontramos no ambiente escolar. Em algumas situações, em meio aos barulhos dos alunos na hora do recreio. São os percalços do caminho da pesquisa, em um tempo de tanta ocupação e correria, para elas e para mim. Cada entrevista nos trazia novas descobertas.

Em todos os encontros efetivados, vale ressaltar que apenas uma narradora sabia onde funcionava a Casa, mesmo, a maioria, tendo participado do seu projeto inicial. Isso será ponto de análise nessa dissertação, pois coloca em cena, a inquietação que tínhamos em relação a falta de valorização desse espaço na comunidade. Destarte, esperamos que essa pesquisa contribua para conscientizar e despertar os/as moradores/as de Penaforte sobre a necessidade de salvaguardar suas memórias e cobrar do poder público o direito à cultura como um direito à cidadania, expresso na Constituição Federal, artigo 205, que estabelece que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, assim como

destaca que o Estado deve apoiar e incentivar a valorização das manifestações culturais, respeitando a diversidade cultural existente no país (Brasil, 1988).

UMA HISTÓRIA DE MEMÓRIAS

Essa pesquisa foi norteada a partir de dois conceitos centrais: memória e educação patrimonial. Analisar o conceito de memória, é um exercício complexo, pois envolve conflitos, disputas de interesses que tentam estabelecer o que deve ser lembrado e/ou esquecido na história (escrita e ensinada) e no convívio social. Para abordar esse conceito e entender sua complexidade, recorreremos, especialmente, a autores que apresentam de forma problematizada, as reflexões sobre memória oral na pesquisa histórica e, também, sobre os usos da memória no ensino de história a partir do espaço museal. Ramos (2010) faz profundas reflexões acerca do uso da memória, analisando a fundamentação teórica e os procedimentos metodológicos do conhecimento histórico, diante do chamado “direito à memória”, que tanto é debatido na atualidade. Suas obras *O direito à memória no ensino de história* (2010) e *Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de História* (2010), nos traz elementos importantes para compreendermos o significado do estudo da memória nas práticas de ensino de história.

Compreendendo que a memória não é inocente e que adentra na dinâmica das lutas sociais, optei por seguir essa trilha teórica para ancorar as análises sobre a Casa da Memória de Penaforte. Procurei, nessa perspectiva, apontar indícios que as memórias (cultura material) que compõem o acervo da Casa, foram escolhidas para cunhar a história local seguindo uma valorização da memória oficial. Nas análises no decorrer da pesquisa, foi possível identificar que essa escolha não foi apenas dos/as sujeitos/as que integram a oficialidade da história, mas também daqueles/as que estão do lado oposto. Assim, o olhar no pretérito, de modo problematizado, leva-nos, conseqüentemente, ao movimento das lutas pela visibilidade de memórias das minorias. Aqui, refiro-me às “minorias sociais”. De acordo com Luanna Lajes, em *Visibilidade histórica para mulheres, negros e indígenas* (2021), no Brasil, os grupos minoritários apresentam pontos em comuns recorrentes nos processos históricos, como desvantagem na representação política e econômica, estigmatização social, discriminação nas esferas governamentais, legais e pessoais, em relação a grupos quantitativamente pequenos, porém privilegiados. Logo, no Brasil, minorias sociais se referem as pessoas com pouca (ou nenhuma) representação em situação de vulnerabilidade e desvantagem social.

Nesse recorte de pesquisa, considere memórias de minorias aquelas ausentes na Casa, como nomes de famílias que habitavam a cidade no passado, contribuindo também com sua formação e que não estão expostas no acervo, pois no entendimento de quem organizou, apenas as chamadas famílias tradicionais e fundadoras, fizeram parte da origem histórica do lugar. Dessas famílias, saíram os políticos que administraram Penaforte no decorrer da história, e que estão expostos na Casa.

Na mesma linha de pensar a memória com um uso complexo, Michael Pollak (1998) fala sobre a disputa que a envolve. Junto a memória oficial, tem a memória dos excluídos, da minoria, que ele chama de subterrânea, a qual faz oposição a oficial. Assim, entre elas, existem conflitos e competições. Na Casa da Memória, isso não é diferente. Mesmo sem a população atentar aos detalhes de hierarquização das memórias, enquanto professora, pesquisadora e historiadora, observei a existência das disputas e, conseqüentemente, a prevalência do oficial, quando por exemplo, a gestão da Casa expôs apenas fotografias de políticos ou afirmam que determinada família fundou a cidade.

Este trabalho não tem como propósito fomentar disputas ou antagonismos, ao contrário, propõe-se a provocar reflexões que ampliem o acesso ao conhecimento histórico e promovam a valorização das memórias coletivas e individuais salvaguardadas neste espaço. A intenção é contribuir para a construção de uma narrativa, na qual todas as vozes sejam reconhecidas em sua legitimidade, rompendo com hierarquias tradicionais que silenciam sujeitos historicamente marginalizados. Trata-se, portanto, de afirmar que todos e todas têm o direito de narrar suas experiências, de produzir sentido e de ocupar o lugar de protagonistas na tessitura da história, mostrando que todos são iguais. Para Ramos (2010, p. 5), “ser igual, se definiria, em plano ideal, em dar a cada um, de maneira igualitária, o direito de ser diferente, na medida em que a distinção não se transforme em rebaixamento dos outros”. Da mesma forma, Alberti (2004, p. 38) chama atenção sobre o risco de polarizações entre memória dominante (oficial) e memória dominada (subterrânea). A autora adverte que tais polarizações podem provocar simplificações e tornar a história oral uma missão e o(a) historiador(a) em missionário, com a tarefa de contrapor memórias “dominadas” e memórias “dominantes”.

A história oral tem uma utilidade significativa em muitos campos de pesquisa, como nos indica Verena Alberti. Um desses campos, é a história de memórias que estuda “o trabalho de constituição e formalização das memórias, continuamente negociadas” (Alberti, 2004, p.27). Porém, é preciso atentar para não achar que podemos construir memórias. Nosso papel, enquanto historiadores/as, é analisar o processo pelo qual as memórias foram e são construídas, ou seja, entender seu processo de formação, e não criar ou moldá-las. Com Pollak

(1992), também adentrei na questão da ligação da memória com a identidade social. O autor discute essa relação no âmbito da história oral, atestando que a memória é um “elemento constituinte do sentimento de identidade”. Essas memórias, construídas a partir da metodologia da história oral, geralmente, são individuais, mas dentro de um processo social amplo, com sentimento de pertencimento a coletividade, ou seja, ligadas à identidade. Ricardo Oriá (2002) aponta que a preocupação com a memória histórica e, conseqüentemente, com o patrimônio cultural, é crescente na sociedade atual. Com o autor, pude refletir nesse trabalho sobre a questão de relacionar os bens culturais do patrimônio histórico no processo ensino-aprendizagem de história.

Essa relação possibilita despertar nos/as alunos/as, atitudes de preservação da memória social a qual condiciona ao exercício da cidadania e construção de identidades plurais. A memória é indispensável para criação de vínculos entre a população e sua cidade. Conhecer a história do lugar no qual vivemos, nos leva a valorizá-lo, a criar elo afetivo, a se sentir sujeito/a da história, pois é importante que todas as memórias sejam salvaguardadas, que exista o sentimento de pertença, de reconhecimento de identidade.

Esclareço que o ensino de história constitui o ponto crucial nas dissertações do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória). Portanto, essa pesquisa foi realizada com o intuito, também, de propor metodologias voltadas para o ensino de História, com criticidade e problematização. Sendo assim, recorri as experiências de Régis Lopes no livro *A danação do objeto: o museu no ensino de História*, no qual esse historiador apresenta diversas práticas educativas, desenvolvidas no Museu do Ceará. Segundo o autor, as exposições lá presentes, fogem de um passado estático, sem vida, para ações que estabelecem um diálogo entre presente e passado. Práticas essas que interagem com o ensino de História, de forma a contribuir com a produção do conhecimento histórico crítico, dialogando com as ideias de Freire, no que concerne ao objeto gerador (proposta de Ramos) e a palavra geradora (experiência de Freire). Assim, um lugar que preserva bens culturais, tem a obrigação de promover uma aprendizagem significativa e contextualizada. Então, como proposição final, sugerimos práticas de ensino que aproximem a história ensinada da história vivida, que utilizem recursos didáticos oriundos do cotidiano dos alunos/as e sejam trabalhados em aulas ricas em contextualização, pesquisa e produção.

Quando falo em recursos didáticos que façam parte da vida dos discentes, estou me referindo aos objetos da Casa da Memória. Esses objetos foram indicados para ser geradores dos saberes que serão construídos nas aulas de história. Toda a prática foi pensada com base na metodologia do objeto gerador no ensino de história proposta por Ramos (2004).

Para Regis Lopes, o objeto gerador motiva reflexões sobre as tramas entre sujeito e objetos e que eles expressam traços culturais. O autor orienta que os objetos escolhidos devem fazer parte do cotidiano. Nesse sentido, a proposta foi desenvolver sequências didáticas a partir do acervo da Casa da Memória.

Nesta mesma direção, também tomo como base para o desenvolvimento da proposta de trabalho com objetos geradores, o livro *Casas e coisas*, da Coleção Museu do Ipiranga (USP), de Vânia Carvalho (2022), detendo-me, principalmente ao capítulo “O sexo das coisas”, o qual aponta que existe história na materialidade das coisas e que a partir delas, se pode promover estudos, análises e debates relacionados a diversos conteúdos e temas contemporâneos e necessários a produção de conhecimentos históricos de forma problematizada.

A dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro deles titulado “A Construção da Casa da Memória de Penaforte”, disserto primeiramente, sobre algumas experiências de outras Casas de Memórias no Ceará, analisando o contexto histórico e social no qual ocorreu a criação de cada uma. Na sequência, apresento as motivações e as aspirações que levaram a criação da Casa da Memória de Penaforte, buscando ressaltar o surgimento da ideia desse projeto, quem participou de forma efetiva e os objetivos apontados pelos seus idealizadores. Dando continuidade, historicizo como se deu a coleta e organização do acervo. Construí uma análise das memórias salvaguardadas na Casa, representadas pelos objetos do cotidiano e fotografias, e as possíveis problematizações do saber histórico que podem ser feitas a partir desse acervo.

No segundo capítulo “Uma Casa entre caminhos e (des) caminhos”, busco atender ao objetivo de compreender o percurso histórico deste museu, desde sua abertura em 2009 até os dias atuais. Nessa parte da escrita, aponto os endereços que abrigaram a Casa, a organização de seu funcionamento, as visitas que recebeu, as dificuldades que enfrentou, o seu perfil na atualidade e as exposições que foram realizadas.

No terceiro capítulo, trago minha proposição para o ensino de história a partir da Casa da Memória de Penaforte. Nomeado “Caderno Didático-Pedagógico Coisas da Memória”, ele consiste em uma proposição de sequências didáticas elaboradas a partir de metodologias de aulas oficinas com o uso de objetos geradores. O intuito é apresentar atividades e metodologias que problematizem o conhecimento histórico e possibilite a redução da abstração, tão presente nos conteúdos curriculares comumente trabalhados em história. Dessa forma, esclareço o que são objetos geradores e como podem ser usados para desenvolver aulas dessa disciplina. Discuto também, o que é uma aula oficina e o objetivo de

elaboração de sequências didáticas. Com essa proposição, objetivo apontar que se pode contextualizar o ensino de história universal com a local, partindo de objetos do cotidiano dos/as alunos/as. Destarte, tomo os objetos da Casa da Memória para gerarem os saberes históricos.

Convidamos você a fazer a leitura desse trabalho e conhecer a história da Casa da Memória de Penaforte.

1 CONSTRUÇÃO DA CASA DA MEMÓRIA DE PENAFORTE

Nesse capítulo, vamos conhecer e analisar algumas experiências de Casas de Memórias no Ceará. Apresentaremos o contexto de criação, os desafios enfrentados por cada uma e suas práticas educativas. No decorrer da escrita, dissertamos sobre a Casa da Memória de Penaforte (CE), nosso objeto de estudo, procurando apontar as motivações, a forma como se deu sua criação e desenvolvimento, e construindo uma análise das memórias salvaguardadas nesse museu comunitário, com as possíveis problematizações do saber histórico a partir do seu acervo.

1.1 CASAS DE MEMÓRIAS NO CEARÁ: CONTEXTOS DE CRIAÇÃO

Antes de adentrarmos na historicidade da Casa da Memória de Penaforte, vamos conhecer um pouco sobre outras experiências de instituições de salvaguardas de memórias no território cearense. Nossa pretensão não é comparar a Casa da Memória de Penaforte com outras Casas de Memórias do Ceará, até porque cada uma tem suas especificidades e contextos de criação. Pretendemos aqui, apresentar os motivos e aspirações que levaram a existência desses espaços e pensar sobre a importância deles na preservação das memórias e dos lugares de memória que possibilitam o fortalecimento de identidades e o sentimento de pertencimento as comunidades que os/as sujeitos/as estão inseridos/as.

Encontramos registros sobre outras experiências de Casas de Memórias no Ceará, na Tese de doutorado de Ana Cristina de Sales (2023) na qual a autora realiza uma pesquisa sobre o Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), que foi uma Organização não Governamental, sem fins lucrativos, que desenvolveu suas atividades entre os anos de 1988 e 2015. Segundo Sales (2023), o Instituto colaborou com a criação de três Casas da Memória no Ceará: Jaguaribara (1998), Jaguaratama (2005) e Porteiras (2007), em funcionamento até os dias atuais.⁴ O IMOPEC promoveu a divulgação, valorização e preservação da memória e do patrimônio cultural através de várias ações no âmbito educacional, político, social e cultural escutando as vozes dos cearenses que estavam na invisibilidade e não acessavam o direito à memória e à cultura. Com iniciativas como curso de formação a distância, seminários, campanhas de conscientização e organização de museus comunitários, dentre outras.

⁴ No estado do Ceará pode ter outras experiências de museus comunitários. Nessa dissertação cito apenas aqueles conferidos na Tese de Sales (2023).

Com o apoio do IMOPEC, a Casa da Memória de Jaguaribara⁵ é criada em 1998. Ela nasceu com o propósito de salvaguardar as histórias, memórias e vivências culturais da população da cidade, que foi obrigada a mudar de lugar por conta da construção da Barragem do Castanhão no território cearense, causando a total demolição da cidade de Jaguaribara⁶. Era preciso haver iniciativas que mobilizassem a população a salvaguardar suas memórias para que nem tudo fosse perdido, pois “a memória constitui-se como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda” (Neves, 1999, p.109). Reconstituir, por completo, a história de Jaguaribara ou de qualquer lugar, não seria possível no sentido que o passado é rememorado em partes, de acordo com as perguntas do presente e de quem responde a tais interrogações, que grupos sociais integram, que esquecimentos, lembranças e silêncios compuseram a memória que seria um substrato para a história.

Com esse pensamento, nasceu a Casa da Memória de Jaguaribara, com um acervo constituído por objetos doados pelos moradores. Fotografias, vestuários, diversas peças de diferentes sujeitos/as daquela comunidade, que iria ser destruída, formaria uma memória coletiva carregada de histórias e significados. Neves (1999, p. 113) advoga que “a memória, ao constituir-se como fonte informativa para a História, constitui-se também como base da identidade”. As memórias selecionadas e expostas na Casa, além de serem fontes para registrar parte da história deles/delas, era um meio de representar as identidades, a cultura, de continuar sentindo pertencer aquela estrutura social. O papel do acervo deveria conter as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente, de modo que a própria criação da Casa se constituiria em um acontecimento histórico daquela população.

É importante salientarmos que a Casa da Memória de Jaguaribara foi pensada um ano antes da sua inauguração, com a realização de seminários e diálogo com os moradores, ou seja, houve uma preparação da comunidade, momentos de formação e conscientização do papel de guardiões da memória, uma forma de resistir ao apagamento de sua história. Outro ponto de destaque, foi o envolvimento de pessoas de várias faixas etárias, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, seja na doação de itens para compor o acervo, seja nas formações dos jovens, aprendendo sobre a importância de preservar e valorizar o patrimônio cultural e as histórias do lugar

⁵ Jaguaribara localiza-se na microrregião do Médio Jaguaribe, a uma distância de 224,61 km da capital Fortaleza. De acordo com o Censo 2022 do IBGE tem uma população estimada de 10.356 pessoas. Informações disponíveis em <https://www.anuariodoceara.com.br/guia-das-cidades>. Acesso em 29 de março de 2025.

⁶ Sobre a construção da Casa da Memória de Jaguaribara e a destruição da cidade, ver também no documentário Pelos Caminhos da Memória, produzido pelo IMOPEC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CMn5gkoMMaM>. Acesso em: 29 de março de 2025.

Voltando nosso olhar para as motivações da criação da Casa da Memória de Penaforte, percebemos que nessa comunidade, não houve sentimento de perda de sua estrutura física como em Jaguaribara, ou seja, a cidade não mudou de lugar. No entanto, o significado da palavra “perda” poderia ser utilizado no sentido de promover a preservação e registro da história com suas memórias para que essas não se perdessem com o passar do tempo. A turma de universitários de Penaforte que decidiram desenvolver tal projeto, contribuiu para o não apagamento da história, pois concretizá-las no acervo da Casa, seria uma forma de escrever para as futuras gerações o seu passado e, conseqüentemente, ser um meio de construir nos moradores da comunidade de tempos históricos diferentes o sentimento de pertença, encontrando pontos de identificação com a cultura vivenciada nesse local.

Partindo para outra experiência de Casa de Memória, temos a de Jaguaretama, fundada em 2005, influenciada pela de Jaguaribara. De acordo com Sales:

A experiência de organização da Casa da Memória de Jaguaretama, cujo nome é “Casa da Memória do Povo de Jaguaretama Maria Alderi Fernandes Pinheiro” se deu em formato diferente das duas outras experiências. Foi o poder público municipal quem aderiu à proposta da Casa como ferramenta para a autovalorização e reconhecimento histórico do povo de Jaguaretama. Após acompanhar a experiência da Casa da Memória de Jaguaribara, inaugurada em 1998, os gestores de Jaguaretama pediram o apoio ao IMOPEC para organização do espaço naquele município (Sales, 2023, p. 164).

As duas outras experiências que Sales cita, são a de Jaguaribara e a de Porteirais. A Casa da Memória de Jaguaretama surgiu a partir de uma motivação diferente. Apesar de ser também apoiada e assessorada pelo IMOPEC e inspirada na Casa da Memória de Jaguaribara, a iniciativa não parte da comunidade, mas do poder público municipal. Como um dos objetivos do IMOPEC era apoiar a construção de museus comunitários, a fim de auxiliar na defesa do direito à memória e à cultura das minorias, o instituto estava estimulando a criação de instituições desse tipo na região. Em um encontro em Jaguaribara, promovido pelo IMOPEC, foi compartilhada a experiência da Casa da Memória local, o que inspirou e incentivou representantes da gestão municipal de Jaguaretama a querer também organizar uma Casa da Memória no seu município.

Dando continuidade à ideia de criar a Casa, foi efetuada uma mobilização da comunidade para a doação de objetos que formariam o acervo. A prefeitura alugou uma casa e o IMOPEC contribuiu com a elaboração do projeto e a formação a distância de pessoas de Jaguaretama, pois essa etapa se fazia necessária para que a comunidade se apropriasse e construísse sentimento de pertencimento, valorizando sua história e sua cultura. Enquanto

existiu o instituto, a Casa da Memória tinha nele uma parceria importante para o bom desempenho do cumprimento do papel de salvaguardar a memória local, mas com o fim do IMOPEC, perdeu-se em sua organização e efetividade de suas ações. Sales (2023) destaca em sua pesquisa que a Casa da Memória de Jaguaretama mudava com frequência de endereço, provocando a perda de objetos do acervo como também a desmotivação dos colaboradores locais por conta da visível falta de cuidado com a instituição.

Um ponto crucial que identificamos nessa experiência de Jaguaretama, foi de quem partiu a iniciativa de criar um espaço de memória na comunidade. O poder público, geralmente, é defensor de uma história oficial, pois os personagens que são destacados e contemplados nela, comumente, integraram e integram a classe dominante presente nos cargos de gestão pública. O exemplo, nesse caso, foi o nome escolhido para a Casa de Memória que, em vez de abranger de uma forma geral a população local, enalteceu e homenageou uma única pessoa. Assim, “não existe um documento ou uma memória que não carregue certas visões de mundo” (Gil, 2019, p. 157), sendo nessa perspectiva, demonstrado quem deveria ser homenageado, com seu nome registrado na história oficial do lugar, pois ao nomear qualquer instituição, se escreve a importância de determinado/a sujeito/sujeita naquele contexto histórico.

Além desse ponto citado, a questão de a instituição passar a ser exclusivamente administrada pela prefeitura, com pouca participação efetiva e consciente dos moradores, causou a falta de cuidado com o patrimônio, não só da Casa, estrutura física, mas da causa em si como sentimento de pertença. E esse regresso no funcionamento da Casa, se deu após findar as atividades do IMOPEC e, conseqüentemente, a desintegração da equipe de voluntários que contribuíam com o funcionamento da instituição. Mesmo com sérios problemas, a Casa de Jaguaretama continua em funcionamento.

Desviando a análise dessa experiência apresentada acima e indo para a de Penaforte, encontraremos um ponto de contato na questão que a Casa da Memória mudou de endereço de forma constante, comprometendo o cuidado com as peças do acervo, pois muitas foram extraviadas, como dissertaremos no próximo capítulo. Essa problemática se dá por conta das alternâncias de prefeitos na qual cada um vem com seus projetos de governos e olhares diferentes para a valorização da cultura que, geralmente, fica a desejar em todas as gestões públicas, apesar do direito à cultura como um direito de cidadania ser constitucional. Paralelo as mudanças de endereço e a falta de apoio eficaz do poder público, tem também o pouco engajamento da comunidade na tarefa de cuidar e lutar pela existência de uma

instituição que realmente promova a preservação de lugares de memórias e atividades educativas voltadas à valorização da história, memória, identidade e cultura.

A terceira e última experiência é a da Casa da Memória de Porteiras, também assessorada pelo IMOPEC. A sua criação ocorreu em 2007, protagonizada por um grupo de jovens, composto por estudantes secundaristas, universitários e professores, preocupados com a falta de uma historiografia do lugar e o descaso do poder público e da própria comunidade em relação aos patrimônios e cultura local. Cícero Joaquim dos Santos (2013), escrevendo sobre essa experiência da Casa da Memória de Porteiras, da qual fez e faz parte, ressalta que “o que mais o incomodou foi o “aparente descaso” que os porteirenses atribuíam ao passado e aos bens culturais do lugar, bem como a ausência de políticas para a preservação do patrimônio” (Santos, 2013, p. 57). Essa foi uma motivação que levou esses jovens a mobilizarem a comunidade de Porteiras a mudarem o cenário, construindo uma história de valorização dos patrimônios e memórias locais. Sales (2023) afirma também essa motivação ressaltada por Santos:

Por meio do grupo, os jovens de Porteiras empenharam-se em preencher uma lacuna na historiografia local, registrando e documentando as histórias, tradições e manifestações culturais presentes na cidade e zona rural. Seu objetivo era ouvir as vozes das comunidades locais e chamar a atenção das autoridades públicas para a importância de políticas culturais e de preservação do patrimônio local. Assessorados pelo Instituto, os membros do REMOP desenvolveram diversas ações no município, colocando em prática o conhecimento adquirido durante o curso à distância (Sales, 2023, p. 173).

Esses jovens formaram o grupo “Retratores da Memória de Porteiras” (REMOP) e participavam da formação à distância, oferecida pelo IMOPEC, que levou conhecimentos e incentivou a desenvolverem ações voltadas a despertar os moradores de Porteiras a olharem para sua história, buscarem a construção de identidades e o sentimento de pertencimento aquela cultura e aquele lugar. Geralmente, costumamos tomar como relevante apenas as histórias, culturas e patrimônios distantes da nossa realidade, minimizando a importância do meio em que vivemos.

Nesse sentido, o REMOP foi essencial na mudança de pensamento e entendimento da comunidade, no tocante a percepção que o lugar tinha história e patrimônios culturais relevantes. A Casa da Memória foi inaugurada em 2007, mas as atividades educativas com foco no inventário dos patrimônios e na valorização da cultura, começaram bem antes. Ainda nos anos de 2004, 2005 e 2006, o grupo realizava pesquisas junto à comunidade sobre as manifestações culturais do lugar, oficinas de flautas e teatro,

apresentações teatrais relacionadas a história e a cultura local, seminários e exposições culturais tituladas de “Espaço Aberto a Cultura” (ESPACULT) e outras atividades educativas, que promoviam uma educação histórica e patrimonial. Essas iniciativas, foram imprescindíveis para os moradores olharem ao seu redor e enxergar sua historicidade e principalmente defendê-la e salvaguardá-la. Segundo Santos (2013, 2013, P. 63), o grupo sentiu “a necessidade de criação de um espaço permanente de reflexão sobre o patrimônio, a memória e a história” e, assim, nasceu a Casa da Memória de Porteiras.

Diante do caminho percorrido pelo REMOP, com formações, conscientização com a comunidade e produção de cultura, percebemos que o projeto dessa Casa da Memória foi bem alicerçado. As campanhas para coleta de objetos que formariam o acervo, passaram a ser a tarefa desses jovens protagonistas de Porteiras que, agora, já tinha um certo apoio da população porteirense. Através de folders, rádios e visitas aos moradores de áreas urbana e rural, a criação desse espaço foi bem divulgado. Ela foi instalada em uma casa alugada pela prefeitura. “O acervo da Casa da Memória de Porteiras foi cuidadosamente organizado, seguindo um roteiro temático e um objeto gerador para cada sala, com base em problemas históricos específicos” (Sales, 2023, p. 183). Entendemos que tal metodologia, foi utilizada graças a formação patrimonial que os jovens do REMOP tiveram acesso, contribuindo para a existência de um museu comunitário com um projeto bem definido e fundamentado⁷.

Destacamos que as Casas de Memórias descritas aqui, passaram e passam pelo desafio cotidiano de não ter uma sede própria, tendo que estar sempre buscando apoio do poder público, a fim de ter um aluguel custeado pela prefeitura ou o empréstimo de um prédio público desativado ou, ainda, ficar anexada a outras instituições municipais, restringindo o êxito das atividades desenvolvidas, seja por inadequação do espaço ou falta de funcionários preparados e engajados, ou seja, que realmente façam dele um lugar de produção de conhecimento.

A diferença observada entre cada experiência é a participação da comunidade desde as primeiras ideias, de quem partiu a iniciativa, os motivos e as inspirações, o acesso a formação, a produção e a vivência coletiva das manifestações das diversas memórias. Todas elas, dentro de sua especificidade, enfrentam obstáculos de ordem política, formativa e/ou econômica, mas quando a população inserida no território de vivência das memórias, tem acesso à educação patrimonial, ela mesma cobra do poder público e contribui concretamente na defesa da causa.

7 Sobre a Construção da Casa da Memória de Porteiras, ver também o documentário Retratores da Memória, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YCDW-gkFWsE>. Acesso em: 29/03/2025.

Desse modo, as Casas da Memórias ou museus comunitários, são espaços que acolhem e salvaguardam acervos de uma comunidade, com a finalidade de formar sujeitos coletivos, capazes de desenvolver a consciência da própria história, propiciando a reflexão e a crítica para a ação transformadora do grupo (Sales, 2023, p. 14).

1.2. CASA DA MEMÓRIA DE PENAFORTE: MOTIVAÇÕES E ASPIRAÇÕES

Na Ata de criação da Casa da Memória de Penaforte, datada de 20 de março de 2009, arquivada na sede da Secretaria de Cultura daquele município, espaço que atualmente, sedia a Casa da Memória, encontramos o registro da reunião de criação, aprovação do seu projeto e estatuto. Nessa ata, identificamos os nomes das pessoas que participaram da reunião, as quais foram convidadas a participar da presente pesquisa, concedendo suas narrativas em relação a esse projeto. Procuramos entender, por meio da história oral, com entrevistas com integrantes da turma de graduação que idealizou e criou a Casa da Memória, quais foram suas motivações e aspirações que levaram a esse projeto. Salientamos que o projeto e o estatuto citados na Ata, não foram encontrados, reduzindo assim a profundidade de análise do cruzamento de fontes para compreendermos os objetivos do projeto da Casa da Memória.

Ao iniciarmos as ações de pesquisa, observamos certa resistência de alguns idealizadores da Casa da Memória em aceitar participar das entrevistas, relatando que não lembravam de detalhes sobre o tema, pois já se passaram muitos anos e não possuíam nenhum arquivo. Conseguimos suas narrativas através de diálogos, a fim de convencê-los que suas memórias, por poucas que fossem, seriam relevantes para construção da trajetória histórica desse espaço de memória.

Em 2009, ano de conclusão do curso de Licenciatura em Biologia, a turma de estudantes conseguiu montar e organizar um acervo com objetos do cotidiano, doados por moradores do município. Entusiasmados com a ideia de realizar um projeto ímpar para a valorização das memórias do lugar, os estudantes se organizaram para criar uma Casa da Memória. Atualmente, a maioria deles, são professores da rede municipal de ensino. Os que não são professores, têm outras profissões não ligadas ao ensino. Passados dezesseis anos da criação da Casa da Memória, professores e não professores acreditavam que não lembravam mais sobre suas vivências nessa ação e, por esse motivo, suas narrativas não contribuiriam com a memória histórica sobre a Casa. Sabemos que a memória é construída por lembranças e esquecimentos. Sobre o esquecimento Ramos, (2010, p. 401) escreve:

O esquecimento esquecido (quer dizer, não percebido) é a transformação, a mudança, a presença do presente que se livra efetivamente do pretérito, não como ruptura radical, mas como movimento que abre espaço para o devir e não dá cabimento aos planos do destino. O esquecimento denunciado, nessa lógica narrativa do cultivo mnemônico, é sempre o vilão, que também tem suas memórias, seus interesses em produzir o passado. (Ramos, 2010, p. 401).

Nesse contexto, o esquecimento é consequência do passar do tempo, das mudanças ocorridas durante os dezesseis anos na vida de cada sujeito que se envolveu no projeto da Casa da Memória e que, atualmente, não se sente mais ligado as suas ações do passado. Isso acontece não por falta de interesse ou valorização de suas criações, mas porque somos seres sociais, inseridos em um contexto de transformações contínuas, vivências, escolhas, caminhos diferentes proporcionados na vida de cada um, pois a memória é socialmente construída. Aqueles estudantes universitários que reservaram um pouco do seu tempo para se dedicar a um projeto que teria o objetivo de valorizar a memória e cultura do lugar que viviam, agora, tinham outras perspectivas na vida pessoal e profissional. Como ressalta Ana Cristina de Sales “essas marcas de lembrar/esquecer estão inebriadas de relação social/política e experiências simbólicas fazendo assim, um conjunto de ideias e significados” (Sales, 2023, p.138). É o devir que se faz presente na trajetória de todos e todas e, nesse sentido, não significa que o projeto da Casa da Memória não teve importância para eles/elas, mas suas novas relações sociais os levaram a outros caminhos. Ramos (2010, p. 3) ressalta também que “a memória, sempre pronta para se defender de outras lembranças, faz parte da própria existência de indivíduos e grupos sociais, apresenta soluções de continuidade e rompimento, fundamentais em qualquer configuração cultural”. Voltar ao passado, talvez não estivesse nos planos das pessoas entrevistadas.

A escolha seria o rompimento, pois tais lembranças não tinham utilidade no tempo presente. Ao convidarmos para narrar suas lembranças relacionadas a Casa, essas pessoas que, no início, acreditavam que não lembravam de nada, de repente, já estão direcionando seu olhar ao passado, lembrando de sua participação, das atribuições que lhes foram designadas no projeto e que não imaginavam que eram informações relevantes para a escrita da história da Casa. Então, vamos percebendo de forma direta ou na subjetividade da história oral, as motivações e convicções que levaram a criação da Casa da Memória. Sobre a história oral, Portelli (2016, p. 10) ressalta:

Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão,

necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder à agenda do narrador; mas o que o historiador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar (Portelli, 2016, p.10).

É do encontro do(a) historiador(a) com o(a) narrador(a), do diálogo construindo entre os dois, que as fontes orais são produzidas (documentação oral), que as informações e as lembranças vão compondo um documento histórico novo, singular, pois as memórias representam não só informações, mas valores, convicções, sentimentos, vivências diferentes entre os sujeitos envolvidos num mesmo acontecimento histórico.

É nessa escuta atenta que o(a) historiador(a) interpreta as memórias as quais precisam ser cruzadas com outros documentos, interpretados, pois “a tarefa do historiador reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa com outras narrativas e outros tipos de fonte” (Portelli, 2016, p. 17-18). Nessa troca dialógica, pode ser gerada uma narrativa histórica que se oponha a uma história oficial, contada e preservada, a qual deixa de fora muitos agentes históricos que nunca tiveram oportunidades de terem suas vozes escutadas. O(a) historiador(a) não dá voz ao(a) narrador(a), pelo contrário, é o(a) narrador(a) que dá voz a escrita do(a) historiador(a). Para isso, é preciso que o(a) pesquisador(a) dê escuta a voz do(a) narrador(a).

Nessa escuta atenta, apresentamos a historicidade da Casa da Memória, valorizando a voz de quem participou da sua idealização e criação, bem como do seu funcionamento. A partir da história oral, reconstruímos um pouco das historicidades da Casa da Memória de Penaforte. No contexto de sua construção, não houve uma fundamentação e um planejamento sólido que propiciasse a esse espaço de memória, a possibilidade de se tornar um lugar que desenvolvesse atividades educativas contínuas a curto, médio e longo prazo. A falta de uma formação inicial pautada em conhecimentos teóricos sobre o significado de uma Casa de Memória, assim como dos direitos dos cidadãos à cultura, talvez, foi o que levou a Casa a não se tornar importante para a comunidade e o poder público no decorrer dos anos. A cada narrativa escutada, foi possível perceber o conceito e o entendimento que tinham em relação a memória e a cultura. Nessa escuta, ainda, foi percebido a preocupação em qual memória trazer à tona de forma que não apontasse culpados por determinadas ações ou falta delas em relação a ao funcionamento da Casa e valorização da história e cultura local.

Sobre as motivações da turma do curso de Biologia no ano de 2009, cabe pontuarmos: primeiramente, a ideia de criar a Casa da Memória não foi de toda a turma. Apenas alguns alunos lideraram essa ação. Os estudantes assistiam as aulas em uma sala que funcionava na Escola Municipal Professora “Ledite Ângelo”, localizada na sede no município

de Penaforte (CE). Os professores e professoras vinham da Universidade Regional do Cariri (URCA), localizada na cidade do Crato (CE). A turma era composta por quarenta e cinco estudantes, dentre esses, apenas dois do sexo masculino, Josué Matias Leite e Semival Manoel da Silva. Entre as estudantes, na época da graduação, algumas já eram professoras da educação básica, mas ainda estavam cursando o ensino superior. Outros não seguiam à docência. Tinha outras profissões. A figura 1, abaixo, mostra esses estudantes:

FIGURA 2: Fotos da turma de Biologia (2009)



FONTE: Arquivo pessoal de Naria Agustinho de Souza - Aluna da turma (2009.)

Segundo as memórias de duas partícipes, a ideia de criar uma Casa de Memória em Penaforte, surgiu de um professor ou professora que lecionava a disciplina “Orientação de Projetos de Pesquisa”. Vejamos:

Teve um professor que incentivou. Não estou lembrando bem o nome dele, não sabe. Ele quem incentivou pra. Assim, a gente fazendo a monografia, ele quem veio dar o último visto. Não estou lembrando o nome dele, é verdade. É da Universidade Regional do Cariri, da URCA. Ele era orientador de monografia, sabe. Quem dava a última orientação no final, verificava tudo como estava, entendeu? E era esse professor. Nós trabalhamos muito. Aí ele chamou a gente e conversou. Aí sabe, tem uns que se interessa mais, outros menos né... ficava eu, Mirian, outras lá. Ficava bem umas cinco só. Tava na verdade todo mundo cansado. Doido para ir para casa. Eu mesmo gostava de estar ouvindo. O mais participante era os cinco. Um grupinho de cinco mesmo. (Entrevista realizada com Maria de Fátima M. B. de Andrade, concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda, 01/05/2024).

Surgiu da necessidade do resgate da História local. Estávamos fazendo um trabalho de pesquisa relacionado a história do lugar e não tinha praticamente registros, arquivos sobre ela. A partir dessa dificuldade uma professora da turma, se eu não me engano, chamada Luciana Ricarte, professora que orientava os projetos de pesquisa, sugeriu para criarmos uma Casa da Memória para a história não se apagar. Então

abraçamos a ideia e fomos tentar colocar em prática. (Entrevista realizada com Ana Virgínia Ângelo Vidal Queiroz, concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda, 04/06/2024).

Maria de Fátima e Ana Virgínia são professoras da rede municipal de ensino. Maria de Fátima, conhecida na comunidade como Fátima Bento, tem 64 anos e já aposentada. Ana Virgínia continua na ativa como professora. Nas suas falas, fica evidente que a ideia e motivação partiu de um professor ou professora. Apesar de divergirem sobre essa informação, atestam que o incentivo para criar a Casa da Memória, nasceu na sala de aula do Curso de Biologia, com a disciplina que trabalhava as orientações de Projetos de Pesquisa, em uma conversa informal, sem fazer parte do programa da disciplina.

Essa ideia e projeto surgiu no último ano do curso (2009), período de produção dos trabalhos de conclusão. Dialogando sobre a falta de um espaço de cultura, de memória do lugar e da dificuldade de conhecer a história por falta de registros, o professor ou professora incentivou a turma a enfrentar essa ação, com o objetivo de preservar a história e construir espaços de pesquisa, produção de conhecimentos e valorização cultural.

Nas palavras da professora Maria de Fátima, fica claro que apenas alguns estudantes abraçaram a causa, um pequeno grupo de cinco. Essas cinco pessoas seriam elas, Miriam, Ana Virgínia e não lembrava o nome das outras pessoas atuantes no projeto. A maioria dos entrevistados para essa pesquisa, cita o nome de Miriam, estudante de Biologia e, também, moradora de Penaforte, como a líder da turma, principalmente, no tocante a execução da ideia de criação desse espaço de memória.

Nas atas de criação e inauguração da Casa, também, consta o nome de Miriam Ferreira, porém, não conseguimos entrevistá-la, apesar de vários contatos para esse fim. O único momento que conversamos com ela, foi em um encontro informal que pudemos confirmar algumas informações mencionadas por outras pessoas entrevistadas, mas não conseguimos documentar sua narrativa. O engajamento de poucos integrantes da turma, explica a decisão de algumas pessoas não aceitarem o convite para dar seu depoimento sobre a criação da Casa da Memória, pois não tinham o sentimento de pertencimento a tal instituição, reconhecendo que não se engajaram nessa tarefa. Assim como entender que a tarefa de criar esse espaço não foi obrigação curricular, mas um professor/professora que valorizava a cultura, a memória histórica e queria contribuir com meios de salvaguardar a história da comunidade, o que despertou nos estudantes, a maioria, moradores do município de Penaforte, o desejo de contribuir com a preservação das memórias históricas do lugar.

Sobre a importância de conhecer e compreender o passado, a origem do lugar que vive, Ricardo Oriá diz

A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história (Oriá, 2002, p. 139).

Os estudantes da turma de Biologia e suas famílias eram e são sujeitos da história do lugar em que vivem. Como moradores da comunidade, buscaram meios de registrar as memórias, de salvaguardar a história, para que possa ser conhecida e compreendida pelas futuras gerações, para despertar o sentimento de pertença a comunidade, para estreitar os vínculos entre velhos e jovens, assim como compreender o processo de desenvolvimento da cidade, podendo analisar ações praticadas pelos diversos sujeitos que habitaram, trabalharam, produziram e transformaram a comunidade de Penaforte no decorrer da sua história. Com essa visão, foram amadurecendo a ideia de criar o espaço para reunir as memórias que pudessem narrar a sua história e garantir aos cidadãos penafortenses o direito de lembrar, valorizar e se encontrar como habitante desse espaço.

Esse sentimento de pertencimento a algum lugar ou grupo, é importante para que os sujeitos se engajem na defesa de sua própria história e memória. Michael Pollak, ao escrever sobre memória e identidade social, afirma que “a memória é um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva, na medida que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p.5). Precisamos nos identificar com o lugar que vivemos, e um dos meios de construir essa identidade, é conhecendo a historicidade que nos rodeia, incluindo os lugares, os personagens, os acontecimentos, no sentido de formar nossa memória histórica e, acima de tudo, nos sentindo parte dela. Para que a Casa da Memória se tornasse importante na construção do vínculo entre os moradores e a cidade, era necessário que esse espaço trouxesse o passado histórico de Penaforte, mas que esse passado contemplasse múltiplas memórias a partir das quais todos, todas e todes encontrassem pontos de identificação e de pertencimento.

A Casa da Memória de Penaforte, apesar de ter iniciado seu projeto sem uma fundamentação teórica e uma pesquisa aprofundada sobre a pluralidade de memórias históricas que poderiam formarem um acervo que narrasse e valorizasse as culturas locais, foi

uma iniciativa importante para a cidade. Devemos reconhecer a proeza dos integrantes dessa turma de Biologia de desenvolverem essa ação.

Diante dessa análise, começaram as ações para concretizar a ideia. O/a professor/professora universitário/a ficou incumbido/a de elaborar o projeto e estatuto. Os/as alunos/as da turma deveriam doar e conseguir doações de objetos antigos, fotografias, memórias que representassem a história e a cultura local. Muitos integrantes da turma doaram e ajudaram de alguma forma, mas a liderança e principal motivação, estava na responsabilidade de um grupo pequeno de pessoas. Destarte, nasceu a ideia no chão de uma sala de aula universitária. Professor/professora e alunos/as amadurecendo o desejo de realizar um projeto que iria fazer diferença para a preservação da memória e da cultura do lugar. Assim, iniciaram as ações necessárias para colocar em prática: elaboração do projeto, coleta de objetos e busca por um espaço para o seu funcionamento.

1.3 PROCESSOS DE COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO

A falta de registros da história de Penaforte e de um espaço que promovesse o acesso a essa história, foram as principais motivações que levaram ao projeto de criação da Casa da Memória. Seus idealizadores partiram da dificuldade de se fazer pesquisa e de conhecer as memórias históricas. O único registro que tinha era um pequeno documentário⁸, escrito e titulado “Penaforte: Uma história de paz e união, espelho para uma nova geração”, elaborado no ano de 1997, por Joaquim Pereira Muniz Barros⁹. O organizador desse documentário era irmão do então prefeito da cidade, Cornélio Pereira Muniz Barros¹⁰, gestor do município no período de 1997 a 2000. Eles fazem parte de uma família “tradicional” na política local, detalhe que explica a escolha das narrativas e informações presentes nesse documentário, que segundo a narrativa de Ana Virgínia, foi tomado como fonte de pesquisa para escolha das memórias que seriam salvaguardadas:

⁸ Essa produção escrita foi nominada de “documentário” pelo organizador, no entanto não tem as características desse gênero. É simplesmente um pequeno livro impresso em gráfica que apresenta narrativas da origem histórica de Penaforte/CE.

⁹ Em um encontro informal com Joaquim Pereira Muniz Barros, ocorrido em 15 de março de 2025, já no final da escrita dessa pesquisa, ele salientou que ao olhar para a esse “documentário” de 1997, percebe que algumas informações contidas nele podem não serem verdades históricas. Frisou que Penaforte ter sido denominada em 1944 de Vila Presidente Vargas, pode ser simplesmente fruto de memórias de alguns entrevistados, mas sem confirmação.

Então para saber como começar a coleta de objetos fomos pesquisar no único registro escrito que tinha sobre a origem do lugar que é um pequeno documentário chamado “Uma história de paz e união, espelho para uma nova geração” organizado por Joaquim Muniz. Assim observamos quem foram as primeiras famílias, os políticos, porque geralmente em cidade pequena os prefeitos fazem parte das famílias tradicionais, e dessa forma saberíamos por onde começar a pedir as doações de objetos que narrassem a história. Foi olhando parra esse documentário que também mandamos fazer a réplica (de gesso) da primeira capela, os desenhos da primeira casa, da casa de farinha e da primeira escola para expor na Casa da Memória (Entrevista realizada com Ana Virgínia Ângelo Vidal Queiroz, concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda, 04/06/2024).

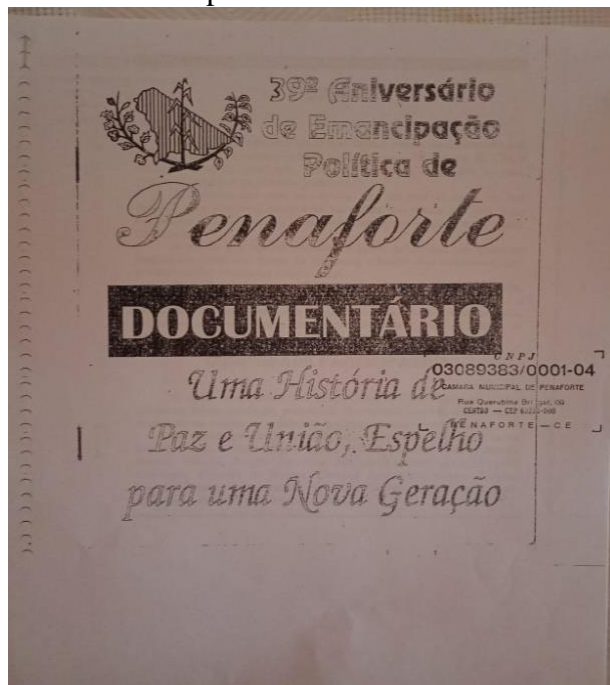
Tanto esse documentário como a escolha dos idealizadores da Casa em tomá-los como principal meio de informação para selecionar os moradores do lugar que seriam essenciais para doação de objetos que formariam o acervo, mostra qual memória era vista como dominante. Era a memória que lembrava os feitos dos políticos e famílias consideradas “tradicionais e fundadoras” do lugar, assim como a narrativa cronológica do processo de desenvolvimento da cidade. As memórias das minorias, ou seja, das classes dominadas, foram pouco requisitadas para serem lembradas, pois “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (Le Goff, 2003, p. 422). Nessa mesma linha reflexiva, é importante lembrar que, muitas vezes, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (Pollak, 1989, p. 3).

A partir dos registros contidos no documentário, as memórias retratariam a história oficial e manteria a classe social dominante como senhora da história de Penaforte. Tais situações, muitas vezes, não são percebidas, pois, no convívio social, comumente naturalizamos a hierarquização das memórias, enaltecendo a oficial e minimizando as memórias das minorias, ou como denomina Pollak (1989), as memórias “subterrâneas”, no caso de Penaforte as memórias dos/as sujeitos/as que não integravam as famílias fundadoras.

Esse documentário, de apenas quinze páginas e impresso em gráfica, trazia pequenas narrativas sobre a origem de Penaforte, com informações relacionadas a construção da primeira casa, primeira escola, da capela, ao redor da qual iniciou a urbanização do lugar, da emancipação política. Traz, também, os nomes dos prefeitos e dos vereadores das gestões municipais, compreendidas entre 1961(primeira) e 1997, ano de elaboração do documentário. Todas essas informações estão relacionadas com a história oficial, e o documentário foi

distribuído para a população, especialmente, para professores e professoras da rede de ensino municipal que, geralmente, utilizava nas escolas para ensinar sobre história do município.

FIGURA 3: Capa documentário



FONTE: Aurineide Miranda (2024).

Os idealizadores da Casa tomaram como base as informações do documentário para decidirem onde buscar doações de objetos que retratassem a memória e história do lugar. Através dessa fonte, encomendaram desenhos em tela da primeira casa, primeira escola, casa de farinha, assim como da réplica em gesso da capela para expor na Casa. Pesquisaram os nomes que ocuparam os cargos do executivo e legislativo, desde a emancipação política até 1997, a fim de pedir as famílias dessas pessoas fotografias para o acervo, e acrescentaram os que vieram depois do documentário até aquele momento. Além dessas fotografias de políticos, conseguiram também, de pessoas ligadas a origem da cidade, chamadas de famílias tradicionais ou fundadoras. O acervo foi acrescentado de objetos de uso cotidiano e móveis antigos, capazes de narrar o passado nos seus costumes, que poderiam ser confrontados com o tempo presente.

Os objetos que foram acrescentados, na sua maioria, foram doados por moradores do lugar que não são identificados como sujeitos citados pela história oficial. Essas memórias representariam o cotidiano dessas pessoas e a escolha seria por ser “antigos” e não ter mais utilidade por conta do aparecimento de objetos mais modernos. Dessa forma, não estão ligados a narrativa da história de Penaforte, apenas fazem parte da história do progresso tecnológico e que foram misturados com os oficiais sem nenhuma fundamentação teórica,

ligação com acontecimentos históricos locais, manifestações culturais ou objetivos de problematização em torno deles.

Com essa orientação e compreensão de memória e história, a turma resolveu organizar esse espaço de preservação de memória e patrimônio, pois isso era uma importante ação para valorizar as memórias históricas do lugar e registrar, através da materialidade das coisas, a história de Penaforte. Com essa organização, passaria a preservar as heranças do passado, instigar os mais jovens conhecer os costumes dos mais velhos, ajuda a construir conhecimentos, a respeitar experiências e compreender o presente com suas mudanças e permanências.

Nos últimos anos, assistimos um aumento considerável de instituições voltadas para a preservação da memória histórica. Essas instituições têm o objetivo de valorizar as heranças “de outros tempos”, as experiências vivenciadas por nossos antepassados. Não existe presente sem passado. Os mais jovens, às vezes, podem olhar o passado como algo sem importância, sem utilidade para as ideias e ações no tempo presente.

Decidir criar uma Casa da Memória significa apresentar a nova geração materiais cotidianos de outros tempos, saberes, vivências, valores, problemas, conquistas, conhecimentos diversos. Significa preservar para não apagar os rastros no presente. Ao criar e organizar uma instituição e denominar Casa da Memória, esses estudantes estavam buscando construir um espaço que contasse a história local e preservasse as memórias da comunidade. Representar esse passado, através de objetos do cotidiano e das memórias, seria uma forma de não apagar esse pretérito e despertar na geração mais jovem essa valorização.

Com esse pensamento, eles e elas iniciaram a tarefa de visitar alguns moradores do município, a fim de conseguir doações de objetos do cotidiano que, de alguma forma, representava a memória, momentos importantes da trajetória dessas famílias ou da comunidade e bens culturais carregados de histórias. Segundo as Atas arquivadas na Casa da Memória, a aprovação do projeto e estatuto, foi em 20 de março de 2009. A inauguração foi em 29 de maio do mesmo ano. A coleta dos objetos que formaram o acervo exposto na Casa, foi realizada apenas em dois meses. Nesse intervalo de tempo, os estudantes arrecadaram uma diversidade de bens considerados portadores de cultura e memórias que tinha algum valor e significado para seus doadores.

Começava a saga desses estudantes na tarefa de construir um acervo de memória. Visitando diversas famílias, tanto na cidade como na zona rural, foram conseguindo doações de diversos objetos, de modo que o acervo foi se formando. Um ferro de passar roupa, uma cangalha, uma televisão em preto e branco, foram doados pela professora Fátima Bento,

moradora do sítio Lagoa Preta, Penaforte que, também, era aluna da turma de Biologia. A mãe de Fátima Bento, a senhora Ana Ursulina da Silva, doou um oratório com um terço, um penico de porcelana “grande, branco, bem cuidado, parecia ter saído da loja naquele dia”. Um moinho, objeto que era utilizado para moer milho, doado por Naninha de Pedro Matias. Dona Raimunda, do Sítio Juá, doou um baú de madeira, “baú bem antigo, da madeira bem forte, pesado que só”. Essas descrições narradas por Fátima Bento, retratam o valor e sentido que foi atribuído a tarefa de formar esse acervo, revela o gosto com que desenvolveu essa ação. Alberti (2004) ressalta que é impossível reproduzir os acontecimentos do passado em todos os seus meandros, mas através de história oral, é possível encontrarmos “a “vivacidade” do passado, a possibilidade de revivê-lo pela experiência do entrevistado” (Alberti, 2004, p.15). Nas lembranças detalhadas, enxergamos uma memória viva como se o passado estivesse presente, como estivéssemos visualizando o acontecimento. Foi essa sensação que tivemos no encontro dialógico com a entrevistada.

No tocante as pessoas que doaram os objetos citados acima, identificamos que são mulheres e moradoras da área rural. Diante desse detalhe, observamos que suas doações se caracterizam por serem relacionadas a trabalhos domésticos, as vivências de moradores do espaço rural e as práticas religiosas, características que são atribuídas ao gênero feminino. Então, analisando cada objeto e quem foi sua doadora, é possível percebermos um pouco do perfil de quem doou e o porquê da doação. Esses itens, em um acervo de memória, podem narrar muito além do que explicita, do que é enxergado ou do que querem nos mostrar, pois a materialidade das coisas, nos diz não somente sobre os materiais com que são feitas, mas sobre a história construída sobre elas. Vânia Carneiro de Carvalho fala em *O sexo das coisas* (Carvalho, 2022), como as coisas são projetadas, produzidas e usadas para construírem noções de distinções diversas e uma delas é a distinção entre o gênero feminino do masculino. Tais objetos cotidianos, tão comuns nas residências e nos trabalhos desenvolvidos por essas mulheres, demonstram que seu uso distingue as atividades consideradas femininas e masculinas e, de uma forma normatizada, são escolhidos por elas mesmas para representar suas memórias. Assim, refletimos sobre quais objetos poderiam ter sido doados por essas mesmas famílias se o homem, patriarca delas, tivesse escolhido a memória a salvar.

Além da questão da distinção de gênero a partir desses objetos, observamos também, que eles não fazem parte da narrativa da história de Penaforte, mas de experiências individuais das suas doadoras, das suas atividades cotidianas, não sendo enxergados como relevante na construção da historicidade do lugar. Das famílias consideradas socialmente importantes na história da cidade, foram doados objetos ou fotografias que narram a

participação no desenvolvimento político e social da comunidade. É como a gravação de uma cena de novela, onde tem os atores principais, protagonistas que, sem eles, não desenvolve o roteiro e os figurantes do ambiente, sem participação ativa nas cenas. Ambas as memórias, estão presentes na Casa, mas com objetivos diferentes, com uma hierarquia de importância histórica, pois as memórias são moldadas socialmente e diferentes interesses a disputam causando conflitos entre elas. Ramos (2009, p. 2) atesta que “estudar a memória significa, então, adentrar na dinâmica das lutas sociais, nas quais os sujeitos se fazem na própria experiência conflituosa do cotidiano”. Os conflitos entre as memórias estão presentes na historicidade da cidade e da Casa da Memória, mas não são notados e problematizados, e essa problematização não ocorre porque os próprios sujeitos cujas memórias não integram os oficiais, não cobram o reconhecimento de sua participação na história.

É perceptível nas audições das narrativas dos entrevistados sobre as motivações e aspirações que levaram a criação da Casa da Memória de Penaforte e da construção do seu acervo, que a história do lugar foi pensada a partir das informações relacionadas a trajetória política e ao desenvolvimento social da comunidade, ligando esses acontecimentos a sobrenomes de poucas famílias. O documentário sobre Penaforte, elaborado por Joaquim Pereira Muniz de Barros, em 1997, e que foi tomado como fonte para formação do acervo, como já mencionado anteriormente, descreve a origem do lugar, destacando as memórias dominantes e, praticamente, não cita outras memórias historicamente dominadas. A exemplo, podemos olhar para a construção da capela que deu origem a urbanização da cidade.

De acordo com as informações contidas no documentário (1997), o terreno da capela foi doado pelo senhor Antônio Ângelo Irmão e a padroeira Nossa Senhora da Saúde, escolhida por ele e sua esposa, Maria Vieira Leite. Nesse contexto da história do lugar, podemos nos perguntar: Quem foram os sujeitos que construíram a capela? Quem frequentava as celebrações religiosas? Quem morava nesse território quando ainda era uma área rural ou uma vila? Nessa linha de valores, situamos as memórias oficiais e as subterrâneas ou marginalizadas, ou seja, no exemplo citado, os nomes relacionados a mão-de-obra utilizada da construção da capela ou de qualquer outra estrutura na comunidade nos primeiros anos de sua fundação, não estão registrados no documentário, citados em narrativas e nem representados na Casa da Memória.

Com memórias dominantes e dominadas (as dominadas com menor relevância histórica), o acervo da Casa da Memória foi formado a partir de objetos do cotidiano, fotografias, objetos religiosos, quadros de santos católicos e alguns móveis antigos. Identificamos seus doadores a partir do livro de tombamento que existe na Casa, como

também nas fichas de identificação colada sobre alguns objetos. Confirmamos as informações através das narrativas de alguns entrevistados durante a pesquisa de campo. Alguns itens do acervo não são citados no livro de tombamento, assim como existem itens que estão registrados, mas não se encontram na Casa. No quadro abaixo, apresentamos o acervo que conseguimos catalogar:

QUADRO 1: Acervo da Casa da Memória

Nº	NOME DOS BENS DOADOS	NOME DO DOADOR/DOADORA
1	Ferro de passar roupa- à carvão	Maria de Fátima Matias Bento de Andrade
2	Televisão de tubo-preto em branco	Valdir Alves Bezerra
3	Mimeografo	Escola José Cesário - doado por Tacione Grangeiro
4	Moinho	Naninha de Pedro Matias
5	Ancoretas	José Ângelo e seus filhos
6	Bacia de porcelana	Antônia Ferreira Gonçalves
7	Penico de porcelana	Ana Ursulina da Silva
8	Bule de café- azul	Maria Ivani de Alencar
9	Baú de madeira	Dona Raimunda do sítio Juá
10	Pilão de madeira- grande	Julieta Matias de Oliveira
11	Mão de pilão de madeira- grande	José Ângelo e seus filhos
12	Instrumento musical- Pistar	Escola de Ensino Médio Simão Ângelo
13	Oratório	Ana Ursulina da Silva e sua filha
14	Quadro com imagem do Coração de Jesus	Dalmadete Leite Piancó
15	Foto de Antônio Alves Ferreira	Maria Nem Ferreira (sua filha)
16	Foto de Maria Paulina Ferreira	Maria Nem Ferreira (sua filha)
17	Foto de João Genuíno Rodrigues	Maria de Fátima Matias Bento de Andrade
18	Foto de Ana Ursulina da Silva	Maria de Fátima Matias Bento de Andrade
19	Foto da família de Antônio Ângelo Irmão	Ana Virgínia Ângelo de Queiroz
20	Foto de Cícero Sousa de Oliveira	Sem identificação
21	Quadro com fotos dos primeiros médicos a atender no hospital municipal de Penaforte	Lessiana Ferreira de Lucena
22	Quadro com registros da criação do SINDISFORTE- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Penaforte.	Sem identificação
23	Banco escolar dos anos 60	Pertenceu a Escola de 1º grau de Penaforte- Doado por Dalmadete Leite Piancó
24	Telefone de linha	Luismar Lucena
25	Máquina de datilografia	José Auto dos Santos
26	Bíblia sagrada	Paróquia Nossa senhora da Saúde- Doado por Padre José Almeida
27	Ostensório de madeira	Paróquia Nossa senhora da Saúde- Doado por Padre José Almeida

28	Cadeira de madeira	Câmara Municipal de Penaforte Doado por Francisco Agábio Sampaio Gondim
29	Birô de madeira	Câmara Municipal de Penaforte Doado por Francisco Agábio Sampaio Gondim
30	Abajur	Filhos de Nanhe Ferreira Dantas
31	Rádio ABC	Maria Lucilene Ângelo Leite (pertenceu a seu avô Manoel Ângelo-)
32	Aparelho de vídeo cassete	Sem identificação
33	Fitas cassete	Maria Tânia Gonçalves Granjeiro
34	Câmera fotográfica	Dernival Ângelo
35	Candeeiro	Sem identificação
36	Secador de cabelo	Sem identificação
37	Aparelho de DVD	Sem identificação
38	Quadro com fotos dos legisladores gestão 2005 a 2008	Francisco Agábio Sampaio Gondim
39	Cachimbo	Maria de Fátima Gonçalves Granjeiro
40	Computador de mesa tubo- branco	Sem identificação
41	Máquina de calcular	Sem identificação
42	Seringa de vidro	Dona Dozinha
43	Aparelho de som- toca disco	Sem identificação
44	Aparelho de som- toca CD	Sem identificação
45	Pote de barro	Sem identificação
46	Filtro de água – de barro	Sem identificação
47	Imagem em gesso de Nossa Senhora	Sem identificação
48	Máquina de costura	Maria Vidal Ângelo (Enir)
49	Dicionário de Língua Portuguesa contendo 1310 páginas	Pertenceu a Dr. Cândido Doado por filhos de Dr. Cândido
50	Quadro com fotografia de Joaquim Pereira Lima	Seus filhos
51	Quadro com fotografia de Nicolau Vieira Ângelo	Seus filhos
52	Fotografia de Cicero Targino Ferreira	Seus filhos
53	Quadro com fotografias de Wilson Vieira Ângelo e Simão Ângelo	Organizado pela Casa da Memória
54	Quadro em gesso de N. Senhora das Dores, Padre Cícero e Frei Damião	Sem identificação
55	Quadro oval com imagem do Coração de Jesus	Sem identificação
56	Quadro de São Jorge	Sem identificação
57	Tela com desenho da primeira casa da comunidade	Encomendada e doada pela turma de biologia
58	Tela com desenho da primeira escola	Encomendada e doada pela turma de biologia
59	Tela com desenho da Casa de farinha	Encomendada e doada pela turma de biologia
60	Tela pintada representando cultura	Por Paula Nascimento

	junina com imagem de Luiz Gonzaga.	
61	Tela pintada com imagem de Lampião e Maria Bonita	Paula Nascimento
62	Chapéu de Manoel Gonçalo (açougueiro)	Sua neta Miriam Ferreira

FONTE: Aurineide Miranda (2024)

O quadro foi organizado com base nas informações encontradas durante a pesquisa de campo na Casa da Memória, a partir do livro de tombamento, bem como do contato com o acervo, identificando os objetos existentes nele no tempo presente, os quais foram fotografados. As narrativas dos entrevistados, também, ajudaram na sua elaboração. Ele apresenta a diversidade de objetos que formam o acervo da Casa da Memória. Nele, está presente apenas um (1) objeto de cada, porém, alguns itens citados, existem em quantidade, como televisão de tubo em preto e branco, mimeógrafos, computador de tubo, aparelho de som, toca CD, máquinas de datilografia, potes de barro, mas a maioria desses sem identificação de doadores. A maior parte foi adquirida no período de criação da Casa, outros em menor quantidade, foram doados nos anos seguintes, como instrumentos musicais, ostensório, bíblia, seringa de vacina.

Observamos que o acervo é composto de objetos de uso doméstico, religioso, político, escolar, profissional. Não eram mais utilizados no cotidiano das pessoas. Tinham perdido seu valor de uso. Todos eles, agora, serviriam para narrar histórias e salvaguardar memórias. Esses objetos escolhidos para essa finalidade, apresentam a possibilidade de análises diversas e interpretação de significados. Além da utilidade para narrar histórias, podemos analisar também, que outros sentidos têm a decisão de doar determinado objeto para fazer parte de uma exposição. Comungando com Ramos (2004), acreditamos que não há “museu inocente”, isto é, mesmo sem uma intencionalidade explícita, cada item doado constitui uma memória considerada de valor para quem doou. As fotografias dos prefeitos demonstram o prestígio político daquelas pessoas. As fotografias dos chamados “fundadores do lugar”, representam o *status* social que estes tiveram no passado da comunidade. Os objetos religiosos trazem consigo a prevalência da religião cristã católica nas famílias, que escolheram tais itens para doar, de modo que queriam deixar registrados sua crença religiosa e repassá-la para as gerações futuras. Os objetos do cotidiano como televisão, computador, som, rádio, telefone, máquina de escrever, pode nos apontar a relação existente entre quem tinha poder aquisitivo para possuí-los, assim como lembra aos que olharem para eles que a modernidade chegou e precisou ser acompanhada.

Outra lente que analisamos ao olhar para o acervo coletado, é estabelecermos a relação existente entre doação e doador/a através do critério gênero, como já comentamos anteriormente, questionando, especificamente, quais foram doados por mulheres e quais foram doados por homens. Geralmente, não percebemos no nosso cotidiano que a materialidade ajuda a construir noções que distinguem o gênero feminino do masculino.

No quadro 1 acima, identificamos que utensílios domésticos foram doados por mulheres, a exemplo do ferro de passar, do moinho, da bacia de porcelana, do bule de café, da máquina de costura, assim como o abajur, que em uma casa tem a função de iluminar, mas também de decorar um ambiente. O uso desses objetos é atribuído historicamente ao cotidiano das mulheres. Destacamos que itens religiosos como o oratório e imagens de santos chegaram ao acervo, também, por mãos femininas. E essas são exatamente as funções destinadas as mulheres ao longo da história: cuidar dos serviços domésticos e ser responsável pela orientação religiosa da família como ir à missa, por exemplo. Integrando as doações, também realizadas por mulheres, estão aquelas que faziam parte de atividades escolares como mimeógrafos e banco escolar. Suas doadoras eram professoras. Assim, além de atividades domésticas, elas desenvolviam uma profissão remunerada, intelectual, portanto, já ocupavam um espaço de mais destaque na sociedade.

A parte do acervo que caracteriza a participação masculina, é composta por alguns bens ligados aos trabalhos externos a vida doméstica, como máquina de escrever, dicionário, câmera fotográfica, telefone. Esses itens, lembram atividades intelectuais ou uma rotina nos espaços públicos que geralmente eram desenvolvidas por homens. Nos quadros com fotografias, encontramos representações de homens e mulheres, porém, a maior parte são do gênero masculino. Mesmo tendo sido doados pela família, e não pelos próprios homens, eles foram eleitos como uma memória que deveria ser salvaguardada por sua participação na construção e desenvolvimento do lugar, seja na esfera política, social ou como representante da família, isto é, o patriarca.

Nesse ponto, mais uma vez, ressaltamos as noções de distinções existentes na sociedade, que sem percebermos, estão na relação que construímos, nos espaços que habitamos e sua organização, inclusive, nos objetos presentes neles. A distinção social, parental, etária e de gênero, são aprofundadas nas atividades cotidianas a partir das coisas (Carvalho, 2022). As mulheres são responsáveis pelos serviços domésticos, pela organização do lar, educação dos/as filhos/as. Os homens marcam presença na esfera pública como profissionais, intelectuais, provedores do sustento da família, fazedores dos trabalhos pesados, mas também acumulam seu poder na esfera doméstica. Eles dominam fora e dentro de casa.

Podemos fazer essas leituras em peças de museus, se olharmos para elas de forma questionadora.

Abrimos aqui, um parêntese para deixar claro que na sociedade contemporânea muito já se avançou em relação a essas noções de distinção social e conquistas femininas. No entanto, através desse olhar, verificamos nas experiências cotidianas, que tais análises fazem sentido quando a sociedade aponta quais comportamentos, lugares e escolhas são tipicamente de homens e/ou de mulheres. No caso da Casa da Memória de Penaforte, mesmo sem a percepção dos seus doadores e doadoras, assim como dos idealizadores e organizadores desse espaço, desde a sua criação até a atualidade, o acervo é composto de todas essas distinções de gênero, social, etária e parental. Ainda é percebido a hierarquia diante dos objetos que contam a história oficial e a “memória subterrânea” (Pollak, 1989).

O acervo formado com a contribuição de homens, mulheres, jovens, idosos, instituição pública e religiosa, que narra a história e memória do privado (objetos cotidianos) ou do público (objetos ligados à política, trabalho, religião), foi organizado e exposto, criando assim a Casa da Memória de Penaforte.

1.3.1 Dos usos diários à memória coletiva: objetos do cotidiano no processo de coleta e preservação

A maior parte do acervo da Casa da Memória é composto por objetos do cotidiano. Ao olharmos para esses objetos, costumamos enxergá-los como algo natural, que não tem necessidade de guardá-los, de preservá-los, pois é comum seu uso no dia-a-dia, então, naturalizamos a sua existência. Outra característica que atribuímos a eles, é denominá-los de “coisas velhas” que não nos serve mais. Eram essas “coisas velhas” que os estudantes da turma de Biologia precisavam para construir um espaço de história e memória na cidade. Os doadores desses objetos não os utilizavam mais. Alguns itens, por conta do avanço permanente da tecnologia em vários setores, vão se tornando obsoletos e sendo substituídos por objetos novos, modernos. A televisão tubo, preto em branco, foi sendo substituída pela televisão plasma, colorida e, atualmente, digital. O ferro de passar roupa, que funcionava à carvão, deu lugar ao ferro que funciona com energia elétrica. A máquina de datilografia, o computador de mesa, foram se modernizando até chegar aos *notebooks* atuais. Os mimeógrafos, tão úteis na escola, usados para produzir cópias de atividades escolares para os alunos, perderam seu valor para as máquinas de xerox. A fita cassete, hoje, é algo exótico para os mais jovens. “E assim, vemos nascer e morrer objetos, com uma rapidez que assusta e

excita, no desejo sempre renovado de consumir. O “tempo dos objetos” pressupõe a existência da “sociedade de consumo” (Ramos, 2004, p. 67).

Destarte, esses antigos objetos serviriam apenas para amontoar o quarto de despensa da casa das pessoas, o depósito da escola ou virar lixo (de uma forma inadequada), portanto, seria mais útil doar para que os estudantes universitários montassem um espaço de memória. Então, os objetos que perderam sua utilidade, agora, estavam contando história. Contando a história da tecnologia, representada pela exposição de objetos cotidiano considerados antigos e substituídos pelos modernos. Esses objetos antigos, também, contam o estilo de vida das famílias da comunidade, a cultura presente no cotidiano dessas pessoas, com a função de construir vínculos, de produzir conhecimentos a respeito da história dos objetos, seus usos em tempos passados, as mudanças presentes nas “coisas novas”, comparar o cotidiano de gerações diferentes. A partir do momento que esses iriam fazer parte de um acervo de memória, teria outro significado, perderia o seu valor original de uso. Sobre isso, Ramos ressalta:

Ninguém vai a uma exposição de relógios antigos para saber as horas. Ao entrar no espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: a cadeira não serve de assento, assim como a arma de fogo abandona sua condição utilitária. Quando perdem suas funções originais, as vidas que tinham no mundo fora do museu, tais objetos passam a ter outros valores, regidos pelos mais variados interesses. (Ramos, 2004, p. 19).

A máquina de datilografia não seria mais usada para escrever. O objetivo, agora, deveria ser preservar o objeto em um espaço de memória, para mostrar às futuras gerações como essa atividade era desenvolvida no passado. O oratório, objeto comum nas salas de casas das famílias onde as pessoas faziam suas orações de agradecimentos ou pedidos em uma relação pessoal com o santo de sua devoção, não iria ser exposto na Casa para que os visitantes usassem, a fim de fazer suas orações, mas para contar a história de práticas cristãs, especificamente a católica. Todos os objetos doados perderam sua função original e passaram a ter outros valores. Meneses (1994, p. 20) nos diz que ““o objeto histórico é de ordem ideológica e não cognitiva. Não que não possa ser utilizado para a produção de conhecimento. Ao contrário são fontes excepcionais para se entender a sociedade que os produziu ou reproduziu enquanto objetos históricos”.

Cada item que compôs o acervo, pode contar sobre o modo de vida de seus doadores: a religião que professava, representada por um oratório ou uma imagem de santo, o poder aquisitivo que tinha, ao possuir uma televisão, um computador ou uma linha telefônica. O trabalho que desenvolvia através de uma máquina de calcular ou uma máquina de escrever.

Ainda consegue estabelecer os objetos que eram utilizados em atividades rurais, como o moinho, as ancoretas, o pilão. Esses últimos, costumavam ser usados por famílias que tinha uma vida ainda marcada por práticas ligadas a agricultura e pecuária. Os objetos cotidianos doados, têm a capacidade de deixar as marcas da vida de seus doadores registrada na história. Não na história escrita em livros ou documentos, mas nas tradições, nos costumes, nas memórias dos tempos passados. A salvaguarda desse acervo, seria uma forma da comunidade ensinar aos mais jovens sobre as experiências de outros tempos e valorizar a cultura local.

Diante das possibilidades de construção da historicidade desses objetos, questionamos se eles realmente cumpriram esse papel. Há dezesseis anos, a Casa da Memória existe na cidade, mas percebemos que tal acervo é visto apenas como um amontoado de “coisas velhas” que não são tomadas como produtoras de conhecimento, mas se resumiram apenas a demonstrar como eram tais objetos no passado, sendo olhado como artefatos interessantes, exóticos, diferentes, sem a devida problematização necessária a um espaço de reflexão histórica.

Tal espaço possui meios de promover a produção de conhecimento histórico. As possibilidades do Ensino de História, através de objetos, são múltiplas quando os artefatos são tomados como portadores de memória e de história de uma forma problematizada. Ao olhar uma exposição de cultura material, não devemos direcionar as perguntas referentes apenas ao tempo em que determinado objeto foi criado e para o que era usado. É preciso analisar sua historicidade, problematizar seu uso no passado, trazer reflexões no presente vivido relacionados a esse mesmo objeto. Visitar um acervo material e enxergar ele, simplesmente, como artefatos antigos, não faz dele um meio de promover o ensino de história. As diversas memórias presentes em um acervo histórico, devem ser exploradas em todos os aspectos. Da mesma forma que a ausência de certas memórias devem ser questionadas, observando a verdadeira intenção da presença de umas e ausência de outras.

A não visibilidade da Casa da Memória pela população local, demonstra a falta de valorização da cultura e do desconhecimento do poder educativo, que pode acontecer nesse espaço. O acervo foi coletado, organizado, administrado pelos seus idealizadores com empolgação, mas no decorrer do tempo, foi perdendo seu propósito por conta de o projeto ter sido continuado por outros sujeitos que não fizeram parte de sua idealização, assim como a falta de uma educação patrimonial. Uma ação necessária a promoção da visibilidade, era criar práticas educativas na comunidade para compreensão do significado e importância de uma Casa da Memória no lugar. Toda iniciativa perpassa por educação e conhecimento. Até 2009, Penaforte não tinha um espaço de salvaguarda de sua memória histórica, portanto, precisava

que seus moradores tivessem acesso a formação para entender a necessidade e relevância desse projeto e participassem de forma ativa dessa ação. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), traz em suas premissas conceituais que

[...] as comunidades devem ser participantes efetivas das ações educativas; os bens culturais estão inseridos nos espaços de vida das pessoas; a Educação Patrimonial é um processo de mediação; o patrimônio cultural é um campo de conflito; os territórios são espaços educativos; as ações educativas devem levar em conta a intersetorialidade das políticas públicas; e é necessária uma abordagem transversal e dialógica da educação patrimonial”. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)¹¹.

Os moradores precisam criar sentimento de pertencimento a comunidade, não somente como atores, mas como agentes históricos das ações, se identificando com o lugar em que vivem. Reconhecer a importância da sua história e cultura e a valorização das múltiplas memórias que compõem e compõem os espaços de vivências, é essencial para o sucesso e para a vida longa de uma instituição como a Casa da Memória. Isso só seria possível se fosse mediado por práticas de educação patrimonial, juntamente com a criação da Casa. Portanto, não podemos exigir da população um olhar valoroso sobre os patrimônios locais, se não oferecemos formação e conhecimento para construção dessa visão. O IPHAN conceitua a Educação Patrimonial da seguinte forma

Todas as vezes que as pessoas se reúnem para construir e dividir conhecimentos, investigar para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que as cerca estão realizando uma ação educativa. Quando tudo isso é feito levando em conta algo relativo ao patrimônio cultural, então trata-se de Educação Patrimonial (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)¹².

Essa educação patrimonial deve começar nas escolas, com formação continuada com os professores, como consequência, chegar nas salas de aulas apresentando aos estudantes os conceitos de patrimônios, cultura, memória, identidades, e inventariando com eles, os bens culturais locais que identificam como representantes das memórias históricas da comunidade. Os estudantes poderiam ser assim multiplicadores do conhecimento. Afim de promover uma formação mais abrangente, é essencial que a educação patrimonial chegue na população que não está inserida na escola, mas se encontra nos outros meios de vivência. Para Florêncio (2015, p. 24), a Educação Patrimonial é vista como “um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural” [...] e “que se caracteriza como mediação para a

¹¹ Disponível no Portal Iphan, <http://portal.iphan.gov.br/> acesso 02/11/24).

¹² Disponível no Portal Iphan, <http://portal.iphan.gov.br/> acesso 02/11/23).

construção coletiva do conhecimento, a que identifica a comunidade como produtora de saberes, que reconhece, portanto, a existência de um saber local” (Florêncio, 2015, p.26).

É importante conscientizar que a prática de educação patrimonial é necessária para alicerçar uma formação sólida, que possibilite a existência de uma instituição de memória histórica que, realmente, seja atuante no território que se localiza. Ela deve atuar sendo um meio de promoção e valorização dos saberes locais e de produção do conhecimento histórico. Se não houver ações educativas que propiciem essa atuação dificilmente a instituição pode conseguir cumprir seu papel educativo.

1.3.2 Fotografias como suportes da memória coletiva

A fotografia se constitui, hoje, como uma importante fonte histórica visual, mas nem sempre ela ocupou essa posição. Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho analisam os usos sociais e historiográficos da fotografia, apontando de que forma esses usos agenciaram o invento fotográfico ao longo dos séculos XIX e XX. Esse invento, divulgado em 1839, se difundiu entre várias ciências, como a Biologia e a Arte. Uma invenção burguesa que popularizou o retrato que, antes, era acessível apenas as classes altas da sociedade.

No caso da nossa pesquisa, interessa-nos o seu uso como documento histórico. “O valor da prova ou testemunho da fotografia, quando lastreada pelas fontes textuais, servia como documento complementar para construção de narrativas de cunho positivista, baseada no encadeamento factual ou biográfico” (Lima; Carvalho, 2009, p. 35). Assim, ela era usada para completar uma informação e/ou ilustrar os textos que narravam as histórias nacionais oficiais.

As autoras nos apresentam que as pinturas históricas ocupavam lugar de destaque nos museus, comprometidos com a consolidação das memórias nacionais. As pinturas encomendadas nos mínimos detalhes, tinham o objetivo de influenciar o público a enaltecer determinado personagem histórico. A fotografia, ao contrário da pintura, demonstra fidelidade ao real, no entanto, não ocupavam lugar de destaque nos museus como também nos arquivos textuais. No decorrer na história da fotografia, a sua importância como documento histórico, foi se consolidando. Entretanto, essa fonte como qualquer outra, pode ter múltiplas interpretações de historiadores e historiadoras, como também de visitantes de uma exposição museológica. Ela pode despertar significados diferentes nas pessoas, dependendo do lugar social de cada um e uma. Pode, também, ser selecionada para pesquisas diversas de acordo com o recorte escolhido pelo pesquisador. Como historiadores/as, olhamos para as fotografias

existentes na Casa da Memória de Penaforte e enxergamos como representações de personagens ligados a história oficial.

Se a partir dos objetos do cotidiano nós somos capazes de carregar tantas história e memórias e, principalmente, problematizá-las, analisando continuidades e mudanças, diferenças e semelhanças, as fotografias também tem esse papel. Na Casa da Memória existe no seu acervo fotografias dos prefeitos da cidade, de homens, mulheres, famílias que fizeram parte da história de sua fundação, de registros de eventos em instituição pública, a exemplo, dos primeiros médicos a atender no hospital municipal, de registro de criação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Penaforte (SINDISFORTE). As memórias de Maria Gilcicleia, apontam que:

Foi feito doações de peças antigas. A equipe, na verdade, os alunos da turma de biologia procuraram pessoas da comunidade, da cidade de Penaforte, aqueles das famílias que fundaram, as primeiras famílias que estiveram aqui, que fizeram acontecer a fundação do município. A gente procurou essas pessoas antigas e pedimos doações daqueles que estavam esquecidos, digamos assim, como máquinas de escrever, de datilografia, tinha peças como oratório. Então essas peças antigas, móveis antigos, que a maioria estavam esquecidos em residências dessas famílias de Penaforte, que fizeram parte da fundação de Penaforte. A gente fez esse movimento pra colocar esses objetos na Casa da Memória. Tinha também fotos do primeiro prefeito, das primeiras famílias que vieram para Penaforte. (Entrevista realizada com Maria Gilcicleia Ferreira Cunha, concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda, em 08/05/2024).

Nessas fotografias, estão representados os prefeitos do município na trajetória política de Penaforte, cujas fotografias foram doadas por suas respectivas famílias. Outras fotografias representam moradores considerados “fundadores do lugar”, as “primeiras famílias de Penaforte”. A intenção seria preservar e narrar a história do lugar. A foto do primeiro prefeito e de todos os outros que vieram na sequência das gestões, tem o papel de expor a linha de sucessão daqueles que ocuparam o poder executivo desde a emancipação política até a atualidade. A foto da família de Antônio Ângelo Irmão, relembra aos penafortenses qual foi uma das primeiras famílias a contribuir na fundação da cidade. Destacamos que a maioria dos prefeitos fazem parte das famílias chamadas tradicionais. Esse acervo fotográfico desempenha a função de narrar a origem histórica da cidade, para que seus habitantes se apropriem dela. Assim, a exposição do acervo na Casa da Memória comporta a possibilidade de construir o conhecimento histórico para as gerações atuais. Mas está cumprindo esse papel? Que memórias estão sendo salvaguardadas nesse espaço?

Para cumprir o papel produtor de conhecimento histórico, é preciso, antes de tudo, que um espaço cultural promova sua visibilidade, a fim de receber visitas para que conheçam

sua exposição e atividades educativas. Quando refletimos em torno do questionamento do aluno da turma do 9º ano na minha aula de História e nas narrativas dos entrevistados, quando deixam claro que não tem conhecimento do funcionamento da Casa da Memória, concluímos que o papel social e educativo desse espaço, precisa ser repensado. O acervo está lá exposto com muita informação para ser explorado e questionado, com uma geração jovem que carece de conhecer a história de onde vive e as experiências dos mais velhos, mas o acervo e os jovens não estão se encontrando.

Em relação as memórias que estão salvaguardadas, podemos analisar que não representa as múltiplas memórias. A Casa da Memória, através das fotografias, conta a história oficial. A história com viés positivista, aquela que valoriza somente nomes de personagens ligados à política, à sujeitos considerados importantes na trajetória histórica do lugar e à religião católica. Não que essa abordagem não seja importante. É relevante que a população, principalmente, os mais jovens, os estudantes, conheçam os fatos que formam a história do município, os nomes das pessoas que ocuparam os cargos políticos e administrativos na cidade em tempos passados e presente. Assim como é importante que conheçam como ocorreu a origem e fundação do lugar onde vivem. Esses pontos devem estar presente em um espaço de memória e cultura, como também no currículo das escolas, mas para ser problematizados e não contemplados.

O que queremos analisar quando fazemos essa crítica é que a história não é formada simplesmente pelo grupo de pessoas que estiveram à frente de decisões políticas, ou que integram famílias com poder aquisitivo ou social que lhes proporcionava estar em lugares privilegiados de decisões. Na Casa da Memória não encontramos, por exemplo, fotografias de sujeitos/sujeitas históricos que estavam do outro lado da história oficial ou que faziam parte de classes sociais não privilegiadas. Podemos citar mulheres da comunidade que exerciam a atividade de parteiras, de rezadeiras, tão comum das cidades interioranas e que na comunidade, tinha algumas populares que poderiam estar expostas. Destacamos, também, a falta de representatividade de vaqueiros, personagem típico na nossa região. Ainda nessa lacuna, encontramos a falta de representatividade de outras religiões cristãs de vertente não católica ou até mesmo de religiões não cristã.

Voltando a afirmativa de Ramos (2004), quando ressalta que ao entrar no espaço expositivo, os objetos passam a ter outros valores, regidos pelos mais variados interesses, podemos questionar qual seria o interesse de tal acervo fotográfico. A intenção era contar a história oficial da cidade. A partir do momento que acontece a doação de um objeto e no caso da presente análise, uma fotografia, se pretende defender, valorizar essa memória. E “não é

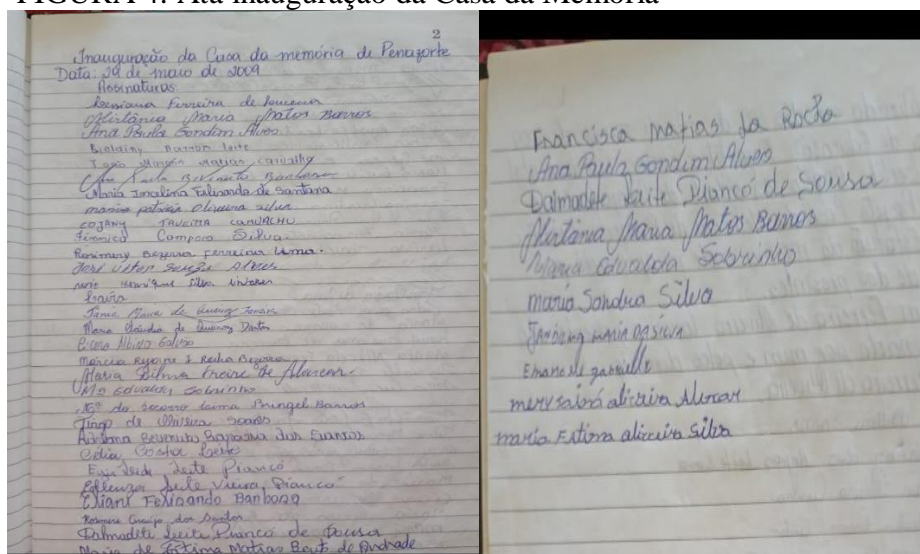
fácil questionar os portadores de memória. Antes de tudo, a lembrança carrega consigo um forte recurso de legitimidade que afasta e nega outras possibilidades de narrar o passado” (Ramos, 2010, p.405). O passado foi feito de ações de vários sujeitos integrantes de classes, raças, gêneros, religiões e valores diferentes. Portanto, existe a possibilidade de narrativas diferentes e com sua devida importância na formação da historicidade do lugar. Mas nenhuma narrativa deve se sobrepor a outra, nenhuma memória deve ser mais relevante do que outras. É preciso que todas sejam valorizadas, salvaguardadas e problematizadas.

Depois que recolheram uma certa quantidade de doações, o próximo passo seria conseguir um espaço para montar o acervo e funcionar a Casa da Memória. Alguns estudantes da turma procuraram a prefeitura buscando apoio para o projeto. A prefeitura se comprometeu a alugar uma casa para expor o acervo:

Acho que tu debes lembrar de uma casinha que tinha ali pra cima um pouquinho de Xavier que era daquele homem da Coelce. Como é! João da Coelce. Que tinha uma casinha que dizem que era dele. Ai foi alugada. Nós fomos na prefeitura para poder a prefeitura alugar o prédio. Se não ia cair tudo nas nossas costas e a gente já estava fazendo a faculdade... por isso que hoje ainda vem do mesmo jeito: na mão da prefeitura. (Entrevista realizada com Maria de Fátima M. B. de Andrade, concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda, 01/05/2024).

O primeiro espaço que funcionou a Casa da Memória de Penaforte, de acordo com a descrição da entrevistada, foi em uma casa localizada na rua Nossa Senhora do Socorro, esquina com a rua Josina Ângelo, bairro Centro. O acervo estava composto de uma diversidade de objetos e, segundo Maria Lucilene Ângelo, professora, 62 anos, também estudante da turma, ficou organizado nessa casa da rua Nossa Senhora do Socorro: “..., mas era muita coisa que a gente adquiriu, bastante, se eu não me engano ficou umas três salas lá na Casa e era tudo organizado. Ali era uma coisa, ali era outra, cada uma tinha o nome da pessoa de quem foi doado”. Com a casa custeada pela prefeitura e o acervo montado e organizado pela turma de biologia, a Casa estava pronta para funcionar. Sua inauguração foi em 29 de maio de 2009. Na inauguração, estavam presentes os alunos da turma de Biologia, responsáveis pela criação da Casa, a Secretária de Cultura na época Tânia Maria de Queiroz Ferreira (in memória), a primeira dama do município, Márcia Rejane Ferreira Rocha Bezerra, alguns professores da rede municipal de ensino e poucas pessoas da comunidade.

FIGURA 4: Ata inauguração da Casa da Memória



FONTE: Aurineide Miranda (2024)

Após a inauguração, iniciou a organização para apresentar a Casa aos moradores da cidade através de visitas. Foi organizado uma escala para que conseguissem manter a Casa em funcionamento. A turma deveria ficar responsável pela manutenção da limpeza e recepção das visitas:

A gente ficou recebendo visitas. Ai assim na semana dia sim, dia não, tinha que ser zelado, espanar as coisas, varrer, lavar ou passar pano. Eu cansava de ir. Eu não sei, já pejei para lembrar quem era a pessoa que um dia eu estava varrendo a calçada ai perguntou: tu não está tendo o que fazer em casa não. Eu levantei assim a cabeça e disse não, na sua casa não tem o que eu fazer não rs, rs. Isso é uma ignorância desse povo, porque sabendo que era uma Casa da Memória, porque todo mundo já sabia que tinha sido fundada já a Casa da Memória. (Entrevista realizada com Maria de Fátima M. B. de Andrade, concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda em 01/05/2024).

As tarefas de coletar os objetos e inaugurar a Casa, tinham sido cumpridas, no entanto, faltou a formação voltada a promover uma educação patrimonial na comunidade. E essa tarefa deveria ter sido a primeira para assegurar uma vida longa e útil a instituição. Ao olharmos para a Ata de inauguração e para a narrativa de Maria de Fátima, que citou uma crítica de uma pessoa da comunidade em relação as tarefas que ela estava desenvolvendo na Casa, percebemos a ausência de conhecimentos sobre o que era a Casa da Memória e sua importância para a valorização das memórias históricas locais. Na inauguração, são poucas as pessoas presentes que não faziam parte da turma ou não eram representantes da gestão municipal as quais foram convidadas para o evento. Isso demonstra que a comunidade não foi preparada para se sentir integrante do lugar que iria salvaguardar suas memórias. É preciso

que um espaço museológico atue para construir uma reflexão crítica sobre o meio que vivem e as demandas de cada momento, seja um caminho de transformação de mentalidades, levando a ações efetivas que possam fazer diferença no seu lugar de vivência, pois qualquer espaço cultural deve ser do cidadão e não para o cidadão. “Desse modo, a educação patrimonial corrobora tanto na construção da consciência crítica e histórica, quanto para a elevação da autoestima, o fortalecimento do sentimento de pertença e a construção das identidades culturais” (Santos, 2013, p.62). Ou seja, devem se sentir parte e não visita.

2 UMA CASA ENTRE CAMINHOS E (DES)CAMINHOS

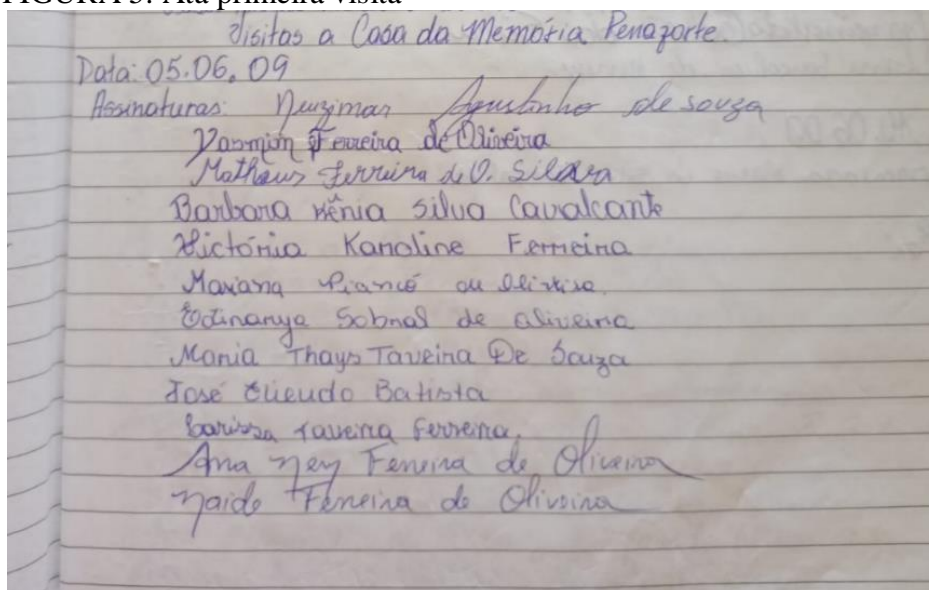
No presente capítulo, dissertaremos sobre o funcionamento da Casa da Memória de Penaforte. O capítulo vem organizado em três tópicos, trazendo no primeiro, a pesquisa e análise do processo de abertura da Casa, abordando os locais que abrigou o acervo de 2009 até a atualidade, assim como a dinâmica das visitas e atividades educativas que ocorreram na instituição. No segundo tópico, apresentaremos como está funcionando no tempo presente e, por fim, no último tópico, vamos conhecer como ocorreram as exposições itinerantes na comunidade. O objetivo é entender o processo histórico do Museu, entre caminhos e (des)caminhos, após a sua abertura, isto é, seu funcionamento nos dezesseis anos de existência, bem como relacionar às possíveis práticas de ensino de história.

2.1 A CASA EM MOVIMENTO OU “O JOGO COM AS COISAS VELHAS”

Montar um acervo e arrumar um espaço para funcionar a Casa, foi apenas os primeiros desafios daquela turma de estudantes de Biologia, na proposta de organização do espaço de história e memória de Penaforte. Manter o funcionamento da Casa, se constituiria na maior dificuldade enfrentada. O pequeno grupo de estudantes que liderou esse projeto, se intercalava para conseguir que a Casa da Memória funcionasse, pois, a Prefeitura Municipal ficou responsável apenas pela manutenção da estrutura. A prestação de serviços era atribuição de seus idealizadores. Esse grupo que cuidava da Casa, era formado apenas por mulheres. Todos os dias tinha alguma delas recebendo as visitas, narrando com entusiasmo a história daqueles objetos, a quem pertenceu e como era utilizado. Como a maioria tinha sido doado por pessoas das famílias de alguns estudantes dessa turma, conheciam sua historicidade e passavam as informações sobre eles.

A primeira visita de uma turma de estudantes está registrada em Ata no dia 5 de junho de 2009, no caso, uma semana após a inauguração. Essa visita, foi realizada por uma turma de alunos da Escola Municipal José Cesário, localizada no Distrito do Juá, zona rural do município de Penaforte. O grupo foi composto por um total de onze alunos, acompanhados da coordenadora pedagógica, Neuzimar Agostinho de Souza.

FIGURA 5: Ata primeira visita



FONTE: Aurineide Miranda (2024)

Neuzimar Agostinho é professora, 55 anos, moradora na área rural do município de Penaforte e que no ano de 2009, integrava a gestão da escola José Cesário na mesma comunidade onde mora, sendo no tempo presente, aposentada da rede de ensino municipal. Segundo essa entrevistada, a turma de alunos/as da modalidade do fundamental 6º ao 9º ano, foi acompanhada por ela e por outros professores da escola, os quais eram os responsáveis por explicar sobre os objetos do acervo, pois não tinha uma pessoa com essa função na Casa:

Eu estava como gestora. Mas os professores acompanharam cada espaço lá com eles, só que ficou ainda a desejar porque não tinha aquela pessoa assim especializada para ir explicando para eles cada passo. Era assim, tinha só uma pessoa que recebia e os alunos iam só com os professores, os professores iam passando as informações. (Entrevista realizada com Neuzimar Agostinho de Souza, concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda em 16/07/2024).

Trabalhar com história oral é uma metodologia passível de subjetividades e impossível de reconstituir o passado de forma tal como ocorreu, dessa forma “a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito” (Alberti, 2004, p.15). Na entrevista, Neuzimar menciona que não havia um/uma profissional na Casa, responsável por guiar os/as alunos/as na visita ao acervo apresentando a historicidade nos objetos, sendo essa tarefa realizada pelos/as professores/as que acompanhavam a turma. Se observarmos a data de visita na Ata acima, verificamos que aconteceu na primeira semana de funcionamento da Casa da Memória. Nesse período, os responsáveis pela criação da Casa, ainda, estavam ativos na missão de receber os

visitantes. Em algumas narrativas, é dito que essa atividade acontecia. Portanto, podemos questionar se essa recepção dos visitantes se concretizava apenas no acolhimento na Casa ou em uma apresentação guiada com conhecimentos e pedagogia adequada. São “pedaços do passado” que não serão reconstituídos por completo pelas pessoas que rememoram, por conta do intervalo de tempo e pelas observações subjetivas, nesse caso em específico, da professora visitante e das pessoas que recebiam as visitas. Nesse ponto, Neuzimar também narra:

[...] E lá eles não foram só para conhecer o acervo não, foram em busca de conhecimento, e fizeram relatórios e foi socializado em sala de aula, onde eles viram a diferença do ontem e aprimoraram os conhecimentos em cima disso aí, viram o avanço da tecnologia hoje, que antes era tudo antigo, e eles fizeram essa comparação. Foi um momento muito importante. (Entrevista realizada com Neuzimar Agostinho de Souza, concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda em 16/07/2024).

Levar uma turma de alunos/as para conhecer um acervo de memória histórica do lugar em que vive é, com certeza, um momento de aprendizagem. Essa atividade pode proporcionar reflexões em torno do conhecimento histórico, se for desenvolvida com um planejamento apropriado de problematização a partir da exposição observada. Objetos presentes no cotidiano, vestuários, fotografias, qualquer peça de museu, “podem ser transformados de simples objetos da vida cotidiana, que apenas despertam o interesse pelo “viver de antigamente”, em documentos ou material didático que servirão como fonte de análise, de interpretação e crítica por partes dos alunos” (Bittencourt, 2008, p. 355).

É importante que a visita não seja uma tarefa isolada, mas venha acompanhada de atividades antes e depois da observação do acervo. Instigar os alunos/as a pensar sobre o tempo passado e presente, é necessário para compreensão da sociedade em que vivemos com todas as suas transformações. No entanto, não se pode resumir apenas a identificar as diferenças físicas e utilitárias dos objetos e suprir a curiosidade sobre o modo de vida de antigamente. É preciso, em meio as sequências de atividades, tomar as peças expostas como documentos possíveis de análises e problematizações. Todas as pessoas entrevistadas a respeito da pedagogia utilizada na Casa da Memória, destacam a importância de a geração jovem conhecer os costumes e peças antigas. Então, o objetivo de conhecer a exposição se restringia a comparar o passado com o presente sem uma metodologia questionadora.

Nas narrativas de história oral relacionadas a ocorrência de visitas das escolas e comunidades à Casa da Memória, é dito que elas ocorreram em vários anos. Porém encontramos registros que comprovassem as visitas apenas em 2009, ano da abertura. Como observamos no quadro a seguir, elaborado a partir das Atas de visitas.

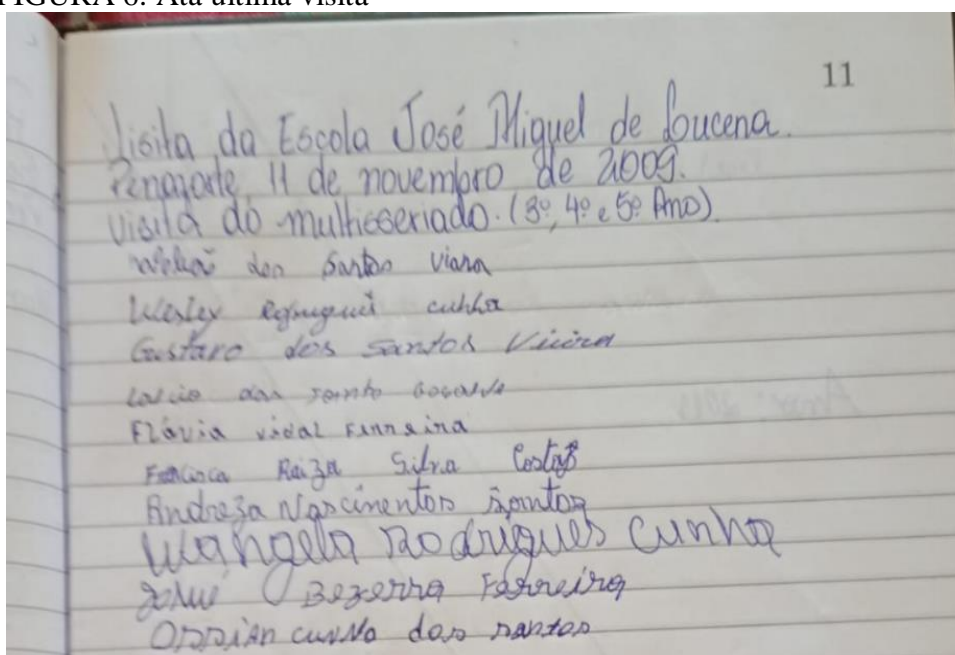
QUADRO 2: Visitas à Casa da Memória de Penaforte

ANO 2009	
Mês	Número de visitas
Junho	13
Julho	8
Agosto	6
Setembro	1
Outubro	4
Novembro	2

FONTE: Aurineide Miranda (2024)

No início, a Casa despertou a curiosidade da comunidade. As escolas organizaram aulas de campo com os estudantes, a fim de apresentar os registros da memória da história da cidade e de objetos que narravam os costumes e práticas do passado que estavam expostos. No decorrer do tempo, a presença dos visitantes foi diminuindo, chegando a receber apenas um grupo por mês. No mês de outubro, provavelmente, por conta do aniversário de emancipação política de Penaforte, período em que as escolas desenvolvem projetos pedagógicos sobre história do lugar, as visitas voltaram a acontecer com mais frequência, mas mesmo assim menos que no mês de abertura. A última visita registrada em Ata, foi em 11 de novembro de 2009, realizada por um grupo de alunos de uma turma multisseriada (3º, 4º e 5º ano) composta de dez crianças da Escola José Miguel de Lucena, localizada no Sítio Lagoa Preta, também do município de Penaforte.

FIGURA 6: Ata última visita



FONTE: Aurineide Miranda

Esses momentos eram organizados pelos criadores da Casa que com entusiasmo apresentavam o acervo. No início houve a empolgação, era a realização de uma ação sonhada e concretizada. No entanto, essa turma concluiu o curso de Licenciatura e não continuou a cuidar das tarefas necessárias ao desenvolvimento da Casa, como a manutenção da limpeza e, principalmente, a recepção de visitas. A comunidade foi perdendo a curiosidade e o interesse de visitar a exposição e não existiu um plano de renovação das práticas educativas que poderiam ser desenvolvidas. A comunidade, inclusive a escolar, não visitou mais o acervo, pelo menos que a visita fosse registrada. É como só precisasse vê-lo uma vez. As pessoas não gostam de ir aos museus e não valorizam a cultura quando não existe programas educativos contínuos, que contribuam com a educação patrimonial e a formação dos sujeitos e sujeitas em cidadãos/cidadãs ativos/as no território no qual atua. Cícero Joaquim dos Santos nos fala sobre uma gestão comunitária da memória:

A participação dos diversos sujeitos na construção da educação patrimonial e na reivindicação do direito à memória e à cultura é fundamental para o desenvolvimento da sociedade e a formação dos cidadãos cientes de suas historicidades, da necessidade de cobrar dos poderes públicos seus direitos e, além disso, de atuar socialmente (de muitas formas) na defesa, na salvaguarda e na valorização das memórias e dos bens culturais. (Santos, 2013, p.68).

Era necessário haver momentos de formação para despertar nos moradores de Penaforte o sentimento de ser parte da Casa da Memória, se encontrar na historicidade dos objetos, nas representações lá expostas e entender que ali estava um registro das histórias e memórias da comunidade. A falta de uma educação patrimonial abrangente traz como consequência, a desvalorização desse espaço e de suas atividades. E a formação para compreensão da importância de se cuidar de seus bens culturais, não deveria ser apenas de quem idealizou, criou e administra, mas de todos os sujeitos e sujeitas que vivem nessas tessituras históricas. A atuação dos cidadãos(ãs) penafortenses poderia acontecer de formas diversas, na gestão municipal da cultura, nas escolas, no apoio dos governantes, em eventos educativos contínuos que divulgassem a instituição. Se houvesse uma gestão comunitária da memória consolidada, a partir de uma formação em educação patrimonial seria mais fácil cobrar do poder público o direito à memória e à cultura, pois quando tem o apoio da comunidade fica mais leve a luta pelos direitos.

É preciso cobrar a assistência do poder público através de financiamento que possibilite manter a estrutura física e administrativa da instituição de memória e do fomento de atividades educativas ligadas à cultura, mas sem perder a autonomia da administração da

instituição, do planejamento de atividades educativas, nem desviar dos valores e objetivos expressos no projeto pensado pela comunidade. Esse cuidado se torna necessário para evitar que a memória dominante, geralmente a oficial, possa construir a invisibilidade de outras memórias de pessoas e grupos em situação de desvantagem social, seja a partir da exposição de um acervo que narre apenas os feitos históricos registrados como oficiais, seja por meio de promoção de atividades que formem na comunidade conceitos que valorizem apenas essa oficialidade, tornando-se um proselitismo que afaste, ainda mais, a existência das manifestações plurais das memórias, pois “o caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável” (Chagas, 2009, p. 136).

Olhando especificamente para a Casa da Memória de Penaforte identificamos que ela recebeu o auxílio financeiro da Prefeitura, através do custeio do aluguel do recinto no qual funcionava a Casa. Com o passar dos anos, a Casa (e seu acervo) foi transferida para instituições públicas municipais, como apresentaremos mais adiante. Nesse caso, os gestores públicos não intervieram na escolha do acervo e/ou das atividades educativas que deveriam serem realizadas pela Casa, porém, não houve um projeto definido e um apoio estrutural e pedagógico que possibilitasse a continuação efetiva com ações significativas que oferecesse, de fato, o direito à memória e à cultura. A comunidade não foi preparada e consequentemente o poder público não foi cobrado.

Entre as atividades desenvolvidas pela Casa da Memória, além das visitas nos primeiros meses de abertura e funcionamento, conta a realização de um curso que ensinava crochê, ponto cruz e vagonite. Vejamos as memórias de Eliane Campos:

Em meados de 2009 eu fiz um curso de crochê e vagonite na Casa da Cultura, foi ofertado alguns cursos e dentre eles eu participei do curso de crochê e de vagonite e na época a gente recebeu o material, instruções, tinha uma pessoa nos instruindo a fazer o curso e dando toda a atenção, todo o encaminhamento e foi muito bom a participação. Eu terminei o curso e o que a gente conseguiu desenvolver ficou exposto na Casa da Memória. (Entrevista realizada com Eliane Campos Oliveira, concedida a Aurineide Alves de oliveira Miranda, 21/06/2024).

A professora Eliane Campos, 45 anos, moradora no município de Penaforte, nos narra a sua participação no curso. As oficinas que ensinavam a fazer o crochê, o ponto cruz e o vagonite, aconteciam nos turnos manhã e tarde, com um total de 15 alunos. Segundo a narradora, quem ensinava essa arte, era Mirian Ferreira de Oliveira (uma das pessoas que faziam parte da turma que criou a Casa), e outra pessoa que lhe auxiliava. Na memória reconstruída no momento da entrevista, ela não lembrou o nome dos colegas que também

participaram dessa oficina. Ela confirma que a Casa ainda funcionava no primeiro endereço, à rua Nossa Senhora do Socorro. Algumas produções feitas pelos alunos, durante o curso, foram destinadas ao acervo da Casa da Memória. Na pesquisa de campo realizada no ano de 2024, não as encontramos na Casa.

Percebemos que o projeto da criação dessa instituição de memória na cidade, tinha em seus objetivos o oferecimento de atividades voltadas à promoção e valorização da cultura, da arte e da preservação da memória histórica. A participação efetiva das pessoas da comunidade, através de oficinas que capacitem em alguma atividade ou por meio de formações em contextos educacionais, possibilita a valorização e visibilidade, pois demonstra sua importância na formação de agentes sociais.

No início de funcionamento da Casa, com a organização e recepção das visitas como também da oferta do curso, é percebido o papel educativo que se propuseram a desenvolver, no entanto não houve continuação. É visível que as pessoas do lugar podiam até considerar as memórias ali expostas como patrimônios culturais locais, mas não se sentiam integrados a eles, o que se deve à falta de uma ação formativa em educação patrimonial que construa conhecimento e traga a compreensão que são bens culturais da comunidade e que eles são portadores de produção do saber histórico. No entanto, para cumprir esse papel relevante no processo de ensino aprendizagem de conhecimentos históricos, é preciso não ser enxergado apenas vitrines que expõe antiguidades e sim situações didáticas que propiciem produção de saberes, ou seja, “é preciso ir além da contemplação” (Martíelo, 2019, p. 47). Florêncio (2015) destaca que os processos educacionais que tenham como foco o patrimônio cultural, deve fazer sentido e serem percebidos nas práticas cotidianas (Florêncio, 2015, p. 22). Como não viam sentido nem percepção que faziam parte do patrimônio salvaguardado, dificilmente, haveria uma continuidade do projeto inicial da Casa da Memória com eficácia. Sobre os anos seguintes após a abertura, não encontramos registros de visitas à Casa, bem como registros relacionados a realização de atividades educativas nela ou a partir dela. O acervo (isto é, a Casa da Memória) foi sendo apenas levado para ser guardado em lugares que não eram pensados especificamente para ele. Não foi planejado um ambiente que o valorizasse.

Na prática, a Casa da Memória desde a sua criação até os dias atuais, não se constitui como museu público ou privado de forma oficial. É um acervo de objetos antigos que foram organizados em uma casa, com a intenção de promover a preservação da memória histórica e denominada Casa da Memória de Penaforte. Não aconteceu o progresso necessário para que se constituísse como uma instituição de memória com base sólida, objetivos

definidos e atividades educativas condizentes ao um espaço museológico contemporâneo. O propósito de Casas de Memórias é salvaguardar as memórias de uma comunidade e promover as suas múltiplas manifestações, com a participação ativa dos sujeitos/as que vivem e convivem nela. Diante das demandas e necessidades reflexivas da contemporaneidade, um caminho para a concretização desse papel seria um trabalho de formação comunitária a partir da Museologia Social. Segundo Siqueira (2016, p. 94), tal museologia “é um processo de conhecer voltado ao sujeito, à coletividade da qual faz parte e seu meio. Essa reflexividade busca aproximar-se crescentemente da vida, a fim de desenvolver o compromisso com seu cuidado e sua preservação”. Siqueira (2016) nos aponta que a Museologia Social nasce e se desenvolve nos anos 80 do século XX, com uma pauta de combate a colonialidade que dominava as instituições museológicas. Então, sua proposta é inserir as memórias da comunidade nos museus, possibilitando que ela própria produza e faça a gestão de seus patrimônios materiais e imateriais, de forma que represente suas identidades, suas lutas, seus antepassados e que as futuras gerações tenham acesso a essas construções e memórias. Essa visão descolonizadora propicia ações educativas que integre a museologia ao ensino de forma abrangente e problematizada. De acordo com suas palavras:

Integrada ao ensino, ela se torna uma ferramenta poderosa para reencontrar os sentidos do processo de conhecer, na orquestração polifônica de uma nova e ampla ecologia de saberes, mais apta a responder aos desafios que a atual crise civilizatória nos apresenta (Siqueira, 2016, p. 97).

Essa museologia direciona uma abordagem nova, que possibilita aprendizagens necessárias a sociedade contemporânea na qual vivemos, proporcionando momentos de reflexão e problematização em torno de debates capazes de desconstruir conceitos e valores socialmente construídos. Essa perspectiva valoriza a diversidade cultural, a inclusão social e a construção coletiva do conhecimento. A importância desse debate se deve a necessidade de mostrar que a história é feita por todos e todas, independente dos lugares sociais que ocupam. Nessa trilha de reconhecimento da importância de se praticar uma museologia voltada para a democratização da memória, de apoio as demandas sociais e de relação com a produção de saberes nesses espaços. Martíelo (1983) advoga que:

É justamente este novo “lugar” dos museus que tem proporcionado um espaço para novas possibilidades. Tanto no sentido das possibilidades de aprendizagem, adquiridas nas experiências das visitas em instituições já consagradas e com acervos já dados, como também nas possibilidades de criações de novos tipos de

museus, que respondem mais de perto às agendas das comunidades em que estão inseridos (Martíelo, 1919, p. 45).

Pensar na Casa da Memória de Penaforte como um lugar capaz de iniciativas com foco em uma museologia social, que a comunidade participe de forma ativa e política na defesa da pluralidade de manifestações da memória, da produção e gerência de sua história e patrimônios, é possível, mas não foi e até os dias atuais, não é uma realidade. Todas as narrativas relacionadas a ela e as poucas atividades educativas que nela foram desenvolvidas, não seguiram esse caminho. As aprendizagens que poderiam ser construídas a partir do acervo lá exposto e, até mesmo, através das memórias que estão ausentes, não ocorrem porque não existe um planejamento com esse fim.

Um dos obstáculos ao funcionamento da Casa da Memória de forma fundamentada, com proposta definida e eficaz para valorização da cultura local e da produção de conhecimentos, é exatamente a falta de engajamento da comunidade no projeto. E esse obstáculo, foi construído em torno de três frentes: o primeiro é que claramente o projeto não foi gestado com planejamento, e uma prova disso foi o curto período entre a decisão, criação e inauguração da instituição, não existindo uma pesquisa bem fundamentada e a longo prazo para montagem do acervo. Em segundo, temos a consequência da ausência da educação patrimonial desde os primórdios da história da Casa. E, por último, o abandono dos idealizadores dessa instituição de memória, ficando totalmente sob a administração da Prefeitura, perdendo o propósito inicial.

A Casa da Memória não fez parte de um plano de governo municipal nem de Secretarias de Cultura ou Educação. Foi um projeto, uma idealização de um grupo de estudantes da comunidade que pediram o apoio do poder público municipal, mas que no meio da jornada, precisou ser entregue a sua administração somente à Prefeitura. A gestão municipal muda a cada quatro anos. Cada uma delas tem seu plano de governo, suas prioridades, suas ideologias e, embutidas nelas, disputas partidárias. Dificilmente, um ambiente que promove cultura e sem retorno financeiro, econômico ou político, será enxergado como importante. O fato da Casa da Memória ter sido pensada por uns e administrada por outros, é um ponto explicativo para a desvalorização que a mesma recebe tanto pelo poder público como pela comunidade. Um indício dessa desvalorização, é a constante mudança de endereço que ocorreu nesses dezesseis anos de existência. Como já foi mencionado, quando os estudantes universitários concluíram o curso, não continuaram responsáveis pela Casa. A partir desse momento, a Secretaria de Cultura ficou com essa

atribuição. Começou, então, a saga das mudanças de endereço. O jogo com as “Coisas velhas” que não poderiam ser jogadas fora.

A Casa da Memória estava em uma casa alugada que era de uma família aqui que todo mundo conhece que é de seu Joaquim Pereira. Essa casa era alugada e ficou lá depois que Tânia, que foi a última que ficou na Pasta da Cultura, quando ela chegou a falecer, então a Casa da Memória funcionava lá, então como não tinha outro espaço e na época realmente não tinha um ponto próprio, um espaço próprio da Casa da Memória ficou lá nessa casa e em seguida sendo levada para escola Joaquim Pereira Lima. Quando já estava já no finalzinho da gestão foi tirada por que a escola precisava da sala e foi levada para uma creche desativada que chamava Creche Criança Feliz e lá ela ficou até a outra gestão receber. (Entrevista realizada com Paula Nascimento concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda em 14/05/2024).

Paula Nascimento, 42 anos, professora da rede de ensino municipal, foi secretária municipal de cultura, entre os anos 2018 e 2020, e nos narrou as sequências de mudanças de endereço da Casa da Memória e o contexto de seu funcionamento nesse período. Não sabemos o tempo exato que a Casa da Memória ficou funcionando na Rua Nossa Senhora do Socorro, mas na gestão do mesmo prefeito, foi transferida para um novo endereço. A nova casa era na Rua Querubina Bringel, esquina com a Rua João Ângelo, ao lado da igreja matriz da cidade. A casa alugada pertencente à família de Joaquim Pereira Lima (*in memorian*)¹³, comportava a Biblioteca Pública Municipal e a Casa da Memória.

FIGURA 7: 2º prédio da Casa Da Memória



FONTE: Aurineide Miranda

¹³ Ex-prefeito do município de Penaforte-CE por dois mandatos (1967-1970 e 1983-1988). Em homenagem póstuma existe uma escola municipal com o seu nome.

Nesse novo endereço, o acervo ficava guardado em um dos cômodos da casa que tinha abertura para a rua João Ângelo (rua lateral). Não tinha uma pessoa para trabalhar especificamente com ele. O mesmo funcionário da Biblioteca era responsável pela Casa. Percebemos que nesse momento, iniciou o regresso da proposta inicial. O primeiro endereço era destinado apenas para a Casa da Memória, e as visitas eram mediadas pelos estudantes que criaram a Casa e que explicavam a história dos objetos, porque tinham conhecimento sobre eles (mesmo sem problematização histórica). No segundo endereço, o acervo estava guardado e se fosse acontecer alguma visita a própria Secretária de Cultura iria tentar expor e receber os visitantes.

Das narrativas orais registradas sobre o novo funcionamento, observamos algumas divergências. Uns dizem que encontraram o espaço organizado, outros que presenciaram apenas um amontoado de objetos empoeirados e, muitos deles, não existiam mais, assim como não tinha um funcionário para mediar e orientar. Talvez tenham sido visitas em anos diferentes. Como não encontramos atas que registrassem as visitas após 2009, não temos como cruzar as informações e afirmar tais narrativas. No entanto, alguns entrevistados afirmaram que houve visitas com alunos nesse novo endereço.

Não tinha mais ninguém para explicar não. Só ficava gente trabalhando lá e dizia, mostrava aí, mandava a gente andar mesmo. Aí a gente que já conhecia alguma coisa dizia que isso foi doação de fulano, fulano e sicrano. Nós mesmos professores que saía comentando com os alunos sobre aquilo. (Entrevista realizada com Lucilene Ângelo concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda em 05/06/2024).

A narrativa de Lucilene Ângelo, professora, 62 anos, moradora de Penaforte, vai ao encontro com a narrativa de Neuzimar Agostinho. Ambas relatam a ausência de uma visita guiada por pessoas da Casa da Memória. A diferença é que na visita de Neuzimar, no início do funcionamento da Casa, os estudantes da turma de Biologia estavam presentes e a administravam. Na visita de Lucilene Ângelo, já no segundo endereço, não tinha mais a presença de nenhum/a dos/as integrantes que foram responsáveis por esse projeto. O funcionário da Biblioteca recebia os visitantes, geralmente, professores/as da rede de ensino municipal, com seus respectivos alunos/as, e esses mesmos professores, apresentavam o acervo a turma. Mais uma vez, apenas com a visita de contemplação.

Uma prática que costumava acontecer envolvendo a Casa, era o empréstimo de objetos do acervo para exposição nas culminâncias de projetos escolares, realizados anualmente na semana de emancipação política do município. Professores/as escolhiam alguns itens e levavam para a escola, compondo o seu painel temático. Depois tinha que

devolver tais objetos à Casa da Memória. Tanto a prática de empréstimo como a constante mudança de endereço, fizeram com que muitas peças do acervo desaparecessem. Atualmente, algumas delas (que são citadas nas narrativas e/ou registradas no livro de tombamento) não se encontram mais na Casa, a exemplo da batina do primeiro padre, de uma cristaleira e uma mesa grande de madeira, assim como fotografias de algumas pessoas, como Manoel Ângelo Ferreira e sua esposa, Isabel Vicência Ângelo Ferreira e de seu filho José Carlos Ângelo, como também de Jovelina Antônia da Conceição (uma moradora do município de Penaforte, precisamente do Sítio Retiro, senhora centenária no período que a casa foi criada). Jovelina era avó de Nária Agostinho de Sousa, graduanda da turma de Biologia. As narrativas abaixo apresentam essas informações:

Estava funcionando, só que os objetos não estavam tudo mais não. Nós tiramos fotos antigas das pessoas que fizeram as doações porque tinha morrido alguns mas tinha as fotos. Nós fizemos tudinho e colocamos lá. Eu fiz até do meu pai, do meu avô, da minha avó. Não sei se ainda tem. Manoel Ângelo Ferreira e Isabel Vicência Ângelo Ferreira. Não sei se ainda tem deles dois. Eles tinham as fotos lá na casa deles aí nós tiramos a foto, mandamos imprimir e colocamos. . (Entrevista realizada com Lucilene Ângelo concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda em 05/06/2024).

Desde o primeiro momento procurar as famílias que tinham as coisas mais antigas, os acervos, as coisas. No meu caso a minha avó tinha mais de 100 anos, 101, era centenária, mais velha do município, então eu tirei uma foto dela, fiz o quadro e contei toda a história dela e isso estar como um acervo na Casa da Memória. (Entrevista realizada com Nária Agostinho de Sousa concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda em 16/07/2024).

A prática de emprestar os objetos de um acervo que são os mesmos expostos, não é adequada. A consequência disso, é o extravio e/ou desgaste dos objetos. Tanto as fotografias dos avós e pai de Lucilene Ângelo, como da avó de Nária Agostinho, não foram encontradas na Casa durante nossa pesquisa. Se a instituição dispor de objetos para empréstimos, esses precisam ser apenas para essa função e com um registro de controle para não serem extraviados. Sobre a gestão de acervo museológico, Padilha (2014) indica que

Para desenvolver uma gestão de acervo eficaz é necessário realizar a documentação, a conservação e a pesquisa adequada do acervo. Assim, estabelece-se um controle integral do acervo museológico, bem como se contribui para o incentivo à produção e à difusão de conhecimento. Compete à gestão de acervo:

- a salvaguarda das coleções;
- o cuidado com o bem-estar físico e de conteúdo do acervo;
- a segurança (a longo prazo) do acervo;
- o acesso público ao acervo;
- a descrição das atividades particulares realizadas pelo processo administrativo do museu (Padilha, 2014, p.23).

A Casa da Memória de Penaforte não possui sede própria, não está em uma estrutura física pensada especificamente para ela, no sentido de um ambiente amplo que possa desenvolver atividades educativas a partir do seu acervo, não dispõe de funcionários para cuidar apenas dela. Esse é o retrato da Casa. Portanto, a gestão adequada para manter o controle do acervo museológico de uma maneira eficaz, não existe porque não é vista como importante na salvaguarda das memórias históricas da comunidade. É preciso frisar que esse controle não é necessário apenas para um museu renomado, registrado oficialmente. O cuidado com o patrimônio e com as memórias, é imprescindível para qualquer espaço (ou experiência museológica) que tenha o objetivo de promover o acesso a produção e manifestação cultural e ao direito de salvaguardar memórias, seja no Museu do Ipiranga ou em uma Casa que mantém objetos representativos de história da comunidade de uma cidade pequena no sertão nordestino, como Penaforte.

Ainda focando no movimento da museologia social, Siqueira (2016, p. 93) afirma “que as comunidades historicamente subalternizadas têm reconhecido a importância estratégica da memória como instrumento de luta na afirmação de seus valores e suas identidades [...]” Olhar a Casa da Memória como estratégia de valorização e promoção da visibilidade da história e cultura local, como representante da identidade da população penafortense, seria um caminho para uma luta coletiva pelo acesso a tais direitos. Cuidar do acervo seria um primeiro passo seguido de dar vivacidade à Casa, com atividades educativas que movimentassem a instituição, pois casas de memórias carregam consigo o papel de construir aproximação com a comunidade de forma dialógica e ativa. Tais espaços, são relevantes, independente de usufruírem ou não de instrumentos e/ou técnicas tradicionais de museus famosos. Nessa perspectiva, concordamos com Ricardo Oriá, ao ressaltar que a diversidade da produção cultural humana ultrapassa os limites de modelos técnicos estabelecidos (Oriá, 2002, p. 132). Essa produção cultural humana está presente em todos os lugares e carecem de serem reconhecidas e vivenciadas.

Diante do exposto, e dando continuidade à análise do funcionamento da Casa, percebemos que atividades educativas que poderiam levar a produção de conhecimentos históricos, sempre foram ausentes em toda a história da Casa. Tanto no passado como no tempo presente. Essa Casa, próxima da igreja matriz, é exatamente a mesma que estava presente na memória do aluno da turma de 9º ano. O comentário dele demonstra como estava sendo visto a Casa da Memória e as narrativas da falta de cuidado com o acervo comprova a visão do aluno, mas, ao mesmo tempo, indica que nem tudo estava ou está perdido. Compreendemos que, de alguma forma, esse espaço de salvaguarda das memórias do lugar

conseguiu despertar nas pessoas a curiosidade, o pensamento que pode ser algo importante na história da comunidade, pois o jovem aluno chamava de ‘negócio velho’, mas sua lembrança e desejo de pesquisá-la, mostra que considerava algo importante para a cidade mesmo sem saber o real significado.

São muitas adversidades que se apresentam quando falamos e fazemos cultura. A própria Secretaria de Cultura é a que recebe menos recursos e precisa concorrer constantemente a editais para promover ações e momentos culturais para a sua comunidade. Investir na manutenção da Casa da Memória, a fim de funcionar com êxito e cumprir a função educativa, nunca esteve no propósito do poder público. Para existir com visibilidade e desenvolver atividades de produção do saber histórico, é necessário não somente um espaço físico para expor o acervo, mas um planejamento dessa exposição com objetivos definidos e uma equipe com conhecimentos da história e memória salvaguardada.

Ao mudar novamente de gestão municipal, o acervo mudaria também. Entre os anos de 2017 e 2020, foi guardado, e não exposto, em uma sala na Escola de Educação Básica Joaquim Pereira Lima, localizada na rua Cicero de Souza. Todavia, quando a escola precisou da sala para atividades escolares, os objetos foram levados para o prédio de uma creche desativada, chamada Criança Feliz, localizada na rua Antônio Ângelo, no qual atualmente funciona a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Nesses espaços, não houve exposição do acervo e nem visitas. Era simplesmente um depósito de “coisas velhas”. Nesse contexto, podemos analisar qual estava sendo o sentido da existência da Casa da Memória.

Então quando eu entrei na Secretaria de Cultura os objetos estavam guardados em uma creche desativada, fechada a visitação, não acontecia visitas porque não tinha um prédio próprio nem para a Secretaria nem para a Casa da memória, para os objetos da Casa da memória. E desde então a gente começou essa batalha para conseguir um espaço, para conseguir um lugar que pudesse expor esses objetos, que pudesse abrir atendimento ao público, que a gente pudesse receber também os artistas os fazedores de cultura do município e como não tinha Secretaria de Cultura a gente ficou um tempo ainda agregado à secretaria de Educação {...}. E nisso a gente ainda ficou um ano até conseguir uma casa para alugar, aí a gente começou a pegar esses objetos de lá da Creche desativada. Aos poucos a gente foi levando, foi cuidando né. Muitas coisas foram extraviadas porque quando fica muito tempo guardado sem utilidade, sem um cuidado vai se acabando. A gente foi levando, conseguimos alugar uma casa, equipamos ela todinha com esses objetos, ficou mais apresentável e logo depois desoculpou a Secretaria de Agricultura que foi para essa creche que estava desativada. A Creche foi arrumada, reformada e a secretaria de Agricultura foi para lá porque tinha um espaço melhor para atender os agricultores e a gente ficou com a Secretaria de Agricultura que hoje é a secretaria de Cultura e que abriga os objetos da Casa da Memória. (Entrevista realizada com Maria Aldeci Muniz Barros concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda em 18/07/2024).

A narradora acima, tem 42 anos, comerciante, moradora de Penaforte. Ela foi Secretária de Cultura, entre os anos 2021 e 2024. Na sua narrativa, vemos como ainda é enxergado a questão da cultura no nosso país. Não tinha uma estrutura espacial nem para a própria sede da cultura, então, por que haveria para a Casa da Memória? Durante a pesquisa de campo e, também, na condição de moradoras da cidade, identificamos os anos de 2017 a 2020 como os mais críticos à existência da Casa, pois nesse período, não houve sequer uma exposição do acervo, sendo este guardado em salas isoladas de escolas. O que ocorreu nesse momento, foi o costume de empréstimo de objetos para projetos nas escolas no mês de emancipação política do município.

Na fala de Maria Aldeci, fica claro que depois da creche desativada, o acervo da Casa ainda foi levado para algum outro lugar, acompanhando a Secretaria de Cultura e que, nesse ambiente, os objetos começam a ser expostos novamente. Ao receber um prédio para sua sede, a Secretaria de Cultura se fixou com mais tranquilidade para desenvolver suas funções. No entanto, mais uma vez, a Casa seguia o caminho de ser um simples anexo a alguma instituição. Apesar disso, nesse momento, houve algum avanço no que diz respeito a preservação do acervo, pois ele não iria ficar apenas guardado em qualquer quartinho. Parte dele ficaria exposto na entrada da Secretaria de Cultura, e a maioria dos objetos guardados em outros cômodos, como veremos no próximo tópico.

Esse cenário de movimento constante com o acervo da Casa, a falta de recursos para mantê-la, a ausência de funcionários para esse fim, os extravios de objetos, a falta de atividades de produção de conhecimento, é a comprovação da falta de reconhecimento como um lugar importante para a comunidade. Nessa pesquisa, pudemos sentir a vontade de titulares da Secretaria de Cultura em valorizar as memórias e patrimônios que tratamos nesse percurso, mas a participação coletiva nessa trajetória foi uma lacuna.

Eu acho que ainda falta isso assim, por mais que tivesse a pasta (da cultura) foca-se muito na cultura como um todo em relação a artistas e tudo mais. Mas o foco no centro da história realmente, propriamente dita para valorizar e para resgatar, falta. Por que quando a gente vai buscar, a gente se ver só, precisa de ajuda e muitos não querem ajudar, aí é difícil {...}. A Casa da Memória poderia ser mais além. (Entrevista realizada com Paula Nascimento concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda em 14/05/2024).

Eu tentei desde o começo, mas você sabe que as coisas são difíceis quando você não estar pegado em muitas mãos {...}. A minha intenção é que a Casa fosse sempre movimentada, infelizmente a gente não conseguiu atingir esse objetivo, mas sempre estamos recebendo vez ou outra, pessoas que passam e acham interessante e entram para ver. (Entrevista realizada com Maria Aldeci Muniz Barros concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda em 18/07/2024).

Lia Calabre (2015), ao escrever em “Diálogos sobre o patrimônio: estado e sociedade em ação”, conclui que “as decisões e políticas em torno do patrimônio cultural dizem respeito ao conjunto dos atores, ou seja, ao poder público e à sociedade civil” (Calabre, 2015, p. 166). São as lutas e ações coletivas que são capazes de promover o funcionamento com êxito de um lugar de memória e fazer acontecer o direito à cultura como um direito à cidadania expresso na Constituição Federal. A sociedade civil, ou seja, a comunidade, precisa defender suas memórias e patrimônios. Essa visão, por parte dos sujeitos/as da comunidade, é importante, mas é necessário o apoio do poder público. Dessa forma, esses compromissos têm que se dar entre os diversos atores sociais, isto é, cidadãos, gestores de áreas de cultura e poder público.

2.2 CASA DA MEMÓRIA HOJE: ENTRE A PRESERVAÇÃO DO PASSADO E OS DESAFIOS DO PRESENTE

Apenas o que o espaço físico proporciona por si não é o suficiente para a condição de lugar especial. Tal qualificativo é atribuído por quem percebe, se apropriou e dota de um significado afetivo o lugar. Nesse momento, a partir do afeto investido, o espaço comum se transforma em lugar especial. Portanto, o que dota o lugar desse sentido especial é o conjunto de significados, os símbolos que os sujeitos que o vivenciam e dele se apropriam em sua elaboração subjetiva imprimem no espaço a condição de “lugar especial e único”.

(Martins, 2015, p. 49)

Como a história oral proporciona um encontro dialógico entre entrevistador(a) e entrevistado(a) (Portelli, 2010), na maioria dos encontros dialógicos que vivenciamos na pesquisa de campo, passamos pela experiência de responder, em meio a entrevista, a perguntas elaboradas pelos entrevistados (as): Ainda existe a Casa da Memória? Aonde fica localizada?

Nesse momento do diálogo, éramos levados a nos questionar, também, se existia algum significado da existência da Casa da Memória de Penaforte. Claramente, ela não estava sendo um lugar especial para os moradores de Penaforte, pois não estão dotados de afetividade e não se sentem representados por ela. E a questão é muito mais profunda: não tinham conhecimento de sua existência na atualidade, inclusive, integrantes da turma que participaram do processo de criação da instituição. Podemos alargar o sentido da palavra lugar, não restringindo somente a Casa, mas estendendo a própria cidade que de acordo com a proposta inicial deveria narrar sua historicidade, suas memórias. O sentimento de pertencimento, carregado de afeto, estava distante na relação lugar e sujeitos/as. Na perspectiva de apresentar a Casa para os próprios moradores de Penaforte, fizemos a descrição dela na atualidade.

A partir do ano de 2021, em uma nova gestão municipal, a Casa da Memória passa a funcionar no prédio da Secretaria de Cultura. Na entrada da Secretaria, no meio da sala, tem um conjunto de cadeiras e mesa de centro, confeccionada com pneus e, ao lado, uma pia feita de tambor de ferro e madeira, ambos produzidos por um artesão da cidade. Próximo a pia, duas telas de pinturas com imagens representando a cultura junina, pintada por Paula Nascimento, Secretária Municipal de Cultura, entre os anos 2018 e 2020. No chão no canto da parede, vemos alguns instrumentos musicais, um banco escolar antigo, quadros com fotografias dos prefeitos e algumas gestões do legislativo. Do outro lado da sala, um birô de madeira, com um computador branco de tubo, um telefone com fio e uma máquina de calcular antiga. Ornamentando o espaço, existem vários quadros pintados por artistas do lugar premiados e financiados pela Lei Aldir Blanc¹⁴ e quadros com fotografias de pessoas ligadas a origem da história do lugar, assim como algumas telas com desenhos da primeira casa construída na comunidade, a primeira escola, um engenho e uma casa de farinha, todas encomendadas no contexto de criação da Casa da Memória em 2009.

¹⁴LEI Nº 14.399, DE 8 DE JULHO DE 2022. Lei institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 02 julho/2024.

FIGURA 8: Primeira sala da Secretaria de Cultura (Casa da Memória)



FONTE: Aurineide Miranda (2024)

FIGURA 9: Objetos expostos na primeira sala da Secretaria de Cultura (Casa da Memória)



FONTE: Aurineide Miranda (2024)

Na sequência da sala, encontra-se a exposição de outros objetos organizados da seguinte forma: ao centro, um birô de madeira, com uma cadeira de madeira de cada lado, um telefone com fio em cima do birô. Ao lado, outro birô de madeira e, em cima dele, um computador branco de tubo, uma máquina de datilografia e um mimeógrafo. Do outro lado do birô, está uma estante de madeira com vários objetos postos nela: três televisões de tubo, um rádio ABC, um aparelho DVD, um aparelho de vídeo cassete, um aparelho de som toca discos, fitas cassete, um cachimbo, uma seringa antiga de vacina, alguns livros, pinturas dos

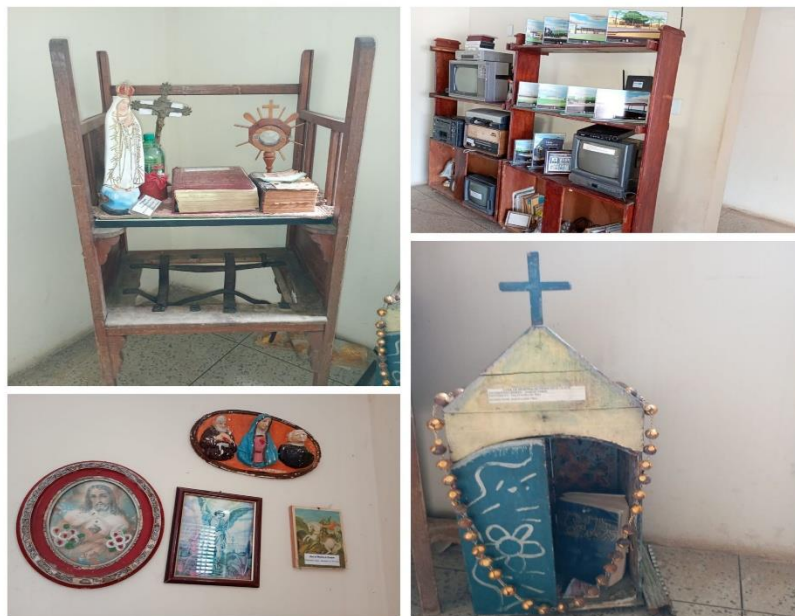
órgãos públicos atuais, produzidas por André Torres, um jovem da cidade estudante de arquitetura, também oriundos de editais da Lei Aldir Blanc. Na mesma sala, estão expostos na parede quadros de imagens de santos católicos. Também se encontra, no mesmo espaço, os oratórios com terços, ostensório, imagem de Nossa Senhora e uma bíblia.

FIGURA 10: Objetos expostos na segunda sala da Secretaria de Cultura(Casa da Memória)



FONTE: Aurineide Miranda (2024)

FIGURA 11: Objetos expostos na segunda sala da Secretaria de cultura (Casa da Memória)



FONTE: Aurineide Miranda (2024).

Em outros cômodos da Secretaria de Cultura, estão guardados o restante dos objetos por falta de espaço para expor, sendo alguns itens repetidos, mas outros únicos.

Dentre os que estão guardados, se encontram potes de barro, pilão e mão de pilão, ferro de passar à carvão, baú de madeira, penico de porcelana, bacia de porcelana, bule de café, máquina de costura, ancoretas, balaio de cipó e várias televisões tubo preto e branco, mimeógrafos, máquinas de escrever, aparelhos de som, como mostra a figura 12:

FIGURA 12: Amostragem de objetos da Casa da Memória guardados



FONTE: Aurineide Miranda (2024)

Nas descrições acima, misturam-se objetos de tempos diferentes, assim como sua forma de aquisição. Os materiais de tempos passados foram doados e os do tempo presente encomendados, produzidos e remunerados através de editais provenientes de leis de apoio à cultura que existem na atualidade. Todas as instituições públicas e a igreja matriz estão desenhadas por meio digital e expostos na Casa, juntamente com as “coisas velhas” que existem desde a fundação. Essa estratégia de fazer doações de objetos para compor um acervo, transformando-os em memória os prestígios políticos e sociais das elites, são decisões pautadas no objetivo de “ver parte de suas vidas privadas alçadas à condição de coisa pública”, como afirma Carvalho (2022, p. 14), ao contar a história da exposição Casas e Coisas no Museu do Ipiranga em São Paulo.

Adquirir objetos através não somente de doações, possibilita uma montagem de acervo com memórias plurais, onde não prevaleça apenas as histórias oficiais de viés positivista, mas as memórias das classes marginalizadas e não tidas como agentes sociais ativos no processo histórico, possam estar presentes e vivas nas exposições. Além de contribuir com as minorias na luta pela disputa das memórias, as diversas formas de

aquisições de objetos também trazem para a instituição, a participação de sujeitos/as da comunidade nas ações e atividades de produção de conhecimento. Projetos financiados pelo poder público ou através de recursos da própria instituição, trazem a oportunidade, por exemplo, de artistas locais produzirem e divulgarem seus trabalhos, pois isso é uma forma de mostrar a cultura e memória viva, característica de museus comunitários ou casas de memórias.

Esses desenhos digitais se constituem fontes importantes que irão preservar a memória da arquitetura dessas instituições para as futuras gerações. Os únicos objetos que podem ser comparados usando o critério presente e passado, são o desenho da primeira escola (desenho manual) e a capela (réplica de gesso), pois os registros das demais não foram encontrados. A primeira instituição escolar (Escola Rural) é, hoje, a Escola de Ensino Fundamental Professora Ledite Ângelo (registrada em desenho digital). A primeira capela da cidade foi derrubada na década de 1960, para dar lugar a atual igreja matriz de Nossa Senhora da Saúde, que também faz parte da galeria de desenhos digitais. Vale ressaltar que a réplica em gesso da capela, encomendada pela turma de Biologia em 2009, é um dos objetos do acervo que não se encontra mais na Casa da Memória, por conta das constantes mudanças de endereços, motivo pelo qual alguns itens desapareceram ou foram destruídos. No caso da réplica da capela, seu fim se deu no período que os objetos estavam guardados na creche desativada Criança Feliz.

QUADRO 3: Desenhos digitais: espaços públicos de Penaforte

01	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde
02	Creche Pedro Leandro
03	Escola de Educação Básica Joaquim Pereira Lima
04	Escola de Ensino Fundamental Fátima Regina
05	Escola de Ensino Fundamental Professora Ledite Ângelo
06	Prefeitura Municipal
07	Poder Legislativo
08	Praça Querubina Bringel
09	Ginásio Poliesportivo Municipal Luisão
10	Estádio Municipal de Penaforte
11	Praça de entrada da cidade – Antônio Alves Gondim

FONTE: autoria de Aurineide Miranda (2024)

O quadro acima, foi elaborado pela autora dessa pesquisa, com base nas informações contidas no Livro de Tombamento e da pesquisa de campo na Casa. Nessa nova constituição da Casa da Memória, outro ponto que precisamos destacar é que os novos materiais adquiridos fazem parte de projetos da Secretária de Cultura e não especificamente

da Casa. Porém, como são produções relacionadas a lugares da cidade, elas estão compondo parte do acervo e registradas no livro mencionado. Dividir o mesmo espaço com memórias de tempos diferentes, é uma organização que promove um exercício de análise das mudanças e permanências na história. Ramos (2004) ressalta que qualquer museu histórico pode e deve ter em seu acervo artefatos do mundo contemporâneo.

Conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente. Mostrando relações historicamente fundamentadas entre objetos atuais e de outros tempos, o museu ganha substância educativa, pois há relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar. (Ramos, 2004, p. 21).

Quando se fala em museu, visualizamos um espaço que preserva coisas antigas para que o passado não seja esquecido e para contar a história de determinados acontecimentos. Se olharmos apenas com essa visão, o museu não cumpre seu papel educativo na sociedade contemporânea, que deve ser o de provocar uma reflexão crítica. Quadros com desenhos digitais, são um produto da contemporaneidade, resultado do avanço tecnológico em que vivemos. Estando expostos no mesmo espaço de desenhos feitos manualmente, podem e devem ser um recurso de problematização do conhecimento, mostrando suas relações numa perspectiva histórica. Os recursos que existiam em outros tempos, para se produzir um desenho, copiar uma imagem, foram se aperfeiçoando no decorrer do tempo. Essa é apenas uma possibilidade de debates sobre os objetos ali expostos, tendo outros pontos que podem ser questionados.

Um desses pontos, é a observação das mudanças e permanências percebidas nos prédios públicos da cidade representados nesses desenhos. Podendo explorar quais deles existiam no passado, em que contexto foram construídos, as mudanças que ocorreram em alguns. Então, a presença de objetos atuais e de outros tempos, possibilita a composição de um acervo de diferentes temporalidades, que deve ser atualizado a partir das demandas sociais de cada momento.

FIGURAS 13: Desenhos digitais: prédios públicos- produzidos por André Torres



FONTE: Aurineide Miranda (2024)

FIGURAS 14: Desenhos digitais das escolas municipais- produzidos por André Torres



FONTE: Aurineide Miranda (2024)

FIGURAS 15: Desenhos digitais: espaços públicos-produzidos por André Torres



FONTE: Aurineide Miranda (2024)

Através dos desenhos das instituições e espaços públicos da cidade, é possível desenvolver o ensino de história focando no processo histórico, das origens para a atualidade. Apresentar aos alunos/as essas imagens atuais ou mesmo através de uma aula de campo, passeando pela cidade e observando *in loco*, é uma metodologia que permite comparações e problematizações. Partir do tempo presente, que é o tempo dos alunos/as e, em seguida, adentrar no passado, buscando imagens antigas e narrativas de testemunhas da história, constituem-se atividades que fazem sentidos para construir com eficácia conhecimentos e análises sobre o tema em estudo.

Em uma prática educativa nesses moldes, é possível elaborar a compreensão de conceitos históricos como mudanças/permanências. Seffner (2019) nos diz que esses são dois processos que atuam em sintonia, ou seja, “em todos os momentos de mudanças na história há registros de permanências” e “em momentos que as coisas parecem apenas permanecer, há tentativas ou processos de mudanças em andamento, mesmo que não sejam de imediato perceptíveis (Seffner, 2019, p. 168-169).

Apesar das imagens representarem apenas instituições oficiais ligadas ao serviço público, é possível aprofundar o debate em torno delas, inclusive, olhando se as mudanças ocorridas nesses espaços públicos da cidade, trouxeram benefícios para a população e em que contexto ocorreram tais mudanças. Além das historicidades do desenvolvimento urbano e administrativo da cidade, muitas outras questões podem ser elaboradas nas aulas de história, pois uma única fonte pode ter diversas interpretações e responder a múltiplos recortes de estudo e pesquisa. Alberti (2019) advoga que “fontes estimulantes que possam estimular

nossos estudantes na direção do tema estudado e permitem explorar a complexidade do passado abrem espaço para o aprendizado efetivo” (Alberti, 2019, p.107).

Outra vertente de análise das imagens pode ser em relação aos nomes atribuídos a essas instituições, perguntando, por exemplo, quem foram Joaquim Pereira Lima, Pedro Leandro, Antônio Alves Gondim, Fátima Regina, na história de Penaforte? Por que seus nomes foram escolhidos/as para denominar tais espaços? Muitas vezes, ensinamos história seguindo a didática expositiva, narrativa e contemplativa, sem suscitar nos nossos alunos/as o senso crítico, sem oportunizar o contato a questionamentos e reflexões que realmente o façam pensar historicamente. Se apropriar do acervo da Casa, é um caminho para desenvolver atividades de produção de conhecimentos tanto nas escolas como na própria instituição de memória. Começar pela história da comunidade, é essencial para que se encontrem no lugar de vivência e entendam que não existe apenas uma história universal/nacional.

Durante a nossa pesquisa, fizemos várias visitas à Casa da Memória. Na última, ocorrida em julho de 2024, identificamos que tinha expostos na parede da primeira sala, quadros novos adquiridos com os projetos da Lei Aldir Blanc pela Secretaria de Cultura. Agora, estávamos diante de fotografias de lugares de Penaforte, produzidas por fotógrafos da cidade que concorreram ao concurso de fotografias, fomentado pela Lei citada. As novas imagens, desta vez, não representavam prédios públicos, mas diversas paisagens aleatórias do território do município. Paisagens urbanas e rurais vistas pela lente de fotógrafos locais. Enxergamos situações didáticas que podem ser colocadas em prática no ensino de história de Penaforte. Como exemplo, temos a fotografia da ferrovia Transnordestina e canal da Transposição do Rio São Francisco, que cortam alguns pontos do município. Imaginamos as mudanças que ocorreram no território penafortense, tanto no aspecto físico através dos desmatamentos que deram lugar as obras faraônicas, mudando a paisagem do lugar, quanto as mudanças sociais, políticas e econômicas, como as famílias que foram obrigadas a deixarem suas moradas de origem porque as obras passaram por suas propriedades. Entra aqui uma questão também de memórias, que é suma importância ser apresentada e debatida com a comunidade. Então toda produção humana pode ser indagada como fonte (Alberti, 2019), como objeto gerador (Ramos, 2004) e utilizada para uma leitura de mundo (Freire, 1990).

FIGURA 16: Fotografias de paisagens de Penaforte – Acervo Secretaria de cultura



FONTE: Aurineide Miranda (2024)

Ao olhar para a composição atual do acervo, apesar de ele estar sendo quase invisível para a população penafortense, para o poder público e para o ensino na rede municipal, é enxergar as possibilidades de ensino da história a partir dele. A Casa da Memória não recebe mais doações, mas adquire vários itens representativos de sua cultura e patrimônios, através dos editais da Secretaria de Cultura que os mistura com objetos antigos. No entanto, a organização presente na Casa, misturando objetos antigos e atuais, não foi organizada previamente, com base em alguma fundamentação teórica, com objetivo de problematização histórica. A pesquisa aponta que os desenhos digitais e artesanatos adquiridos através dos recursos federais da Lei Aldir Blanc, estão ali expostos apenas pelo fato de ter sido oriundos de projetos da Pasta da Cultura, que funciona no mesmo espaço da Casa da Memória.

3.3 EXPOSIÇÕES ITINERANTES: O ACERVO EM TRÂNSITO COMO PRÁTICA DE APROXIMAÇÃO COMUNITÁRIA

Nos anos de 2021 e 2022, o acervo da Casa da Memória voltou a ser exposto e visitado, mediante a promoção de exposições organizadas pela Secretaria da Cultura:

FIGURA 17: Card de divulgação da exposição de 2021



FONTE: Instagram secultpenaforte (2024)

Dentre várias ações programadas pela Secretaria de Cultura, em comemoração aos 63 anos de emancipação política de Penaforte, foi organizada uma exposição com os objetos do acervo da Casa da Memória, na Escola Municipal “Fátima Regina”, localizada na rua Padre Cícero, Centro., zona urbana de Penaforte. A exposição foi denominada “Resgate Histórico e Cultural de Penaforte e teve como objetivo levar conhecimento da história do lugar e rememorar-lo., De acordo com Aldeci Muniz (Secretária de Cultura do município no período de 2021 a 2024), se pretendia também conseguir doações de novas peças para a Casa

da Memória, como comprovamos a partir da publicação no Instagram da Secretaria de Cultura que convida a população a fazer essas doações:

FIGURA 18: Card de convite para a exposição de 2021



FONTE: Instagram da Secultpenaforte (2024)

A intenção da Secretaria de Cultura era aumentar a quantidade de objetos do acervo, mas segundo Aldeci Muniz, não conseguiram arrecadar praticamente nada. Mais uma vez, entra a questão da falta de uma educação patrimonial, algo indispensável ao engajamento da comunidade na defesa de sua história e memórias. O acervo, quando observado, seja na própria Casa, seja em outro espaço como nas exposições que foram realizadas em 2021 e 2022, ou nos projetos pedagógicos das escolas, foi visto como interessante, um viver antigamente diferente, mas nunca passou dessas compreensões. Para que a população entenda a importância de participar ativamente desses momentos de conhecimento e valorização das memórias locais e se sentir parte delas, é preciso antes de tudo, promover formações e ações de forma contínua e não somente na etapa final de projetos de salvaguardas de memórias e

patrimônios. Simone Scifoni (2015, p. 197) advoga que a educação patrimonial deve ser compreendida como “um processo e não um produto”. Vejamos:

Ou seja, o tratamento que lhe é dado, o lugar que lhe é destinado nas políticas de preservação do patrimônio é o de apêndice isolado, atividade em si mesma, desvinculada de um conjunto de estratégias e abordagens. O desafio maior da Educação Patrimonial hoje, no Brasil, é justamente o de torná-la um componente essencial de todo o processo de identificação do patrimônio, o que significa incorporá-la como atividade *pari passu* e integrada às pesquisas de tombamento e/ou de inventário do patrimônio imaterial, fomentando, desde muito cedo, uma relação próxima e dialógica com as comunidades do lugar em que se vai atuar (Scifoni, 2015, p.197).

Em qualquer projeto com o propósito de construção de espaços de preservação de memórias históricas e vivências culturais, desde o início, a população precisa estar presente nas ações, tendo sua voz escutada, opiniões respeitadas, cobranças atendidas e lutas apoiadas. Se a educação patrimonial for praticada apenas no final, ensinando as pessoas sobre os patrimônios salvaguardados, está se torna apenas um produto. Não que essa etapa seja dispensável, pelo contrário, é essencial para dar continuidade e formar gerações presentes e futuras, mas tem que existir durante e não simplesmente antes e/ou depois.

As doações solicitadas pela Secretaria de Cultura para aumentar o acervo da Casa da Memória, não foram bem-sucedidas, porque desde a proposta inicial da Casa, não houve um convite a população para se fazer atuantes na sua própria história. Compreendemos que muitas pessoas teriam peças significativas para doarem, mas acreditaram (e acreditam) que não são importantes para narrar a história do lugar, pois no senso comum, é considerado relevante apenas a oficialidade da história. E esse pensamento seria desconstruído se houvesse atividades educativas contínuas.

A exposição de outubro de 2021 teve nessa ação de arrecadar novos objetos para a Casa uma frustração, mas a apresentação das memórias históricas de Penaforte, foi bem-sucedida. Essa exposição foi realizada com a colaboração efetiva de um professor e de alunos da escola municipal, que recebeu o acervo e participou de forma ativa de sua exposição.

Eu lembro que o professor Adriano, muito dedicado, uma excelente pessoa, ele instruiu a turma dele para cada um ficar responsável por uma mesinha. Foi muito bem organizada, a gente levou essas peças antigas e cada uma tinha uma mesinha lá. E cada mesinha ficou um aluno responsável para explicar o que era, como era usado, na medida do possível, o que eles puderam captar de conhecimento porque inclusive essas peças nem faz parte do dia- a- dia deles. Mas foi muito interessante, a gente ficou aberto dois dias recebendo todas as escolas, foi muito bom, com música, com alegria (Entrevista realizada com Maria Aldeci Muniz Barros concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda em 18/07/2024).

O acervo da Casa foi exposto dois dias na escola e recebeu a visita de alunos de outras instituições escolares e de pessoas da comunidade. De acordo com Aldeci Muniz, o professor Adriano, docente de uma turma de 5º ano, preparou seus alunos para apresentar os objetos aos visitantes. As crianças explicavam o que era o objeto e sua utilidade no tempo que tinha valor de uso. Na narrativa, é possível perceber o destaque que deu relacionado a esses objetos não fazerem parte do tempo histórico das crianças. Nessa situação didática, promovida a partir dessa exposição, podemos estabelecer um ponto de debate para o ensino de história. Esse ponto é a forma como os objetos foram tomados para gerar conhecimentos. Primeiro, os/as alunos/as tiveram um contato prévio com os objetos que seriam expostos, aprendendo sobre sua historicidade para repassar informações sobre eles aos visitantes. Essa metodologia transforma os/as alunos/as em protagonistas do processo educativo, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades de oralidade e adquirindo conhecimentos de práticas culturais de tempos passados.

FIGURA 19: Visitas à exposição na Escola Fátima Regina



FONTE: Instagram secultpenaforte (2024).

Podemos afirmar que nessa atividade desenvolvida na escola, ocorreu uma situação de aprendizagem importante para essas crianças, pois elas aprenderam sobre outros tempos históricos. No entanto, compreendemos que não houve momentos de questionamentos e problematizações necessários para a construção do pensar historicamente que defendemos no ensino de história. Bittencourt nos aponta que no conhecimento de cultura material, do ponto de vista científico, o aluno deve compreender o objeto como “integrante de uma vida

social, de uma parte da vida cotidiana, de rituais, da arte de determinado grupo social” (Bittencourt, 2008, p. 358). Assim, o objeto de museu deve ser tomado como um recurso didático, que estimule a observação de semelhanças, diferenças, análise de usos, produção, grupos sociais relacionados, mudanças ocorridas dentro do processo histórico. Uma observação instigadora leva-nos a uma leitura de objetos como documentos que podem ser usados para produção do conhecimento histórico.

No ano de 2022, a Secretaria de Cultura de Penaforte organizou uma nova exposição. Dessa vez, ela aconteceu na praça Querubina Bringel (Praça da Matriz). O objetivo foi ampliar o perfil de visitantes, não se restringindo apenas para a comunidade escolar.

No ano seguinte a gente fez essa exposição na praça pública para que tivesse uma visibilidade maior que é mais abeto ao público. A gente espera que o público vá visitar, mas o público que participa é mais o escolar. Então quando você faz na praça está lá aberto para viajantes que vai passando, os moradores que não tem a viabilidade de ir na escola, mas estar ali na praça aí já dar uma olhadinha e foi muito bom. E essa da praça a gente fez com esses objetos que tinha da Casa da Memória e mais esses que a gente adquiriu com esses projetos da Lei Aldir Blanc, levamos também para lá e foi muito interessante ((Entrevista realizada com Maria Aldeci Muniz Barros concedida a Aurineide Alves de Oliveira Miranda em 18/07/2024).

A exposição na praça contou com a presença de alunos/as de todas as escolas municipais, acompanhados/as de seus/suas respectivos/as professores/as, gestores/as e coordenadores/as pedagógicos. Outros moradores da cidade também prestigiaram o evento. Todos e todas tiveram a oportunidade de rememorar mais uma vez a história da comunidade a partir dos objetos e fotografias expostos. Analisando esse momento, percebemos que ele se configurou como mais uma repetição das metodologias utilizadas em outros momentos anteriores, seja na sede da Casa, seja nas exposições organizadas em outros espaços com o acervo da Casa. Assim, o público que visitou apenas observava sem nenhuma problematização.

As pessoas mais velhas recordavam com nostalgia as lembranças e experiências vividas a partir dos objetos do cotidiano ali presentes. Os mais jovens, olhavam com estranhamento aquelas peças que não fazem parte do seu tempo histórico. Em algumas situações, era preciso explicar o que era o objeto e para que era usado. Na verdade, essas eram as únicas informações apresentadas aos alunos/as curiosos/as que achavam interessante o que viam.

Em relação as fotografias, os mais velhos relembavam quem foram as pessoas retratadas nas fotos e os mais jovens passavam a conhecer quem foram elas na história de

Penaforte. Entendemos que se as práticas de ensino não trouxer reflexões e não suscitar questionamentos, estas não darão base a um conhecimento que faça a diferença na vida daqueles que o buscaram, não tenha relevância para as mudanças necessárias na comunidade. Nesse sentido, Costa (2012) afirma que “nem tudo que se faz será práxis no conceito de mudança e reflexão se não o for tema de pensamento, de debate, de discussões e proposições (Costa, 2012, p.5).

As possibilidades de construção de conhecimento não se encontram apenas dentro das escolas, especificamente nas salas de aulas, mas em diferentes espaços de memórias, formais e informais. Essa construção deve ocorrer a partir de práticas de ensino com criticidade e valorização dos saberes prévios e do modo de vida dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Da mesma forma que Costa (2012) indica que é preciso que haja o exercício do pensamento, do debate e proposições a fim de provocar as mudanças e reflexões necessárias em determinado meio, podemos ancorar em Paulo Freire, um defensor da prática educativa crítica e transformadora, a nossa defesa de um ensino que promova o “pensar historicamente” [...] “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção e construção” (Freire, 2021, p. 24). Nessa linha de Freire, enxergamos que as exposições do acervo da Casa são recursos didáticos capazes de produzir um conhecimento que leve a práxis de criticidade e transformação. Entretanto, para que desempenhem esse papel as exposições precisam ser repensadas, planejadas e fundamentadas com o objetivo de construir saberes históricos.

FIGURA 20: Foto da exposição na Praça da Matriz – objetos do cotidiano



FONTE: Arquivo Aurineide Miranda (2022)

FIGURA 21: Foto da exposição na Praça da Matriz – objetos religiosos



FONTE: arquivo Aurineide Miranda (2022)

FIGURA 22: Foto da exposição na Praça da Matriz – fotografias política/origem da cidade



FONTE: arquivo Aurineide Miranda (2022)

Um diferencial nessa exposição na praça, foi o trabalho desenvolvido nas escolas, juntamente com professores/as e alunos/as. A Secretaria de Cultura solicitou às escolas que durante o mês de outubro, fossem realizadas atividades relacionadas a história de Penaforte. Os produtos decorrentes das situações de ensino propostas, como cartazes e maquetes, fizeram parte das exposições, ficando ao lado do acervo da Casa, como vemos na imagem abaixo:

FIGURA 23: Foto dos trabalhos dos alunos/as da Escola Joaquim Pereira Lima na exposição da praça



Uma das inquietações que envolve a presente pesquisa, senão a principal, é como essa Casa da Memória, criada em 2009, com o intuito de salvaguardar a história e as memórias locais, poderia ser uma fonte de produção do saber histórico. Para que esse saber seja construído com significação, sabemos que as práticas de ensino precisam seguir uma metodologia em que professores e alunos(as) sejam protagonistas do processo de aprendizagem. Ao realizar as atividades com temas relacionados ao lugar em que vivem, os alunos(as) acessam o conhecimento do passado e podem construir um novo olhar no tempo presente sobre seu meio social. De acordo com Isabel Barca (2004), para construir uma aprendizagem com foco na problematização, é desejável que o planejamento da situação de ensino atenda algumas vertentes. Citamos aqui duas delas:

Propor questões orientadoras problematizadoras, que constituam um desafio cognitivo adequado aos alunos em presença e não apenas um simples percorrer de

conteúdo sem significado para os jovens. Desenhar tarefas adequadas ao desenvolvimento das instrumentalizações em foco, que ultrapassem uma interpretação linear das fontes ou a compreensão simplista de uma qualquer versão histórica sobre o passado (Barca, 2004, p.135).

Apresentar aos alunos/as a história de Penaforte, citando nomes de políticos e de pessoas integrantes das famílias consideradas “fundadoras do lugar”, e propondo a reprodução de seus retratos e biografias, é uma atividade necessária principalmente aos mais jovens, mas não questionadora. As aulas desenvolvidas na escola, no decorrer no mês de emancipação política, se resumem sempre a simples “versão histórica sobre o passado” e repetição das informações com nomes, datas, imagens, confecção de maquetes de lugares que compõem os espaços públicos da cidade.

A participação efetiva nas atividades, de forma concreta, ou seja, produzindo trabalhos para a exposição, é mais importante do que simplesmente apenas visitar o acervo de memórias da comunidade, pois entendemos que houve um estudo e trabalho pedagógico prévio antes da visita. As ações se complementam, podendo ser ampliadas após as visitas, a fim de concluir a sequência da prática educativa. No entanto, as estratégias de ensino poderiam ser mais aprofundadas, não percorrendo somente pelo conteúdo narrativo distante no tempo histórico dos jovens e ressaltando as memórias elitizadas e esquecendo as subalternizadas. Mesmo diante dessa lacuna didática, reconhecemos que foi um ponto diferencial nessas exposições: a de 2021 realizada na Escola Fátima Regina, tendo as crianças como guias do acervo, e a de 2022 realizada na praça, pois fora preparada com estudos nas escolas.

No próximo capítulo, apresentaremos uma proposta de sequência didática, desenvolvida a partir de objetos do acervo da Casa da Memória de Penaforte. Os objetos são portadores de história e memórias que, quando tomados como recursos didáticos, possibilitam a construção de conhecimentos, problematizações em torno da sua produção e usos no tempo pretérito, bem como dos seus significados no presente. Esses podem gerar debates, reflexões, questionamentos e desenvolver a consciência crítica e histórica. Vamos propor atividades que estimulem a não olhar o objeto apenas como uma peça antiga ou utilizar uma fotografia simplesmente para extrair informações como nomes e fatos. É possível estimular os(as) alunos/as a perceberem a dinâmica das pesquisas e reflexões históricas, bem como a vivenciarem aulas que contemplem o conhecer a história e o debate de temas e demandas contemporâneas.

3 CADERNO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO “COISAS DA MEMÓRIA”

Nesse capítulo, apresentamos a elaboração de um caderno didático-pedagógico com propostas para professores de história trabalharem práticas de ensino de história a partir dos objetos. O objetivo é apontarmos atividades e metodologias que possibilitem a problematização do conhecimento histórico mediante usos da cultura material. Tais propostas estão amparadas nas perspectivas teórico-metodológicas das aulas oficinas, apresentadas por Isabel Barca (2004), e objeto gerador, no sentido apontado por Régis Lopes Ramos (2004).

3.1 APRESENTAÇÃO DO CADERNO

Um dos principais desafios dos professores/professoras de História, é desenvolver aulas que despertem os alunos/alunas da Educação Básica, a enxergarem na disciplina relevância e utilidade na vida prática. O currículo de história é, ainda, eurocêntrico e cronológico, além de extenso, tendo em vista a carga horária composta de duas a três aulas semanais no ensino fundamental. Enquanto professores/as, fazemos parte de um sistema de ensino e precisamos cumprir suas regras, como por exemplo, os conteúdos curriculares. Esse é um ponto que dificulta a prática do/a professor/professora no que concerne a trazer as aulas de história para a realidade dos alunos, assim como diminuir a abstração contida no ensino de história.

Abrindo aqui um parêntese para pensarmos sobre o significado da palavra currículo que, quando tomada como um substantivo, faz referência ao percurso/caminho. Quando visto como um verbo, significa um ato de percorrer. Carmem Gabriel explica essa diferença

Quando substantivado, a noção de currículo-percurso tende a ser associada à relação de matérias/disciplinas com seu corpo de conhecimento organizado numa sequência lógica e temporal que se materializa na ideia de um “plano de estudos” elaborado no âmbito de cada disciplina, curso ou série. O currículo tende a ser definido, assim como a listagem de conteúdos legitimados como objeto de ensino ou como a programação de um curso ou de matéria a ser examinada. Quando entendido como verbo – o “ato de percorrer” -, esse termo abre possibilidades para a incorporação das experiências, diferenças, desejos, demandas ou interesses individuais e coletivos do sujeito – discente ou docente – que percorre e age nesse percurso (Gabriel, 2019, p.72-73).

Na nossa proposição, tomamos o currículo no sentido do ato de percorrer, para não limitar as aulas de história a simples exposição de conteúdos prescritos no currículo. Essa

escolha permite mobilizar abordagens e metodologias com temas/conceitos que adentrem os saberes prévios e contemplem os interesses de professores/as e alunos/as de uma história mais próxima de sua vivência

Contribuir com sugestões que ajudem a contextualizar o ensino de história é a proposta desse caderno. Propomos aulas oficinas que subsidiem os/as professores/as de História a desenvolverem atividades com os alunos, relacionando conteúdos curriculares com as “Coisas da Memória”. Essas “coisas” são concretizadas através de objetos carregados de historicidade. Partindo do concreto para a construção e análise do conhecimento histórico, podemos aproximar os/as alunos/alunas de uma aprendizagem significativa principalmente no contexto de história dos lugares nos quais eles/elas vivem.

Essa aprendizagem significativa ocorre diante de práticas de ensino que se utilizem de conhecimentos prévios dos alunos/as e os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos ao longo da vida, os quais devem ser conectados aqueles já existentes. Antoni Zabala (1998), seguindo e explicando a concepção construtivista, aponta o que deve ser feito para ser produzida uma aprendizagem significativa:

Para que esse processo se desencadeie não basta que os alunos se encontrem frente a conteúdos para aprender; é necessário que diante destes possam atualizar seus esquemas de conhecimento, compará-lo com o que é novo, identificar semelhanças e diferenças e integrá-los em seus esquemas, comprovar que o resultado tem certa coerência etc. (Zabala, 1998, p. 37)

Acreditamos que quando o novo conhecimento é relacionado de maneira significativa ao o que os/as alunos/as já sabem, o aprendizado acontece de forma mais eficaz. Instigá-los a expor o que já conhecem, analisando, contextualizando, construindo e entendendo novos conceitos e, principalmente, como vivenciá-los no cotidiano e no seu espaço de atuação, deve se configurar em uma intervenção pedagógica em que os/as professores/as criem condições que facilitem não somente a retenção de conteúdo, mas a sua aplicação em diferentes contextos.

Não conseguimos falar em aprendizagem significativa, sem citar Paulo Freire na sua constante defesa de uma prática educativa com sentido, indicando os diversos saberes necessários aos educadores/as. Dentre esses, estão o respeito aos saberes dos educandos, a exigência da criticidade e da rigorosidade metódica. Freire (2021, p. 28) nos atenta que “nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”.

Nos capítulos anteriores, construímos a historicidade da Casa da Memória de Penaforte, conhecendo seu acervo e registrando algumas memórias do lugar. A partir desse acervo e dessas memórias, elaboramos as aulas oficinas que possibilitam a exploração da materialidade das coisas nas aulas de História. O objetivo é gerar não só conhecimento histórico, mas o pensar historicamente, a compreensão de contextos locais integrados aos globais, do presente com o passado, a partir da cultura construída e partilhadas pelos moradores do lugar.

Fundamentado na metodologia de objetos geradores proposta por Régis Lopes, no livro *A danação do objeto: o museu no ensino de História* (2004), elaboramos sequências didáticas para aulas de História. Partindo do pressuposto de que os objetos são carregados de história, como também de memórias, podemos explorá-los de forma a construir um saber histórico. Mas o que seria um objeto gerador? Qual o objetivo dessa metodologia? Ramos (2004, p. 32) explica:

O objetivo primeiro com o objeto gerador é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber – leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras.

O objeto gerador é o recurso didático que vai ser observado, gerar reflexões acerca de sua existência e uso, explorar os traços culturais que cada um expressa. Através da leitura de um objeto, se constrói conhecimentos diversos sobre presente e passado, sobre sua relação com os sujeitos. Para que esse exercício de análise seja mais relevante, o objeto deve fazer parte do cotidiano de quem analisa, pois dessa forma, permite a exploração dos conhecimentos prévios e a construção de novos saberes. Os objetos que estão presente na vida prática dos alunos/alunas, são enxergados por eles/elas como algo natural, sem perceber a historicidade em sua materialidade. A partir do momento que orientamos olhar para tal material, de uma forma crítica, possibilitamos refletir o que já conhecem sobre ele e desenvolver uma nova leitura, observando aspectos sociais e culturais que não tinham sido percebidos até então.

Essa metodologia do objeto gerador oferece o desenvolvimento do ensino de história com significado, propondo práticas que vinculem os objetos aos conteúdos estudados e problematize-os. É possível elaborar planos de aula dinâmicos e que faça sentido para os/as alunos/as, se afastando um pouco da abstração tão apontada nas aulas dessa disciplina. Ramos

(2016, p. 72) atesta que os usos pedagógicos dos objetos são infinitos, pois essa forma de ensinar, pautada na cultura material para construção do saber histórico, é alimentada pela criatividade das pessoas que trabalham nos museus e nas escolas. Seguindo essa trilha de pensamento de Régis Lopes, enxergamos na sua metodologia do “objeto gerador”, uma prática educativa que desencadeia reflexões, debates, valorização de conhecimentos prévios, aprofundamento de novos conceitos. Os/as professores/as de história podem extrair essa função dos objetos nas aulas, pois são criativos e críticos.

Como objetos geradores, podemos tomar qualquer utensílio doméstico, peças de sentido religioso, político, profissional, do cotidiano. Um ferro de passar roupas e um telefone, por exemplo, permitem a exploração de muitos temas/conteúdos curriculares, envolvendo tecnologias, mudanças, permanências, questões de usos sociais desses objetos, etc. Uma vestimenta, tanto de um tempo passado como do presente pode suscitar reflexões e problematizações que enriqueçam os debates no ensino de história a respeito de sua fabricação, de seu uso, de suas características.

Observar um objeto isolado, provavelmente, não trará sentido e não produzirá uma aprendizagem significativa. Portanto, as peças selecionadas para promover uma aula de história, devem ser relacionadas a questionamentos que envolvam os seus usos sociais no pretérito e as marcas desse pretérito no presente. Fazer uma leitura do objeto, procurando tornar ele um recurso didático que permita a execução de um planejamento rico em debates, problematizações e compreensão da realidade que o cerca, pois, “o potencial educativo dos objetos geradores reside no exercício de alargamento do nosso ser no mundo, da experiência de viver a historicidade do ser que dá existência a nós e ao mundo, em suas múltiplas ligações” (Ramos, 2016, p. 74).

As atividades sugeridas nesse caderno podem ser desenvolvidas em qualquer espaço e não somente em um museu. Observar um acervo material, é uma prática possível de ocorrer em uma instituição própria de salvaguarda, em sala de aula ou qualquer espaço da escola e da comunidade. Mais ainda, articular uma sequência didática utilizando mais de um desses espaços facilita uma aprendizagem significativa e contextualizada. No entanto, nós, professores da educação básica da rede pública, sabemos as dificuldades que enfrentamos para conseguir tirar os alunos/alunas de dentro da escola e levá-los a outros lugares possíveis de aplicarmos nossas práticas educativas. Dessa forma, apresentamos sugestões de atividades que possam ser realizadas tanto quando for possível usufruir de vários lugares educativos, como também desenvolver as mesmas atividades apenas dentro da escola.

Desse modo, as fotografias de objetos que compõem a Casa da Memória de Penaforte, foram sugeridas para aplicar a metodologia do objeto gerador. Como eles fazem parte de histórias e memórias do lugar, estão próximos ao cotidiano dos (as) alunos/as e, por isso, são capazes de promover o saber histórico relacionado à história do cotidiano, como também contextualizar as experiências locais com as globais. As sequências didáticas aqui propostas, podem ser adaptadas para serem aplicadas em outras realidades, ou seja, em outras redes de ensino que não sejam a da cidade de Penaforte (CE).

Todo e qualquer objeto pode ser tomado para introduzir/desenvolver um conteúdo curricular. Portanto, atividades a partir do objeto gerador, não se resumem apenas a conteúdos de história do lugar. É preciso conhecer, analisar, debater e valorizar a história do nosso cotidiano, mas podemos expandir essa prática para problematizações mais gerais, estimulando os (as) alunos/as a compreenderem que nossas trajetórias e experiências estão, de alguma forma, conectadas a cenários mais abrangentes. Nesse sentido, como a metodologia de observação e crítica em torno de uma exposição, não deve acontecer apenas em espaço museológico, mas em todo e qualquer espaço que promova ação educativa, indicamos nesse caderno atividades que abordem conteúdos comuns do currículo, casando com experiências vividas pelos educandos.

As análises a partir do objeto gerador, foram organizadas em aulas-oficinas fundamentadas na proposta de Isabel Barca. Ela apresenta uma organização de aula que orienta para o desenvolvimento de instrumentalização, que leve o sujeito a compreender o passado de forma contextualizada, problematizar o presente e perspectivar o futuro, entendendo a relação temporal entre eles. Percebemos que essa orientação segue os debates contemporâneos em torno de conhecimentos debatidos e explorados por alguns estudiosos que ponderam sobre os saberes acadêmicos e a vida prática, como é o caso do alemão Jörn Rüsen, ao tecer considerações sobre a “consciência histórica”. Para Rüsen, a consciência histórica se caracteriza pelas competências de experiência, interpretação e orientação no tempo (Rüsen, 1992, p.9-10). Luis Fernando Cerri (2011), ancorado em Agnes Heller e Rüsen, discute a noção de consciência histórica apontando suas contribuições para a reflexão sobre esse tema nas implicações didáticas no ensino de história. Segundo suas palavras,

Muitos dos problemas dos alunos no aprendizado de História, dos quais nos queixamos há décadas, venham tendo suas causas incorretamente identificadas, pelo menos em parte. A perspectiva da consciência histórica, nos impõe, também, outro ponto de vista sobre a nossa disciplina: o de que ela é resultado de necessidades sociais e políticas na formação de identidades de novas gerações e, portanto, o seu problema não é somente de ordem cognitiva ou educacional, mas também

sociológica e cultural. A rejeição de muitos alunos em estudar história pode não ser somente uma displicência com os estudos ou uma falta de habilidade com essa matéria, mas um confronto de concepções muito distinta sobre o tempo, que não encontram nem um ponto de contato com o tempo histórico tal qual como aparece na narrativa de caráter quase biográfico das nações ou da humanidade. (Cerri, 2011, p.17).

Os/as alunos/as precisam entender a relação entre os tempos históricos para construir uma consciência histórica, ou seja, compreender o passado contextualizado (experiência), interpretar o presente (interpretação) e com base nas experiências vividas e interpretadas ter uma orientação para a vida (orientação). Seguindo essa noção de consciência histórica, as aulas-oficinas propostas por Isabel Barca, se estruturam nas seguintes instrumentalizações: interpretação de fontes, compreensão contextualizada e comunicação.

Inicialmente, a interpretação de fontes consiste em fazer leitura de uma diversidade de documentos e o cruzamento entre eles. Tais fontes, são selecionadas a partir do objetivo metodológico, a fim de confirmar ou refutar hipóteses. A comunicação é a expressão da “interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo com inteligência e sensibilidade utilizando a diversidade dos meios de comunicação atualmente disponíveis”. (Barca, 2004, p. 4). Os desenvolvimentos dessas instrumentalizações, devem ser com a participação efetiva dos alunos que na proposta de aula-oficina são agentes sociais e não somente produtos e atores sociais como nos modelos de aula-conferência (tradicional) e aula-colóquio, respectivamente, modelos esses que fazem oposição ao de aula-oficina. O saber é pautado no senso comum, ciência e epistemologia, ou seja, valoriza o conhecimento prévio dos alunos, suas vivências, sua realidade. Aprofunda para os conhecimentos científicos e então avalia o nível conceitual dos alunos em vários momentos. Dessa forma, é trabalhado o desenvolvimento da consciência histórica: experiência (passado), interpretação (presente), orientação (futuro). Nessa lógica, os alunos se reconhecer como sujeitos históricos, agentes de sua formação, com ideias prévias e experiências diversas.

Os objetivos dessa proposição de aula parte da leitura de fontes diversas dependendo do objetivo metodológico, como já mencionado anteriormente. Nesse caderno, as fontes que utilizamos será material, ou seja, objetos do cotidiano portadores de memória individual ou coletiva. Essas fontes, desempenham o papel do objeto gerador, ou seja, a partir desse material é introduzido a problematização em torno de temas ou conteúdo. Através da fonte selecionada, será explorado o conhecimento prévio dos alunos sobre a mesma, assim como o que não conhecem sobre ela, utilizando de perguntas norteadoras. Em seguida, alarga o debate acerca da história que tal fonte (objeto) evidencia de determinado acontecimento

histórico, estabelecendo comparações entre os tempos históricos (presente e passado) e o espaço, isto é, o lugar de vivência dos alunos. Exploradas as relações temporais e espaciais, é um momento possível de construir conceitos e visões críticas sobre temas estudados e atuar socialmente.

3.2 AULAS-OFICINAS

Aulas-oficinas se constituem em uma metodologia, com a participação efetiva dos alunos a qual permite pensar, praticar e agir. Essa estratégia viabiliza articular teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem.

A oficina se caracteriza como uma estratégia do fazer pedagógico onde o espaço de construção e reconstrução do conhecimento são as principais ênfases. É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal na qual a relação humana se dá. (Anastasiou; Alves, 2015, p. 95).

A aprendizagem progressiva dos conceitos/temas trabalhados nas aulas, fica mais viabilizada quando a metodologia permite uma relação horizontal entre professor/a e alunos/as para juntos exercitar o pensamento, a reflexão, a pesquisa e as produções. Esses exercícios fogem das aulas conferências, isto é, das aulas pautadas apenas na exposição oral tendo o/a professor/a como o/a conferencista. As aulas-oficinas possuem o propósito de oportunizar aos alunos/as o direito de apresentar seus saberes, acessar o conhecimento científico, reconstruir seus conceitos e principalmente orientar no seu agir. Para tudo isso fazer sentido, dentro desses exercícios, deve sempre estar o contexto para compreender a ponte existente entre a história local e global e nas relações temporais, fazendo com que os alunos/as se encontrem dentro de tal história.

A proposta de aulas-oficinas a partir do objeto gerador tem como ponto essencial a contextualização. O Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC, 2019), conceitua a contextualização de uma forma abrangente quando aponta que

Contextualizar a Educação ou o currículo, preceito previsto na LDB nº 9394/96, art. 26, exige um movimento mais elaborado do que “incluir na parte diversificada, características regionais e locais, da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. Exige de cada sistema, de cada rede, de cada instituição de ensino e de cada educador (a), professor (a), a construção de um conhecimento que RESULTA da síntese (metódica) dos diferentes saberes que embasam a cultura, o trabalho e a prática social dos sujeitos (art. 1º LDB 9394/96). Trata-se da construção, do reconhecimento e da valorização do saber endógeno, que emerge da realidade e da produção da vida dos sujeitos que aprendem, porque é essa vida que está sendo

aprendida e apreendida. O contexto não é apenas físico e objetivo, nem fixo. Ele abrange componentes materiais invisíveis, móveis, subjetivos. O pensamento ou as formas de pensar, as ideias, os valores, todos esses elementos constituem o CONTEXTO que deve ser a referência para a construção e desconstrução pedagógica no processo ontológico do ensinar-aprender. Afinal, contextualizar significa dizer “o universo em que se está inserido”. O contexto também não se reduz ao local, por isso a contextualização é mais do que reconhecer ou interagir com a realidade imediata, é antes a construção de articulações com diferentes realidades (mesmo que o ponto de partida seja aquele os quais os pés pisam). (DCRC,2019, p. 34/35).

Contextualizar é articular diferentes saberes e realidades. Partimos do local e do presente para uma problematização que alcance experiências mais globais. Observar objetos expostos na Casa da Memória de Penaforte ou em qualquer lugar, é uma forma de introduzir um tema através da realidade dos alunos, seja do espaço físico, seja de seus valores, ideias, formas de pensar, saberes e vivências. Em seguida expandir para conhecimentos mais abrangentes, compreendendo conceitos, interpretando fatos históricos, valorizando diferentes memórias. Na nossa proposta, a aula-oficina a partir do objeto gerador se estrutura com os seguintes elementos.

3.2.1 Fonte (objeto gerador)

É o recurso didático com o qual inicia a aula. Pode ser objetos do cotidiano de uso doméstico, profissional, pessoal, religioso, político, cultural, artístico, etc. Partindo do pressuposto que todo e qualquer objeto carrega histórias e memórias individuais/coletivas, será tomado como objeto gerador das problematizações em torno dos conceitos/temas/conteúdos que vai ser estudado. A partir dele, se faz o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos e elabora o roteiro das atividades. Esses objetos geradores, se constituem como fonte histórica e podem ser observados tanto na sala de aula como em outro espaço como a Casa da Memória ou lugares da comunidade. O objeto gerador deve ser escolhido de acordo com os objetivos e conceitos da aula.

3.2.2 Objetivos da aula

Objetivos de aulas devem estar presentes em qualquer planejamento. Nesse ponto, é o momento dos (as) professores/as definirem quais conhecimentos e habilidades deve ser desenvolvido com os/as alunos/as. Como a proposta é o aluno/a se tornar um agente social, se

reconhecer como sujeito histórico, que tem um ponto de contato com a história estudada, o objetivo precisa explicitar isso.

3.2.3 Conceitos problematizados

Esse terceiro elemento traz os conceitos históricos que serão problematizados nas aulas, ou seja, lista dos temas/conteúdos que são possíveis de serem abordados a partir do objeto gerador selecionado. É importante que esses conceitos sejam explorados de forma que contemple senso comum e conhecimento científico.

3.2.4 Metodologia ativa

Se temos que formar agentes sociais e problematizar o saber histórico, é necessário aplicar metodologias que chamamos aqui de “ativas”. O aluno não pode estar como um sujeito passivo, apenas recebendo informações prontas dos livros didáticos e do(a) professor/a. O objeto vai sempre ser o gerador da curiosidade, do debate, da pesquisa, da produção.

A metodologia é formada por uma sequência didática, com observação do objeto, momentos para conhecimentos prévios (senso comum, vivências), reflexões orientadas, pesquisas (teóricas e práticas), produções e avaliações das progressões das aprendizagens. O percurso metodológico tem que articular contextos locais e globais, presente, passado e perspectivação do futuro. A fim de dinamizar mais ainda a construção da aula, o contato com o objeto gerador pode ser realizado na escola e/ou outros espaços de memória.

3.2.5 Avaliação

O último elemento de um planejamento é sempre a avaliação. Mas essa última etapa, tem também, a função de orientar um recomeço dos objetivos metodológicos, ou seja, analisar se ocorreu a aprendizagem e se preciso refazer de outra forma o percurso, pois “avaliar a aprendizagem não é simplesmente atribuir uma nota ou conceito; é refletir sobre o desempenho dos (das) estudantes frente aos objetivos traçados, sempre compreendendo que a consequência lógica do ensinar deve ser o aprender” (Documento Curricular Referencial do Ceará, 2019, p.50).

Para que os(as) alunos/as se reconheçam e principalmente ajam como agentes sociais tem que ocorrer uma progressão nas mudanças conceituais deles. Desenvolver habilidade de analisar, contextualizar, interpretar, opinar, produzir e comunicar são essenciais. O pensar historicamente tem que prevalecer sob o conhecer a história. Além dos elementos citados acima, em cada aula-oficina apresentaremos um roteiro de desenvolvimento com orientações para cada momento das aulas, ou seja, uma sequência didática.

3.3 SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Zabala (1998) define sequências didáticas como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos” (Zabala, 1998, p. 18). A sequência didática é uma proposta metodológica determinada por uma série de atividades que seguem uma ordem de desenvolvimento. É necessário haver uma articulação entre as situações de ensino, elaborando uma sequência na qual ocorra uma relação entre essas atividades e que tenha um objetivo definido.

É importante ressaltar que não existe um modelo único de sequência didática. Cada uma parte dos objetivos que pretende alcançar, dos tipos de conteúdo que serão trabalhados, como também não é definitiva a ordem de atividades que estabelecemos no ato da sua elaboração. Como todo planejamento de ações pedagógicas, é preciso que aja a possibilidade de flexibilização no meio do percurso de execução. Portanto, as fases de uma sequência didática, as atividades e as relações que se estabelecem “devem nos servir para compreender o valor educacional que têm, as razões que as justificam e a necessidade de introduzir mudanças ou atividades novas que a melhorem” (Zabala, 1998, p. 54).

Afim de perceber as atividades que carecem de ser modificadas e se são válidas para o objetivo que foi previsto, Antoni Zabala indica que é preciso questionar se elas permitem determinar os conhecimentos prévios, se os conteúdos são propostos de forma significativa e funcional, a adequação ao nível de desenvolvimento dos alunos, se fazem o aluno avançar, que relacionem novos conhecimentos com os já existentes. Ainda podemos identificar se essas atividades motivam novas aprendizagens, estimulam a autoestima e autoconceito e se ajudam o aluno a aprender a aprender, ou seja, as atividades têm que ser selecionadas previamente e analisada sua eficácia sempre olhando para os objetivos.

O objetivo da nossa sequência didática é estabelecer um estudo de conteúdos e/ou conceitos referentes a história do lugar e aprofundando para uma mais abrangente, de forma

problematizadora, tendo como recurso didático um objeto de memória. O primeiro momento será o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos/alunas, observando o objeto gerador e respondendo às perguntas sobre o mesmo. O segundo momento, é destinado a olhar o objeto como uma fonte histórica e analisá-lo de acordo com os objetivos da aula, ou seja, como e porque essa fonte evidencia conhecimentos sobre o conteúdo estudado. Os momentos seguintes trazem as sequências de atividades desenvolvidas que variam de acordo com o aprofundamento do tema em estudo.

Como um objeto pode gerar diversas problemáticas e conhecimentos, apontaremos sugestões de outros conceitos/ temas e metodologias que, também, podem ser explorados. Essa parte, chamaremos de variante, pois apresenta outras formas de abordagem que podem ser aplicadas a partir do mesmo objeto, de modo que existe a possibilidade de trabalhar com foco na história do lugar e com temas transversais/globais e contemporâneos.

Assim como pensar nos objetivos, metodologias, recursos e atividades de uma aula, é importante dentro de uma prática pedagógica, fazer esse planejamento olhando quem é o público alvo é essencial. As aulas-oficinas aqui propostas, foram pensadas para ser desenvolvidas com alunos da modalidade do ensino fundamental anos finais, sendo alunos/alunas de uma faixa etária entre onze e quinze anos. Como professores/as, sabemos também que devemos adequar nosso planejamento pedagógico à realidade em que estamos inseridos/as. Diante disso, as sequências didáticas que sugerimos, estão voltadas a esse público de alunos/alunas e ao estudo das memórias e histórias do cotidiano do lugar, mas podem ser adaptadas a outras modalidades de ensino e a outros espaços.

Os objetos geradores selecionados para compor os modelos de aulas-oficinas, representam tanto memórias individuais como coletivas, ou seja, alguns dizem respeito a vida privada de quem ou da família que fez a doação do mesmo e outros estar mais ligado a história da comunidade local. Todas essas “coisas da memória”, podem ser contextualizadas e problematizadas de forma que trabalhem diversos conhecimentos tanto prévios como construídos no decorrer do processo de ensino e aprendizagem. Assim, o telefone, o rádio, o ferro de passar roupa, a ancoreta, o oratório, a seringa de injeção, o instrumento musical, partem de memórias individuais, mas de acordo com a metodologia de estudo, pode se entrelaçar com memórias históricas da comunidade. A fotografia de Antônio Ângelo Irmão, a fotografia do primeiro farmacêutico de Penaforte Cícero Souza de Oliveira, a igreja matriz, a fotografia do poder legislativo, a fotografia do primeiro prefeito Cícero Targino Ferreira, fazem parte de uma memória coletiva. A seguir, apresentamos um pouco cada objeto que será sugerido como objeto gerador nas aulas-oficinas:

Fotografia de Antônio Ângelo Irmão e família: Foi doada à Casa da Memória pelos filhos de José Ângelo, no caso pelos netos de Antônio Ângelo. Segundo as narrativas e as informações no documentário *Penaforte: paz e união, espelho para uma nova geração* (mencionado no segundo capítulo), essa família fez parte da origem histórica de Penaforte, com participação ativa no processo de desenvolvimento do lugar. Foi Antônio Ângelo e sua esposa Maria Vieira Leite (Sinhá), que doaram o terreno para a construção da capela de Nossa Senhora da Saúde, entre os anos de 1938 e 1939, ao redor da qual começa a urbanização local. Seus filhos, Nicolau Vieira Ângelo e Wilson Vieira Ângelo foram prefeitos do município, assim como seu neto Nicolau Vieira Ângelo (mesmo nome do tio). Sua filha Maria Vieira Ângelo (D. Maria Bringel), foi professora na cidade e uma mulher fervorosa na fé católica sendo uma importante líder religiosa que ajudava a cuidar do cotidiano da paróquia;

Fotografia de Cícero Souza de Oliveira: Não tem identificação de quem doou essa memória para o acervo. Foi o primeiro farmacêutico de Penaforte;

Seringa de injeção antiga: De acordo com narrativa durante a pesquisa verificamos que a seringa pertencia a Mari Carmina da Silva (dona Duzinha), que foi uma parteira da comunidade e usava esse instrumento no seu trabalho. Dona Duzinha era uma mulher negra, pobre, que não fazia parte das chamadas famílias “tradicionais”, mas que escreveu seu nome na história mesmo não sendo citada em documentários da história local ou trabalhos acadêmicos sobre algum tema do lugar;

Igreja Matriz: Foi construída entre os anos de 1967 e 1968 para substituir a capela que infelizmente foi derrubada não ficando para narrar a história. Tem como padroeira Nossa Senhora da saúde;

Oratório: Pertenceu Ana Ursulina da Silva mãe de Maria de Fátima Bento, uma das alunas da turma que idealizou a Casa da Memória. O objeto, datado de 1954, representa a fé católica professada pela família e que viu nele uma memória importante para compor o acervo da Casa;

Telefone com fio: Doado por Luismar Lucena. Representa uma memória individual, mostra o avanço tecnológico e de comunicação, assim como pode gerar uma pesquisa relacionada a história do acesso a serviços de telefonia na cidade;

Instrumento musical (pistal): fez parte da banda de música que existiu na cidade que tocava em eventos que acontecia como nos desfiles do dia 7 de setembro e dia 31 de outubro. Alguns desses instrumentos, chegaram à Casa da Memória através dos ex-integrantes da banda e/ou guardados em escola;

Rádio ABC: Pertenceu a Manoel Ângelo, irmão de Antônio Ângelo. Foi doado por sua neta Maria Lucilene Ângelo, que fazia parte da turma que idealizou a Casa. Manoel Ângelo teve participação na história de desenvolvimento de Penaforte assim como seu irmão. O rádio pode representar a história da comunicação como também a história de vida do seu dono ligando a da comunidade;

Ferro de passar à carvão: Doado por Maria de Fátima Bento Matias Andrade – ex-aluna da turma que criou a Casa. Através desse objeto, podemos explorar várias temáticas do debate contemporâneo como questões de gênero, patriarcalismo, classe social;

Ancoretas: Pertenceu a José Ângelo e foi doado por sua filha, Ana Virgínia e seu filho, Josué que faziam parte da turma que idealizou a Casa. Ancoreta é um barril achatado feito de material de borracha que era utilizado para transportar água geralmente dos açudes para abastecer as casas das famílias. Elas eram postas no lombo de um cavalo/burro;

Quadro com foto dos integrantes do poder legislativo: Doado por Francisco Agabio Sampaio Gondim. Representa a gestão legislativa de 2005 a 2008 e narra parte da história política de Penaforte;

Fotografia Cícero Targino Ferreira: Primeiro prefeito de Penaforte- Doado por sua família. A partir dela podemos explorar a trajetória política partidária do lugar;

Pilão de madeira: O pilão de madeira foi doação de José Ângelo e seus filhos. Esse objeto pode gerar diversos debates e atividades relacionadas a seu valor de uso no tempo pretérito, práticas culturais e inovações tecnológicas no presente.

4.4 UM CADERNO COM AULAS-OFICINAS



FONTE/OBJETO GERADOR	FOTOGRAFIA: FAMÍLIA ANTÔNIO ÂNGELO IRMÃO
Objetivos da aula	Conhecer a origem histórica de Penaforte e reconhecer os diversos agentes sociais na sua história.
Conceitos problematizados	Origem histórica de Penaforte.

Metodologia ativa	<p>Conhecimento prévio sobre o objeto/fonte a partir de perguntas norteadoras.</p> <p>Análise do objeto/fonte- evidências expressas pelo documento histórico.</p> <p>Pesquisa sobre quem foi Antônio Ângelo Irmão, quem são seus descendentes hoje, participação social e política na comunidade.</p> <p>Pesquisa sobre outras famílias moradoras de Penaforte na época de sua fundação.</p> <p>Produção de mural físico ou digital com o resultado da pesquisa.</p>
Avaliação	<p>Identificar se os alunos montaram um painel valorizando os diversos agentes históricos.</p> <p>Roda de conversa sobre as impressões/observações dos alunos durante as pesquisas.</p>

Desenvolvimento

- 1º momento: apresentar aos alunos a fotografia da família. Pode ser em cartaz, no *datashow* ou impressa em papel. Fazer as seguintes perguntas (oral ou escrito): Você sabe qual família está representada nessa fotografia? Que tipo de participação essas pessoas tiveram na comunidade? Por que estar presente na Casa da Memória? Que outras fotografias poderiam estar na Casa da Memória?;

2º momento: analisar a fotografia. Que características se observa nessa fotografia relacionada à família: números de pessoas, raça/etnia, vestuário, posturas, qual período retratado, etc.;

3º momento: o/a professor/a pode apresentar quem é a família e identificar junto aos alunos se eles conhecem, se na turma existe pessoas que fazem parte dela. Solicitar que os alunos, divididos em grupos, pesquisem através de história oral (entrevistas) sobre essa família e outras da comunidade no mesmo tempo histórico. (professor/a pode orientar a pesquisa-roteiro, possíveis entrevistados, etc).;

4º momento: os alunos devem organizar o resultado da pesquisas- nomes, fotos, informações- em painel apresentando mais de uma família da comunidade.

Variante
<p>Com esse objeto gerador se pode desenvolver atividades e problematizações sobre conceitos como patriarcado, memória coletiva.</p> <p>Pode solicitar que os alunos vão à Casa da Memória observar a fotografia da família e as outras que existem no acervo. Fazer anotações das informações e em outro momento realizar entrevistas com parentes das pessoas retratadas nas fotografias com foco na participação de cada um na história.</p>



Fonte/Objeto gerador	Fotografia- primeiro farmacêutico de Penaforte
Objetivos da aula	Conhecer e valorizar memórias pouco destacadas na comunidade.
Conceitos problematizados	Memória e História
Metodologia ativa	Conhecimento prévio sobre o objeto/fonte a partir de perguntas norteadoras. Análise do objeto/fonte- evidências expressas pelo documento histórico. Pensar os conceitos de Memória e História com dinâmica dos objetos de memória. Pesquisa sobre a história de Cícero Sousa de Oliveira. Escrita das memórias de Cícero Sousa de Oliveira.
Avaliação	Os alunos deverão escrever a história baseado nas suas pesquisas e evidências encontradas. Avaliar de forma coletiva tendo o/a professor/a como mediador e escriba. (objetivo: aprender a transformar memórias em história).

Desenvolvimento

1º momento: conhecimento prévio – você já ouviu falar na pessoa retratada na fotografia? O que faz um farmacêutico? Imagina de qual família da cidade ele faz parte?;

2º Momento: Análise da fonte - Que informações contêm essa fonte? A partir das informações como podemos começar uma pesquisa sobre a pessoa retratada? A data na fotografia se refere a que?;

3º Momento: Solicitar que os alunos tragam para a aula um objeto que lhe traz alguma memória. Na aula, em roda de conversa, cada um/uma deverá apresentar o objeto que trouxe narrando a memória contida nele. O/a professor/a, também, deverá participar, apresentando sua memória. Após esse momento, o/a professora/professor apresenta no quadro ou slide o conceito de memória e história estabelecendo sua relação e diferença;

3º Momento: Hora da pesquisa- os alunos devem perguntar a uma pessoa mais velha se sabe quem é Cícero Sousa de Oliveira mostrando a fotografia (cópia). Ao conseguir essa

informação, planejar como realizar a pesquisa; quem entrevistar ou convidar para roda de conversa na escola e elaborar roteiro com perguntas, consenquir registros dessas memórias etc. (Obs: Cíceo Sousa de Oliveira era pai/ avô de proprietários de farmácias na cidade atualmente);

4º Momento: escrever sobre a pessoa pesquisada focando na vida pessoal,familiar e nas contribuições como profissional da saúde em um tempo passado: escrever dessa forma, a história do primeiro farmacêutico de penaforte. Entregar uma cópia da escrita na biblioteca da escola e uma na Casa da Memória para acompanhar a fotografia.

Variante
O objeto gerador poderá possibilitar o estudo sobre a área de saúde da cidade pesquisando sobre as instituições que existe como hospital, Postos de Saúde da Família (PSF), farmácias, profissionais da cidade formados na área de saúde, clínicas etc. os alunos podem montar registros de memória sobre a pesquisa.



Fonte/Objeto gerador	Seringa antiga
Objetivos da aula	Conhecer e valorizar memórias pouco destacada na comunidade.
Conceitos problematizados	Memória e História
Metodologia ativa	Conhecimento prévio sobre o objeto/fonte a partir de perguntas norteadoras. Análise do objeto/fonte- evidências expressas pelo documento histórico. Roda de conversa na sala de aula com parente da pessoa a quem pertenceu o objeto. Roda de conversa na sala de aula ou entrevista com outras mulheres ou parentes de outras parteiras da comunidade. Produção de um material (escrito) com as narrativas realizadas.
Avaliação	Avaliar o nível de compreensão dos conceitos Memória e História através da escrita das narrativas.

Desenvolvimento

1º momento: conhecimento prévio a partir da imagem do objeto ou do próprio objeto. Você sabe o que é esse objeto? Imagina a quem pertenceu? Para que era utilizado?;

2º momento: análise do objeto como fonte histórica- de que material é feito? Qual a diferença das atuais? Que história ele pode evidenciar?;

3º Momento: resgatar memórias entranhadas no objeto - Convidar alguém da família da pessoa que pertenceu o objeto e fazer um momento de escuta na sala de aula sobre a vida e a atividade que essa pessoa desenvolvia com esse objeto. Os alunos devem escutar e fazer perguntas. Tem a possibilidade de fluir muitas outras histórias. (Obs: a seringa pertenceu a Maria Carmina da Silva- Dona Duzinha- parteira);

4º Momento: a turma pode escrever de forma coletiva a história narrada escolhendo um aluno como escriba;

5º Momento: aprofundando o assunto - Em grupos, os alunos devem pesquisar sobre outras mulheres parteiras que existiu na cidade e se ainda vive algumas delas. De acordo com o resultado da pesquisa, poderá convidar para, também, narrar suas memórias para a turma. Se não tiver essa possibilidade, os alunos devem realizar a entrevista na casa da pessoa e escrever sobre ela. As narrativas coletadas podem formar um material de memórias. Um aluno que tenha a habilidade de desenhar faz as ilustrações. Sobre as parteiras identificadas mas que já faleceram, devem conseguir as informações através de entrevistas com sua família.

Variante
<p>O objeto pode gerar o estudo de temas mais globais como a história das vacinas, o negacionismo que vem diminuindo a procura por vacinas.</p> <p>Solicitar que os alunos levem para aula recortes de notícias sobre a diminuição de pessoas vacinadas e volta de doenças já erradicadas. Roda de conversa sobre o conteúdo das notícias.</p> <p>Produzir informativos escritos ou digitais para conscientização sobre o problema.</p>



Fonte/Objeto gerador	Igreja Matriz- desenho digital
Objetivos da aula	<p>Conhecer a história da igreja matriz fazendo paralelo com a história local.</p> <p>Valorizar a diversidade religiosa da comunidade.</p> <p>Promover momentos de acesso as memórias coletivas na história do lugar.</p> <p>Identificar fatos históricos local e global dentro do mesmo tempo histórico.</p>
Conceitos problematizados	<p>Diversidade religiosa</p> <p>Festas religiosas culturais</p> <p>Historiografia local e nacional.</p>
Metodologia ativa	<p>Conhecimento prévio sobre o objeto/fonte a partir de perguntas norteadoras.</p> <p>Análise do objeto/fonte- evidências expressas pelo documento histórico.</p> <p>Pesquisas de campo contemplando os conceitos problematizados.</p> <p>Apresentação de seminários.</p>
Avaliação	Através do resultado das pesquisas e seminários perceber os conhecimentos e opiniões dos alunos.

Desenvolvimento

1º momento: conhecimento prévio-conversar com a turma sobre o que conhecem da história da Igreja Matriz: Quando foi construída a igreja? Como foi escolhida a padroeira da paróquia? Que festas religiosas acontecem na paróquia todos os anos? Que outras religiões/igrejas existem na cidade? Sabem onde está esse desenho da igreja?;

2º momento: analisar o desenho da igreja- Como foi produzido? Quem fez? Esse desenho era possível no período de construção da igreja? Se percebe mudanças e permanências ao observar a imagem?;

3º momento: em grupo solicitar que os alunos/as realizem as seguintes atividades:

- ✓ Pesquisar a historicidade da Igreja Matriz – época de construção, como foi construída, como era a cidade nesse período: prefeito, vereadores, instituições públicas, economia etc;
- ✓ Pesquisar as religiões/igrejas que existem na cidade. Registrar informações como fotos, histórico, líderes etc.;
- ✓ Com o recurso da história oral, os alunos devem pesquisar memórias das festas religiosas católicas- mês mariano e padroeira- gravar vídeos e montar em forma de documentário essas memórias;
- ✓ Pesquisar qual era o contexto político, econômico, social do Brasil nesse mesmo período (final da década de 1960);

4º momento: apresentação de seminário com a produção das pesquisas.

Variante
<p>O objeto gerador pode ampliar o debate para o tema de intolerância religiosa tão presente atualmente. Os alunos podem produzir panfletos ou produções digitais sobre o tema.</p> <p>O professor/professora pode ir com os alunos até o centro da cidade observar a igreja. Observar também os arredores onde começou a urbanização da cidade. Realizar roda de conversa sobre as mudanças e permanências (se possível acompanhados de uma pessoa mais velha da comunidade ou fotografias que registre tais mudanças).</p>



Fonte/Objeto gerador	Oratório
Objetivos da aula	Problematizar a questão da religiosidade em seus aspectos históricos, sociais e culturais.

	Debater e promover reflexão em torno do respeito a diversidade de crenças. Analisar mudanças e permanências em torno do tema na história da comunidade.
Conceitos problematizados	História do catolicismo na cidade História do catolicismo no Brasil Símbolos de diversas religiões Conceito de mudanças e continuidades
Metodologia ativa	Conhecimento prévio sobre o objeto/fonte a partir de perguntas norteadoras. Análise do objeto/fonte- evidências expressas pelo documento histórico. Realizar pesquisas na internet sobre a origem histórica do oratório e seu uso no Brasil. Visita a Casa da Memória- conhecendo o acervo religioso. Pesquisa sobre outras crenças existentes na comunidade. Elaboração de relatórios sobre os temas explorados.
Avaliação	Perceber a postura dos alunos em relação ao tema estudado. Avaliar a habilidade de escrever sobre suas pesquisas e conceitos construídos.

Desenvolvimento

1º Momento: conhecimento prévio - Você sabe que objeto é esse? Qual sua utilidade? Na sua casa ou de alguém da família possui esse objeto? De qual crença religiosa faz parte? Que sentimento desperta em você ao olhar para ele?;

2º Momento: análise do objeto - É um objeto de um tempo passado ou presente? Demonstra ser feito de material sofisticado ou é simples? Por que será que foi escolhido para compor a Casa da Memória?;

3º Momento: solicitar aos alunos que façam uma pesquisa em *sites* sobre a história dos oratórios (o que é, quando, como e onde surgiu, seu uso no Brasil no passado, seu significado, onde existe na atualidade). A pesquisa pode ser como atividade de casa, mas também, com possibilidades de ser realizada na sala se os alunos tiverem acesso a celular e internet.

4º Momento: solicitar que os alunos façam uma visita a Casa da Memória e fotografe os oratórios e outros objetos religiosos que compõem o acervo e identifique seus doadores. Observar se existe registros de outras crenças expostos na Casa. Estender a aula de campo com entrevistas com líderes religiosos de outras igrejas, para conhecer sua história e crenças;

5º Momento: elaborar um relatório com as observações sobre as memórias na Casa e os conhecimentos adquiridos sobre as outras religiões existentes na cidade;

6º Momento: roda de conversa na sala sobre as impressões dos alunos durante as pesquisas- o que sabiam, o que passaram a saber, sua visão sobre as memórias salvaguardadas etc.

Variante
Os alunos/alunas podem pesquisar se nos dias atuais existem oratórios em algumas casas na comunidade (pode ser com seus pais, familiares e amigos) e depois de conversar com essas pessoas produzir um texto sobre qual o significado dos oratórios, os símbolos religiosos que o compõem, algumas doutrinas do catolicismo.



Fonte/Objeto gerador	Telefone com fio
Objetivos da aula	Conhecer o processo de desenvolvimento dos meios de comunicação. Contextualizar a história da telefonia na cidade de Penaforte através da experiência da história oral e compreender as mudanças ocorridas entre passado e presente.
Conceitos problematizados	Avanço tecnológico. História da comunicação em Penaforte. Conceitos: mudanças e continuidades.
Metodologia ativa	Conhecimento prévio sobre o objeto/fonte a partir de perguntas norteadoras. Análise do objeto/fonte- evidências expressas pelo documento histórico. Pesquisa de campo sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação em Penaforte, especificamente o telefone. Elaboração de cartazes sobre o avanço na tecnologia dos meios de comunicação a partir de pesquisas em sites.
Avaliação	Através da apresentação dos cartazes com pesquisas realizadas, de produção de gêneros digitais sobre o tema em estudo, analisando o posicionamento crítico dos (as) alunos/as.

Desenvolvimento

1º momento: conhecimento prévio- na aula anterior a presente aula-oficina ver a possibilidade de os/as alunos/alunas trazer para a sala aparelhos de telefone diversos de tempos diferentes.

O/a professor/a devem levar também, alguns modelos. Caso seja possível a tarefa, analisar os objetos abrindo o debate com perguntas que explorem o que sabem sobre eles;

2º Momento: analisar como podem ser tomados como fonte histórica. Ressaltar a finalidade do uso dos telefones antigos no passado e no presente (valor utilitário e valor histórico) e quem tinha acesso a esse meio de comunicação;

3º Momento: realizar atividade para investigar como era o acesso aos serviços de telefonia na cidade antes da democratização do uso do telefone: convidar ex funcionários da Teleceará para conversar com os alunos/as sobre como funcionava esse serviço – a operação técnica, o público que usava, até quando existiu, local, etc. se possível apresentar alguns registros como fotografias;

4º Momento: realizar pesquisa na internet sobre o avanço dos meios de comunicação e informação, montar cartazes e apresentar a turma. A pesquisa pode ser dividida em grupos por tipo de meios de comunicação (telefone, televisão, rádio).

Variante
<p>O objeto gerador possibilita trabalhar a competência geral nº 5 da BNCC e do DCRC- Cultura digital- e a competência específica de História nº 7.</p> <p>Organizar atividades que problematizem o acesso, o uso, pontos positivos e negativos do mundo digital:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Palestra com profissional como psicólogo sobre os danos do excesso de telas; -Produzir gêneros digitais sobre o tema em estudo, seja da história e memória local dos meios de comunicação, seja voltado para as nuances do mundo digital atual.



Fonte/Objeto gerador	Instrumento musical
Objetivos da aula	Valorizar memórias históricas do lugar. Refletir sobre a importância do registro histórico e preservação da cultura.
Conceitos problematizados	Memórias históricas

	Mudanças e Continuidades
Metodologia ativa	<p>Conhecimento prévio sobre o objeto/fonte a partir de perguntas norteadoras.</p> <p>Análise do objeto/fonte- evidências expressas pelo documento histórico.</p> <p>Pesquisa sobre evento cultural “dia 7 de setembro” e “31 de outubro” na cidade e eventos culturais no tempo presente.</p> <p>Produzir uma galeria de fotos física e digital sobre esses eventos.</p>
Avaliação	<p>Analisar a percepção dos alunos/as em relação com a descobertas de acontecimentos históricos do lugar e a opinião crítica sobre as mudanças ocorridas.</p>

Desenvolvimento

1º Momento: conhecimento prévio – Você conhece esse instrumento musical? Sabe de alguém que toca esse e outros parecidos aqui na cidade? Já ouviu falar de eventos na comunidade que tinha a participação de bandas marciais?;

2º Momento: análise do objeto - Esse instrumento e outros estão na Casa da Memória. Que tipos de história do lugar eles estão relacionados? A quem pertenciam?;

3º Momento: trazer para a aula algum morador do lugar que possa narrar sobre a banda marcial que já existiu na cidade e memórias dos desfiles do dia 7 de setembro que acontecia em tempos passados;

4º Momento: buscar registros em fotografias dos desfiles do dia 7 de setembro (independência do Brasil) e 31 de outubro(emancipação política) que aconteciam na cidade. Montar uma galeria de fotos para narrar essas memórias. Cada aluno/a, terá o compromisso de resgatar um registro e a turma monta a galeria de forma coletiva, decidindo o nome da exposição. Além da galeria física, as mesmas fotos poderão ser digitalizadas para produzir um mural no PADLET e assim gerar um registro digital desses eventos culturais na história local.

Variante
<p>Utilizando um instrumento musical como objeto gerador para desenvolver aulas com temas mais globais, sugerimos abordar a história da música brasileira e as músicas regionais.</p> <p>Os/as alunos/as podem em equipes, pesquisar sobre o tema e organizar apresentações culturais sobre estilos musicais de cada região brasileira. É interessante que apareça nessas produções o perfil social dos principais representantes de cada estilo.</p>



Fonte/Objeto gerador	Rádio ABC
Objetivos da aula	Refletir sobre as nuances da evolução tecnologia. Compreender a importância dos dispositivos de comunicação na formação da sociedade. Identificar contextos históricos locais/globais.
Conceitos problematizados	Evolução tecnológica do rádio. A Era do rádio no Brasil. Contexto histórico de Penaforte na Era do rádio.
Metodologia ativa	Conhecimento prévio sobre o objeto/fonte a partir de perguntas norteadoras. Análise do objeto/fonte- evidências expressas pelo documento histórico. Amostra de aparelhos de rádio/som de tempos diferentes. Análise dessa evolução no impacto da vida social. Pesquisa em sites sobre a Era do rádio no Brasil. Pesquisa em documentos e através de entrevistas sobre a vida social de Penaforte no tempo da Era do rádio.
Avaliação	Avaliar o nível de apropriação e compreensão da relação de contextos históricos locais/globais e do entendimento que os objetos são criação e criaturas dos sujeitos.

Dresenvolvimento

1º Momento: conhecimento prévio - Você já viu um rádio desses? Sabe como funciona? Que tipos de programas eram transmitidos por esses aparelhos? Você escuta rádio, que tipos de programas? Que outros tipos de aparelhos você conhece?;

2º Momento: análise do objeto – Em qual época foi criado o rádio ABC? Quando se popularizou? Todas as famílias podiam comprar? Qual a diferença entre os meios de comunicação de hoje? Que informações históricas poderemos investigar a partir de um aparelho desses?;

3º Momento: ver a possibilidade de organizar juntamente com os alunos/as uma amostra de diversos tipos de aparelhos, observando o avanço da tecnologia, suas funções, estética etc. Debater sobre as mudanças observadas e seus impactos na sociedade;

4º Momento: realizar pesquisa sobre a era do rádio, focando no surgimento, os programas que existiam, nas empresas que patrocinavam os programas, artistas famosos na rádio, na influência social e política proporcionados pela rádio nessa época;

5º Momento: o meu lugar no tempo - Como era Penaforte na Era do Rádio? Como a população vivia nos aspectos políticos e sociais? Que tipos de tecnologias os moradores tinham acesso e quem tinha? Para responder essas perguntas, fazer uma pesquisa no documentário “Penaforte, uma história de paz e união, espelho para uma nova geração para identificar a história do lugar entre as décadas de 1930 e 1960. Conversar com pessoas mais velhas para identificar o acesso que existia a algum tipo de meio de comunicação. (observação: verificar se na escola tem cópia do documentário e/ou o/a professor/a fazer cópia para trabalharr na aula).

Variante
A partir do olhar para um rádio ABC, fazer estudo da história política do Brasil pesquisando o contexto político entre as décadas de 1930 e 1960: presidentes da república, características de seus governos, como o rádio influenciou esse momento, programas que proporcionou a ascensão desses governos etc.



Fonte/Objeto gerador	Ferro de passar à carvão
Objetivos da aula	Suscitar reflexões acerca de temas e demandas contemporâneas. Compreender a história na materialidade das coisas relacionado objetos a questões históricas.
Conceitos problematizados	História das mulheres – (patriarcado, feminismo, gênero, classe).
Metodologia ativa	Conhecimento prévio sobre o objeto/fonte a partir de perguntas norteadoras. Análise do objeto/fonte- evidências expressas pelo documento

	histórico. Levantamento de temas a partir do objeto gerador. Pesquisa sobre a História das mulheres. Apresentação das pesquisas a partir de diversas metodologias e recursos.
Avaliação	Analisar as opiniões dos alunos/as e os conhecimentos através da oralidade e socialização das produções.

Desenvolvimento

1º Momento: conhecimento prévio – você sabe que objeto é esse? Qual era sua utilidade? Quem costumava fazer essa atividade? E hoje quem faz essa atividade?;

2º Momento: análise do objeto – Observando o objeto ou imagens desse ferro e de outros modelos, analisar de quais materiais são feitos, a que tipos de energia são movidos, quem tinha a atribuição de passar roupa em tempos passados e no tempo presente, etc.;

3º Momento: juntamente com os/as alunos/alunas fazer uma lista de temas que podemos estudar a partir da observação de um ferro de passar roupa (depois da lista pronta, o/a professor/a poderá elaborar sequência de atividades com algum tema não pensado antes);

4º momento: iniciar um debate, consolidando as respostas dos alunos/as em fichas expostas no quadro ou em cartaz onde cada aluno/a coloca sua resposta: Qual local fica guardado o ferro na minha casa? Local da minha casa onde passa as roupas (objeto de apoio e cômodo da casa); Quem passa as roupas na minha casa? Essa atividade possibilita analisar as atribuições domésticas que normatizaram a ser das mulheres, quem são essas mulheres e onde ficam;

5º Momento: fazer uma pesquisa com o tema “história das mulheres” na História do Brasil/ da cidade. (o/a professor/a deve dividir a turma em equipes):

- Mulheres no trabalho;
- Mulheres na política;
- Mulheres na Arte;
- Violência contra as mulheres;

6º Momento: elaborar uma forma de socializar o resultado da pesquisa (seminário, vídeos, página no instagran, dramatização, etc).

Variante
A partir de um ferro de passar é possível realizar estudos e atividades que investiguem o acesso da população a energia elétrica. Pode ser ressaltado o período que a eletricidade chegou ao Brasil, a cidade que mora, aos espaços urbanos e rurais, as classes sociais que usufruíam desse recurso, a relação que sua falta tem com os usos de alguns instrumentos domésticos, como o ferro, por exemplo.

tema focando os aspectos geográficos do fenômeno da seca e principalmente os históricos (social, político, econômico);

4º Momento: assistir com a turma o vídeo “A construção da Transposição do Rio São Francisco” disponível https://www.youtube.com/watch?v=gwDy_IUFnvM (canal Urbanna) e <https://www.youtube.com/watch?v=kGxjQUqfWuA> (canal Geographacil Malafaia). Listar pontos positivos e negativos desta gigantesca obra, inclusive no perímetro do município que vive;

5º Momento: conhecendo a história de perto- Os/As alunos/as devem, como atividade para casa, registrar depoimentos de pessoas mais velhas sobre experiências com situações de seca no lugar que vivia ou vive. Os registros poderão ser escritos ou audiovisuais;

6º Momento: socialização das atividades na sala de aula.

Sugestões de sites para pesquisa:

FREITAS, Eduardo de. "A Seca no Nordeste"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-seca-no-nordeste.htm>. Acesso em 26 de setembro de 2024.

História- Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos
<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?>

Variante
Além de promover um estudo sobre a questão da seca, podemos aprofundar o debate para os problemas ambientais atuais com foco no consumismo, no desmatamento, aquecimento global, etc, com leituras referentes a essas demandas.
Como atividade com os alunos, sugerimos a leitura de paradidáticos que possam introduzir o debate sobre os temas. O/A professor/a poderá ir com a turma na biblioteca da escola e escolher alguns paradidáticos. Os/as alunos/as farão a leitura dentro do prazo dado pelo professor/a e deverão apresentar uma sinopse do seu livro fazendo relação com a problemática ambiental, escolhendo a metodologia para apresentar seu trabalho, com possibilidade de ser individual ou em equipe.
Sugestões de paradidáticos: O menino que descobriu o vento; meu planeta, minha casa; E a Terra escreveu uma carta;



Fonte/Objeto gerador	Quadro Poder legislativo
Objetivos da aula	Problematizar a formação das gestões do legislativo municipal observando as questões de gênero, raça, classe, sexualidade. Entender qual a função exercida pelo poder legislativo.
Conceitos problematizados	Política e os três poderes Questões de gênero, sexualidade, classe e raça Patriarcalismo
Metodologia ativa	Conhecimento prévio sobre o objeto/fonte a partir de perguntas norteadoras. Análise do objeto/fonte- evidências expressas pelo documento histórico. Visita a sede do poder legislativo de Penaforte-CE. Roda de conversa com vereadores do município. Produção de texto.
Avaliação	Perceber a compreensão e construção de conceitos e opiniões através da oralidade e da produção.

Desenvolvimento

1º Momento: conhecimento prévio - sabem o que representa essa fotografia? Quem são essas pessoas? Qual trabalho desenvolvem?;

2º Momento: análise da fonte/objeto - Qual período histórico representa essa fonte? Quantos vereadores? Quem ocupava o poder executivo nesse período? O que se observa nesse grupo de legisladores? Tem diferença do perfil dos legisladores atuais? (Aqui o professor/professora deve orientar na análise da fonte diante das questões de gênero, classe, raça, sexualidade);

3º Momento: o/a professor/a deve marcar uma visita na câmara de vereadores, afim da turma de alunos conversar com algum legislador sobre o papel que eles desempenham. O roteiro com as perguntas deverá ser elaborado com antecedência. Além da roda de conversa, solicitar que os alunos observem e registrem em fotos os quadros de todas as gestões dos legisladores que existirem na sede do poder legislativo e/ou pesquisar em documentos disponíveis. Essa

tarefa permitirá o debate em relação ao perfil de representatividade no legislativo, observando as questões de gênero, raça, classe, sexualidade, patriarcado;

4º momento: roda de conversa na sala de aula sobre o resultado da pesquisa de campo com mediação do professor/professora diante das questões analisadas;

5º Momento: solicitar que os alunos/alunas façam uma pesquisa no *site* oficial da Câmara de vereadores de Penaforte, para observar as informações contidas nele, escolher algum Projeto de Lei, imprimir e levar para a aula afim de ser analisadas. <https://camarapenaforte.ce.gov.br/>;

6º Momento: produção de texto “O poder legislativo da minha cidade”;

7º Momento: pesquisar sobre o que é patriarcado.

Variante
Depois de analisar o objeto gerador realizar pesquisa em sites sobre os três poderes – Teoria, função, os poderes no Brasil, perfil do poder legislativo federal no que concerne a gênero, sexualidade, classe, raça.



Fonte/Objeto gerador	Fotografia de Cícero Targino Ferreira- 1º prefeito
Objetivos da aula	Conhecer e problematizar a história política de Penaforte. Compreender conceitos essenciais a formação política.
Conceitos problematizados	Trajetória política de Penaforte Poder executivo Conceitos de política, emancipação política
Metodologia ativa	Conhecimento prévio sobre o objeto/fonte a partir de perguntas norteadoras. Análise do objeto/fonte- evidências expressas pelo documento histórico.

	Pesquisa no site da câmara de vereadores da lista dos prefeitos de Penaforte desde sua emancipação política. Entrevista com chefe do poder executivo. Estudo dos conceitos de política, democracia, emancipação e outros que for entrando nos debates. Produções de trabalhos escritos e digitais.
Avaliação	Analisar o envolvimento, as opiniões e as produções envolvendo todas as aulas.

Desenvolvimento

1º Momento: conhecimento prévio – Levar uma cópia da fotografia para a aula ou apresentar em datashow e perguntar: vocês conhecem esse homem? Que função ele já desempenhou na cidade? Você sabe quando Penaforte se transformou em cidade? Quantos prefeitos já teve?

2º Momento – Análise da fonte/objeto – Observando a fotografia ou visitando a Casa da Memória analisar;

3º Momento: os alunos/alunas devem acessar o site <https://camarapenaforte.ce.gov.br/galeria-de-prefeitos/> e pesquisar a lista dos prefeitos de Penaforte. Paralelo a isso, o professor/professora pode imprimir a galeria dos prefeitos e expor na sala, a fim de promover uma roda de conversa sobre a leitura que se faz das informações presentes: ano da primeira gestão, quantas gestões, sobrenomes ou famílias que fazem parte, quantos homens e quantas mulheres etc;

4º Momento: entrevista com o representante do poder executivo da cidade (prefeito) sobre suas atribuições. Um grupo de alunos devem realizar essa atividade a qual precisa ser agendada com antecedência;

5º Momento- produções em equipe:

- Produção de Fanzini com a lista dos prefeitos na história da cidade;
- Produção de glossário com os conceitos de política, emancipação política administrativa, democracia, patriarcado, gênero, poder executivo, poder legislativo, história, memória, tradicional. (Esses conceitos entraram nos debates de forma direta ou indireta);
- Produção de vídeo/documentário fazendo relação de história do lugar com história do Brasil: o período de cada prefeito com os presidentes da República no mesmo período por exemplo;
- Produção de texto: Conclusão sobre a história política da minha cidade.

Essas produções podem ser expostas na escola ou apresentadas em outra turma de alunos.

Variante
Depois de observar as fotografias ou visitar a Casa da Memória, os/as alunos/as podem realizar pesquisa de campo sobre o contexto da emancipação política da cidade ouvindo narrativas sobre a mesma de pessoas mais velhas da comunidade e fazendo pesquisa em fontes existentes na câmara de vereadores. Em seguida escolher algum gênero para apresentar sua pesquisa.



Fonte/Objeto gerador	Pilão de madeira
Objetivos da aula	Conhecer a cultura do povo sertanejo em suas práticas cotidianas no passado e presente. Compreender os modos de fazer alimentos em tempos históricos diferentes, observando as mudanças nas práticas, nos valores, nos objetos utilizados.
Conceitos problematizados	Mudanças e continuidades Costumes e culturas
Metodologia ativa	Conhecimento prévio sobre o objeto/fonte a partir de perguntas norteadoras. Análise do objeto/fonte- evidências expressas pelo documento histórico. Leitura de textos informativos e roda de conversa. Pesquisas e produções de cartazes. Apresentações das produções
Avaliação	A partir das pesquisas e produções verificar a apropriação de conceitos trabalhados.

Desenvolvimento

1º Momento: conhecimento prévio – vocês conhecem esse objeto? Qual sua utilidade? Quem utilizava? Na atualidade ainda é utilizado ou não e por que?;

2º Momento: análise da fonte/objeto – De qual material é feito? Que tipos de produtos costumavam triturar no pilão? Qual sua origem? Que povos tinha ou tem o pilão na sua cultura? Atualmente foi substituído por quais objetos domésticos?;

3º Momento: realizar a leitura de texto informativo sobre o pilão. Roda de conversa a partir das informações destacando sua origem, produtos que eram pilados, povos que costumavam utiliza-lo;

4º Momento: como o milho era um dos principais produtos pilados, principalmente na nossa região, é interessante desenvolver atividades que explorem os modos de fazer alimentos que tenham o milho como principal ingrediente, observando as mudanças que ocorreram no decorrer do tempo. Sugestão:

- ✓ Cada equipe fica com um alimento: mungunzá, angu, cuscuz, canjica;
- ✓ Pesquisa como era o modo de fazer o alimento no passado e atualmente;
- ✓ Confeccionar cartaz com imagens e textos explicando como era no passado e no presente (destacando os utensílios domésticos utilizados);
- ✓ Fazer uma exposição com os alimentos. Os/as alunos/as devem explicar os processos, apresentar os alimentos e a turma ou visitas podem degusta-los.

Variante
Tomar o pilão como objeto gerador permite desenvolver estudos e atividades sobre a cultura africana e indígena, nos seus costumes, crenças (culinária, saberes com ervas, técnicas etc.). Pode aprofundar para outras questões contemporâneas que envolvam esses povos. Outra sugestão de tema é o avanço tecnológico dos instrumentos domésticos e as relações sociais engendradas neles em tempos históricos diferentes.

Escolhemos ressaltar na proposta de sequência didática acima, elementos e atividades que permitissem explorar os conhecimentos prévios dos/as alunos/as, analisar fontes históricas de cultura material, incentivar a realização de pesquisas e produção. Primeiramente, para que sejam ativos na produção de sua aprendizagem, no sentido de se tornarem pesquisadores e produtores da construção de seus saberes. Também por conta de os conteúdo e conceitos propostos para estudo ter na metodologia da história oral sua principal fonte de informações. Procuramos sugerir outras possibilidades de atividades que podem e

devem ser validadas por cada professor/a diante da realidade de seus alunos/as e objetivos previstos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita dessa dissertação vai chegando a sua conclusão. Acreditamos que a decisão de pesquisar e escrever sobre a Casa da Memória de Penaforte, foi uma escolha importante: primeiro, porque foi significativa para a história do lugar; segundo, por apresentar proposições dedicadas às práticas de ensino de história, almejando suas renovações dentro e fora da sala de aula, bem como por tais proposições colaborarem para o fortalecimento do campo do ensino de história no Brasil. Como diz Grada Kilomba, na citação que escolhemos para a epígrafe desse trabalho, “escrever, portanto, emerge como um ato político” (Kilomba, 2019, p. 28).

Nossa intenção, é que essa escrita se apresente como um ato político que contribua para promover a valorização das memórias históricas do lugar e criar uma maior visibilidade para a Casa da Memória, olhando para ela não como um espaço que guarda simplesmente “coisas velhas”, mas como importante para o reconhecimento das identidades de todos e todas que integram a comunidade. Que ela possa ser utilizada na construção dos saberes históricos dos nossos alunos, alunas e alunes.

As fontes documentais que tivemos acesso, nos permitiu construir a história da Casa da Memória. Paralelo a análise dos documentos escritos, registramos através de fotografias o seu acervo. Nesse momento, constatamos uma das hipóteses sobre nosso objeto de estudo: a falta de cuidado com o acervo. Algumas peças, estavam expostas de forma que decoravam os primeiros cômodos da Casa. Outras, tinham que ficar guardadas e acumuladas nos últimos cômodos, pois não tinha espaço suficiente para a exposição. Como consequência da ausência de valorização da Casa da Memória de Penaforte, percebemos que nem todos os objetos doados estavam no acervo, alguns foram extraviados, outros destruídos com o passar do tempo, por conta das diversas mudanças de endereço da Casa nos dezesseis anos de sua existência, sendo essas constantes mudanças outro problema identificado.

Nesse sentido, a Casa da Memória funcionou em uma estrutura física pensada especificamente para abrigar seu acervo, apenas no momento da sua abertura em 2009. Apesar da estrutura espacial alugada pela Prefeitura Municipal não ser totalmente adequada, por ser um espaço pequeno, esse foi o único momento no qual o recinto era exclusivo para ela. Além disso, os idealizadores e criadores da Casa eram voluntários nos trabalhos necessários, como o zelo pelo espaço e a recepção de visitas.

A partir do segundo endereço, o acervo foi anexado a outras instituições. Inicialmente, a Casa foi anexada à Biblioteca Pública Municipal. Os objetos ficavam

guardados na última sala, tinha uma abertura para a rua, mas comumente ficava fechada. Aqui, já não tinha mais voluntários ou funcionários especificamente para a função de cuidar e desenvolver as atividades com o acervo. Na sequência, entre os anos de 2017 a 2020, os objetos foram literalmente guardados, primeiramente, em uma sala na Escola de Educação Básica Joaquim Pereira Lima e, depois, na Creche Criança Feliz, que estava desativada. Mudando de gestão, nos anos de 2021 a 2024, o acervo passou a acompanhar a Secretaria de Cultura.

Através de entrevistas de história oral, cocriadas com pessoas que fizeram, de alguma forma, parte da história da Casa, fomos identificando os silêncios e esquecimentos, observando as aceções e expressões das entrevistadas. Com isso, foi possível analisar em que contexto ocorreu a idealização e criação do museu, bem como seus caminhos e (des) caminhos entre mudanças, fechamentos e reaberturas.

Em algumas narrativas, as entrevistadas foram contundentes em afirmar que o direito a cultura não é defendido e oferecido como deveria ser. As titulares da Secretaria de Cultura de Penaforte, em períodos diferentes da história do museu, enfatizaram que trabalhavam praticamente sozinhas e sem recursos para fazer uma gestão mais eficiente. Assim, a Casa da Memória foi sendo esquecida com o passar do tempo, pois as ações da Secretaria de Cultura eram limitadas a projetos de fomento a cultura de programas federais aos quais concorriam com editais. E isso nada tinha a ver com a Casa da Memória. Atualmente, ela continua sendo apenas um “puxadinho” na Secretaria de Cultura.

Pensamos que a Casa da Memória seria um lugar de valorização e problematização da história e das memórias, bem como de promoção do direito à cultura. Quando a população decide estar à frente dessa pauta, enxergando como essencial para reafirmar sua identidade e valorizar a história do lugar, facilita as cobranças para um olhar de respeito e importância dos governantes. Defendemos aqui, que o poder público deve ser cobrado para oferecer assistência a essas iniciativas da população, porém, não deixando ele na posição de tomar decisões sobre seu funcionamento, pois com isso se corre o risco de valorizar apenas memórias e manifestações culturais elitizadas e excluindo as historicamente dos grupos marginalizados e/ou em desvantagens sociais.

Nesse contexto, analisamos que sua gestação e desenvolvimento ocorreram com ausência de uma Educação Patrimonial. Destacamos a questão da necessidade da prática de uma educação patrimonial, porque sua abordagem em sala de aula ou em qualquer espaço que promova práticas educativas, é necessária para assegurar o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural local. Quando as pessoas conhecem e reconhecem seus patrimônios e

entende a importância de não somente rememorar-lo, mas salvaguarda-los e manter vivo na sua comunidade, elas defendem e promovem sua visibilidade. Claramente, essas ações educativas de preparar a população para a criação da Casa da Memória não foram realizadas.

A escola é um lugar onde podemos e devemos utilizá-lo para formar opiniões, construir e desconstruir conceitos e promover conhecimentos diversos. Nessa perspectiva, o ensino de história se faz necessário para que os alunos e alunas acessem os conhecimentos sobre o passado e compreendam o presente, bem como valorizem e problematizem a história, as memórias e o patrimônio cultural. Com isso, se reconhecerem como pertencente a comunidade, valorizarem suas identidades e se reconhecerem sujeitos históricos.

Caminhando para as palavras finais dessa escrita, esclarecemos que algumas lacunas não foram preenchidas nessa construção da historicidade da Casa. Uma delas, foi o nome do professor ou professora que incentivou a turma de Biologia de 2009 a criarem a Casa, tendo essa informação sido citada, mas sem certeza de quem nos narrou. Também não foram esclarecidos os motivos pelo o que esse professor ou professora incentivou exatamente uma “Casa de Memória”, de modo que não podemos afirmar o conteúdo do projeto e estatuto dela.

Não queremos aqui, apontar apenas as ausências percebidas na pesquisa, mas reconhecer a proeza das pessoas que idealizaram e criaram a Casa da Memória de Penaforte. Elas sentiram a necessidade de criar registros da história desse lugar e preservar as memórias da sua comunidade, no sentido de buscar apoio do governo municipal daquele momento e colocaram em prática seu projeto.

Todas as pessoas que aceitaram participar da construção das historicidades da Casa da Memória, nos concedendo entrevistas de história oral, deixaram claro que acreditaram no propósito inicial e o enxergavam como um projeto ímpar na comunidade. Como comunidade historiadora, olhamos ao nosso redor e enxergamos questões que podem ser pesquisadas e analisadas, a fim de construir respostas para nossas inquietudes. A inviabilidade e os desusos da Casa nos incomodaram. Por isso, analisar as historicidades da Casa da Memória de Penaforte foi também um ato ético e político: um compromisso acadêmico e social, demandas estas postas à pesquisa e ao ensino de história no século XXI. Foi gratificante ter a chance de, através do Mestrado Profissional em Ensino de História, desenvolver uma pesquisa sobre um tema que nos angustiava. E poder não somente escrever a história da Casa, mas construir possibilidades didáticas para trabalhá-la no ensino de história de um modo contextualizado.

Na nossa proposição Caderno Didático-pedagógico que apresentamos no terceiro capítulo, foi elaborada no intuito de contribuir com sugestões de práticas pedagógicas que partissem do cotidiano dos alunos e alunas. Organizamos essas práticas, a partir de sequências didáticas com a metodologia de aula-oficina, que serão desenvolvidas em torno de um objeto gerador. Tais objetos integram o acervo da Casa da Memória, possibilitando o seu uso no Ensino de História, principalmente no ensino de História de Penaforte.

A partir da leitura dessa dissertação e da aplicação do Caderno didático-pedagógico pelos(as) professores(as), acreditamos que os nossos alunos e alunas e a comunidade penafortense, terão estímulos para construir um olhar diferente para sua Casa das Memórias. Que, em um futuro próximo conseguiremos dizer, enquanto professores e professoras de história e de qualquer outra disciplina, que “não acabou aquele negócio velho que tinha em uma casa amarela perto da igreja”. “Aquele negócio” mudou para outro lugar e funciona com atividades educativas que colaboram para a formação dos cidadãos, constrói e difundi saberes históricos, além de valorizar a pluralidade das memórias.

Enfim, que esse trabalho estimule a construção de outras práticas de ensino de história em contexto local, regional e nacional. Que ele seja, também, um instrumento da comunidade e do poder público para a defesa e o acesso ao direito à memória, à cultura e à história.

FONTES

1. DOCUMENTAÇÃO ORAL

- Entrevista realizada com Maria Aldeci Muniz Barros, em dezoito de julho de 2024, na sede da Secretária de cultura em Penaforte/CE. 44 anos. Comerciante. Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Penaforte entre os anos 2021 a 2024. Duração: 36,27 min. Quantidade de páginas: 8

- Entrevista realizada com Ana Virgínia Ângelo Vidal Queiroz, em quatro de junho de 2024, na escola Professora Ledite Ângelo, onde trabalha. Professora. Filha de José Ângelo e neta de Antônio Ângelo Irmão. Aluna da turma que criou a Casa de Memória. Quantidade de páginas: 2

- Entrevista realizada com Eliane Campos de Oliveira, em vinte e um de junho de 2024, na escola Joaquim pereira Lima, onde trabalhava como coordenadora pedagógica. 45 anos. Professora formada. Participou de um curso na Casa da Memória. Duração: 14:45 min. Quantidade de páginas: 4

- Entrevista realizada com Maria de Fátima Matias Bento de Andrade, em um de maio de 2024, na sua residência, sítio Lagoa Preta, Penaforte. 62 anos. Professora aposentada. Aluna da turma que criou a Casa da Memória. Duração: 23:21 min. Quantidade de páginas: 5

- Entrevista realizada com Maria Gilcicléia Ferreira Cunha, em oito de maio de 2024, na sede da Secretária de Educação de Penaforte. Onde trabalhava. 38 anos. Professora. Estudante de farmácia. Aluna da turma que criou a Casa da Memória. Duração: 12:03 min. Quantidade de páginas: 3

- Entrevista realizada com Naria Agostinho de Sousa, em dezesseis de julho 2024, em sua residência, distrito Juá, Penaforte. 48 anos. Professora de formação, mas não atua. Aluna da turma que criou a Casa Duração: 11;10 min. Quantidade de páginas: 3

- Entrevista realizada com Neuzimar Agostinho de Sousa, em dezesseis de julho de 2024, em sua residência, distrito Juá, Penaforte. 55 anos. Professora aposentada. Coordenadora pedagógica da escola municipal José Cesário do Nascimento no ano 2009. Visitou a Casa da Memória com alunos. Duração: 11:43 min. Quantidade de páginas: 3

- Entrevista realizada com Maria Lucilene Ângelo Leite, em cinco de junho de 2024, em sua residência, no centro da cidade de Penaforte. 62 anos. Professora. Filha de José Carlos Ângelo e neta de Manoel Ângelo Ferreira. Aluna da turma que criou a Casa da Memória. Duração: 13;24. Quantidade de páginas: 4

- Entrevista realizada com Paula Nascimento da Cruz de Oliveira, em quatorze de maio de 2024, na escola Professora Ledite Ângelo, Penaforte, local de trabalho. 42 anos. Professora,

psicopedagoga, Secretaria de Cultura e Turismo de Penaforte entre os anos 2018 a 2020. Duração: 27:47. Quantidade de páginas: 6

2.DOCUMENTAÇÃO ESCRITA

- Ata de criação da Casa da Memória, documento de 20 de março de 2009.
- Ata de inauguração da Casa da Memória, documento de 29 de maio de 2009.
- Atas de visitas à Casa da Memória, documentos de 05 de junho- 11 de novembro/2009.
- Documentário *Penaforte: uma história de paz e união, espelho para uma nova geração* (1997).
- Livro de tombamento da Casa da Memória de Penaforte.

3.SITES CONSULTADOS

<https://www.penaforte.ce.gov.br/omunicipio.php>, acesso em 19/10/2023.
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/penaforte/panorama>, acesso em 19/10/ 2023.
<http://portal.iphan.gov.br> , acesso em 23/10/2023.
<https://camarapenaforte.ce.gov.br/> , acesso em 15/08/2024.
https://www.youtube.com/watch?v=gwDy_lUFnvM (canal Urbana), acesso em 20/09/2024.
<https://www.youtube.com/watch?v=kGxjQUqfWuA> (canal Geographacil Malafaia), acesso em 20/09/2024.
<https://brasilescola.uol.com.br/brasil/a-seca-no-nordeste.htm>. Acesso em 26/09/ 2024.
<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php>, acesso em 26/09/2024.
<https://olhareshistoricos.blogspot.com/> , acesso em 16/10/2024.
<https://pt.wikipedia.org>, acesso em 23/03/2024.
<https://www.anuariodoceara.com.br/guia-das-cidades>. Acesso em 29/03/2025.
<https://www.youtube.com/watch?v=YCDW-gkfWsE> , acesso em 29/03/2025.
<https://www.youtube.com/watch?v=CMn5gkoMMaM> . , acesso em 29/03/2025.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVERIA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2019, p. 107-112.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004.
- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (Org.). Estratégias de ensinagem. In: **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville: UNIVILLE, 2003. cap. 3. p. 75-106.
- BARCA, Isabel (2004). Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In BARCA, Isabel. (Org). **Para uma Educação Histórica com Qualidade: Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica**. Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.
- BITTENCOUT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2ª Ed. São Paulo, 2008.
- BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.
- CALABRE, Lia. Diálogos sobre o patrimônio: Estado e sociedade em ação. In PINHEIRO, Adson Rodrigo S.[ORG]. **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Vol.1. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Casas e coisas**. 1.ed. 1. reimp. São Paulo/SP: Edusp; Museu Paulista da Universidade de São Paulo. 2022- Coleção Museu do Ipiranga 2022:5.
- CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará**. SEDUC: Fortaleza, 2019. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/37/2020/02/DCRC_2019_OFICIAL.pdf. Acesso em: 26 out 2023
- CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2011.
- CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In. ABREU, Regina, CHAGAS, Mário {Org}. **Memória e patrimônios: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Lamparina, 2009.
- COSTA, Júlio César Virgílio da. **O Ensino de História mediado pelo museu: tempos, conceitos e patrimônio**. XVIII encontro regional (ANPUH-MG) 24 a 27 de julho de 2012. Marian, MG.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. 71º ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2023.

GABRIEL, Carmem. Currículo de História. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVERIA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2019, p. 72-78.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Memória. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVERIA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2019, p. 55-61.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cadernos do patrimônio cultural. FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais**. Volume 01/ 2015. p.21-28.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em 27 out 2023.

LAJES, Luanna. Visibilidade histórica para mulheres, negros e indígenas. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). **Novos embates pela história: desafios-ensino**. São Paulo: Contexto, 2021, pp. 201-223.

LE GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al., 5.ed., Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro de. In. PRINSKY, Carla Bassanezi; Luca, Tânia Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo. Editora Contexto, 2009.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Patrimônio cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar. In PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Vol.1. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

MATIÉLO, Cesar Augusto dos Santos, 1983- **Museu permanente história das mulheres no Brasil: reflexões e propostas para o ensino de história, a museologia social e a história das mulheres no Brasil**. – Campinas, SP: [s.n.], 2019. Dissertação de Mestrado.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan. / dez. 1994.

NEVES, Lucilia de Almeida. **Memória, história e sujeito: substratos da identidade**. Mesa-redonda “História Oral e as tramas da subjetividade” realizada no III Encontro Regional Sudeste de História Oral, Mariana, 12 a 14 de maio de 1999. 3, 2000, p. 109-16.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In. BITTENCOURT, Circe. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 128-148.

PADILHA, Renata Cardozo; **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**— Florianópolis: FCC, 2014. 71 p.; il. 19 cm. Coleção Estudos Museológicos, v.2. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos>

PEREIRA, Susana M^a M. de Sousa. **Patrimônio, Museu e o Ensino de História**. Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pelo Professor Doutor Luís Grosso Correia. Universidade do Porto, 2023.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Revista Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 1-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, , 1992 p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta/** (tradução Ricardo Santhiago) - São Paulo: Letra e Voz, 20016. – (Coleção Ideias).

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. O direito à memória no ensino de história. *Trajeto - Revista de História da UFC*, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 1-13, 2009. Disponível em <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28607>.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Objeto gerador: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. *Revista Historiar*, Vol. 08, N. 14, Ano 2016.1. p. 70-93.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de história. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 30, n. 82, p. 397-411, set. dez. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>

SALES, Ana Cristina de. **O Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC)**: entre experiências educativas e a defesa de direitos, da cultura e do patrimônio cultural (1988-2015). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2023.

SANTOS, Cicero Joaquim dos. Necessidades de história: os usos da memória na construção da cidadania cultural. In. **Políticas Culturais em revista**, 1(6), p. 54-70, 2013 www.politicasculturaisemrevistas.ufba.br.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In. In PINHEIRO, Adson Rodrigo S.[ORG]. **Cadernos do patrimônio cultural**: educação patrimonial. Vol.1. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p. 194-206.

SEFFNER, Fernando. Mudanças e permanências. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, OLIVERIA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2019 p.168-172.

SIQUEIRA, Juliana Maria de. Museologia social e educação: o poder da memória para descolonizar o ensino. *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana: Gepiade, Ano 10, Volume 22, Nº 22 | set– dez. 2016.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.